

# Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA  
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA  
DE CARVALHO MOURA  
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 09/07/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Promotor Substituto do Estado de São Paulo**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 3 questões passíveis de recurso, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 54, 63 e 88.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Promotor do Estado de São Paulo**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/61be0b2f-c089-4b80-9372-d851b75a7070>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/1c35d580-900b-47a7-8980-85ba8e119691>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

 **Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Vocês também poderão acompanhar todos os eventos através deste link:

[Gabarito Extraoficial - Promotor do Estado de São Paulo \(estrategia.com\)](https://cj.estrategia.com/gabarito-extraoficial-promotor-do-estado-de-sao-paulo)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



# PROVA COMENTADA

## PROMOTOR DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

**QUESTÃO 01.** Tendo em vista as alterações legislativas trazidas pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) e a interpretação jurisprudencial dos Tribunais Superiores, considere as afirmações a seguir.

I. O regime disciplinar diferenciado será cumprido em estabelecimento prisional estadual se existirem indícios de que o preso exerce liderança em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada;

II. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinado pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos metade da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional;

III O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção do livramento condicional e para a progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente;

IV. Aquele que for condenado de modo expresso em sentença, por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa, ficará impedido de progredir de regime, de obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais, se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo.

São verdadeiras apenas as afirmações:

(A) I e II.

(B) I e IV

(C) III e IV.

(D) II e III.

(E) II e IV.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa do item I está incorreta, pois o estabelecimento prisional é federal, conforme o art. 52, § 3º, da LEP: “art. 52 [...] § 3º Existindo indícios de que o preso exerce liderança em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, ou que tenha atuação criminosa em 2 (dois) ou mais Estados da Federação, o regime disciplinar diferenciado será obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal”.

A alternativa do item II está correta, conforme o art. 112, VI, “a”, da LEP: “Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: [...] VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for: a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional”.

A alternativa do item III está incorreta, conforme o art. 112, § 6º, da LEP: “art. 112 [...] § 6º O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da



progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente”.

A alternativa do item IV está correta, conforme redação do art. 2º, § 9º, da Lei nº 12.850/2013: “art. 2º [...] § 9º O condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa não poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo”.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando, portanto, erradas as alternativas A, B, C e D.

**QUESTÃO 02. As penas do crime de promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa, do art. 2º da Lei nº 12.850/13, são aumentadas de 1/6 a 2/3, nos termos do § 4º, se**

- a) na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo.
- b) houver impedimento ou, de qualquer forma, embaraçar-se a investigação de infração penal cometida no seio da organização criminosa.
- c) das ações diretas ou indiretas da organização criminosa resultar morte.
- d) houver concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal.
- e) o acusado exercer o comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, conforme dispõe o art. 2º, § 4º, II, da Lei nº 12.850/2013 dispõe: “Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa: [...] § 4º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços): [...] II - se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal”.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas A, B, C e E não constam do texto do art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.850/2013, razão pela qual as alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 03. Em relação à Lei nº 9.613/98, que prevê as condutas que caracterizam o crime de lavagem de dinheiro, com as alterações trazidas pela Lei nº 12.683/12, assinale a afirmação correta.**

- a) A pena pelo crime de lavagem de dinheiro será aumentada de um a dois terços, se os crimes forem cometidos de forma reiterada, por intermédio de organização criminosa armada ou por meio da utilização de ativo virtual.
- b) A possibilidade de redução da pena, nos crimes da Lei nº 9.613/1998, condiciona-se à colaboração espontânea do partícipe com os autores, sendo vedado idêntico benefício ao coautor.
- c) O reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva referente à infração penal antecedente não implica atipicidade do delito de lavagem.



**d) As condutas de ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, tipificadas na Lei nº 9.613/98, são crimes próprios, já que a lei exige especial qualidade dos sujeitos ativos.**

**e) A exemplo do que ocorre em outros países, a legislação brasileira não admite imputar à mesma pessoa a responsabilidade pela lavagem de dinheiro e pela infração antecedente, caso tenha concorrido para ambas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é **a letra C**, conforme o art. 2º, § 1º, da Lei nº 9.613/1998: “A denúncia será instruída com indícios suficientes da existência da infração penal antecedente, sendo puníveis os fatos previstos nesta Lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente”.

A alternativa A está incorreta, pois conforme o art. 1º, § 4º da Lei nº 9.613/1998: “A pena será aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada, por intermédio de organização criminosa ou por meio da utilização de ativo virtual”, de modo que não há necessidade de ser uma “organização criminosa armada”, como requer o enunciado.

A alternativa B está incorreta, pois o benefício se aplica ao coautor, nos termos do art. 1º, § 5º, da Lei nº 9.613/1998: “A pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos, se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime”.

A alternativa D está incorreta, uma vez que os crimes previstos na Lei nº 9.613/1998 não exigem qualidade especial do agente, sendo classificados como crimes comuns.

A alternativa E está incorreta, pois não corresponde ao entendimento do STJ: “Embora a tipificação da lavagem de capitais dependa da existência de uma infração penal antecedente, é possível a autolavagem, isto é, a imputação simultânea, ao mesmo réu, do delito antecedente e do crime de lavagem, desde que sejam demonstrados atos diversos e autônomos daquele que compõe a realização do primeiro crime, circunstância em que não ocorrerá o fenômeno da consunção. A autolavagem (self laundering/autolavado) merece reprimenda estatal, na medida em que o autor da infração penal antecedente, já com a posse do proveito do crime, poderia simplesmente utilizar-se dos bens e valores à sua disposição, mas reinicia a prática de uma série de condutas típicas, a imprimir a aparência de licitude do recurso obtido com a prática da infração penal anterior. Dessa forma, se for confirmado, a partir do devido processo legal, que o indivíduo deu ares de legalidade ao dinheiro indevidamente recebido, estará configurado o crime de lavagem de capitais” (STJ. Corte Especial. APn 989-DF, Rel. Min. Nancy Andrichi, julgado em 16/02/2022 (Info 726).

**QUESTÃO 04. Em tema de execução penal, sobre as faltas disciplinares, é INCORRETO afirmar:**

**a) o rol de faltas graves está restrito aos incisos do artigo 50 da LEP, não podendo ser ampliado em obediência ao princípio da legalidade.**

**b) A prática de novo fato definido como crime doloso no curso da execução de pena, constatada em procedimento administrativo disciplinar, consubstancia falta grave, independentemente de condenação transitada em julgado pelo novo delito.**



**c) a prática de falta disciplinar de natureza grave permite a regressão de regime de pena "per saltum", sendo desnecessária a observância da forma progressiva estabelecida no artigo 112 da LEP.**

**d) O diretor do estabelecimento prisional poderá impor as sanções de isolamento do preso na própria cela e de restrição de direitos, como consequência decorrente do cometimento de falta disciplinar de natureza grave, independentemente de prévia decisão judicial.**

**e) A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena e de indulto.**

### **Comentários**

A alternativa incorreta a ser assinalada é a **letra C**, pois conforme a Súmula nº 491 do STJ: "É inadmissível a chamada progressão per saltum de regime prisional".

A alternativa A está correta, uma vez que a falta grave implica em maiores restrições ao apenado durante o cumprimento da pena e, por razões lógicas, restrições a direitos fundamentais exigem fundamentação legal.

A alternativa B está correta, pois está de acordo com a Súmula nº 526 do STJ: "O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato".

A alternativa D está correta, uma vez que a Lei de Execução Penal atribui ao diretor do estabelecimento prisional o poder de apurar e aplicar sanções disciplinares, conforme o art. 54 da LEP: "Art. 54. As sanções dos incisos I a IV do art. 53 serão aplicadas por ato motivado do diretor do estabelecimento e a do inciso V, por prévio e fundamentado despacho do juiz competente".

A alternativa E está correta, conforme Súmula nº 535 do STJ: "A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto".

### **QUESTÃO 05. Considere as seguintes situações:**

**I. um aluno, ao final da aula, inadvertidamente, coloca em sua pasta um livro de um colega, pensando sinceramente ser o seu;**

**II. uma pessoa pretende matar seu desafeto e, quando sai à sua procura, encontra-se com um sócia de seu inimigo e, por confundi-lo com a vítima visada, acaba matando a pessoa errada, ou seja, o sócia;**

**III. um policial à paisana finge-se embriagado e, para chamar a atenção de um ladrão, com quem conversa em um bar, diz que está com muito dinheiro na carteira. O ladrão decide roubá-lo na saída do bar, ao fazê-lo, contudo, é preso em flagrante, por outros policiais à paisana que acompanhavam os fatos;**

**IV. José se depara com um sócia de seu inimigo que leva a mão à cintura, como se fosse sacar algum objeto; José, ao ver essa atitude, pensa estar prestes a ser atingido por um revólver e, por esse motivo, saca sua arma, atirando contra a vítima, que nada possuía nas mãos ou na cintura.**

**Tais ocorrências configuram, respectivamente:**

**a) erro de proibição; erro de tipo accidental; delito putativo por obra de agente provocador, discriminante putativa.**

**b) erro de tipo essencial; erro de tipo accidental; crime impossível; erro de tipo permissivo.**

**c) erro de tipo accidental; erro de tipo essencial; discriminante putativa; erro de proibição.**

**d) erro de tipo essencial; erro de proibição; delito de experiência; discriminante putativa.**



**e) erro de tipo accidental; aberratio ictus; crime impossível; erro de tipo permissivo.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa do item I traz hipótese de erro de tipo essencial, nos termos do art. 20, “caput”, do Código Penal: “Art. 20 - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei”. Em outras palavras, o erro de tipo é essencial quando o indivíduo age em falsa percepção da realidade, que o faz ignorar a natureza criminosa do fato praticado.

A alternativa do item II traz hipótese de erro de tipo accidental, que é o erro que recai sobre que as circunstâncias acessórias (ou secundárias) do tipo penal, podendo o erro recair sobre o objeto (error in objeto), sobre a pessoa (error in persona), na execução (aberratio ictus) e no resultado diverso do pretendido pelo agente (aberratio criminis). É válido acrescentar que a espécie de erro de tipo da alternativa é o error in persona, que conforme art. 20, § 3º, do Código Penal, não isenta o agente de pena: “art. 20 [...] § 3º - O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime”.

A alternativa III traz hipótese de crime impossível. Conforme dispõe o art 17 do Código Penal: “Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime”. O flagrante preparado (ou armado) é rechaçado pela Jurisprudência dos Tribunais Superiores, de modo que o enunciado da Súmula 145 do STF dispõe que “Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação”. Assim, vê-se claramente que a situação narrada indica a preparação do flagrante pelos policiais, o que torna impossível a consumação do crime.

A alternativa IV traz hipótese de erro de tipo permissivo, que é o erro previsto no art. 20, § 1º, do Código Penal e incidentes sobre as discriminantes putativa fática: “art. 20 [...] § 1º - É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposo”. O Código Penal adota a teoria limitada da culpabilidade, de modo que em caso de erro sobre os fatos ou seus pressupostos, se está diante de erro de tipo permissivo (vide art. 20, § 1º, do Código Penal e itens 17 e 19 da Exposição de Motivos nº 211/1983 do Código Penal). Não confundir com o erro de proibição indireto, que ocorre quando o erro incide sobre a existência ou sobre os limites da causa de justificação.

Assim, a única alternativa que traz as respostas na ordem correta é a letra B.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas pelas razões indicadas.

**QUESTÃO 06. Acerca dos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.**

**a) No peculato-desvio e no peculato-apropriação, a reparação do dano pelo funcionário público antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória extingue a punibilidade do acusado; se posterior, reduz a pena em até 1/3 (um terço).**

**b) O funcionário público que exige contribuição indevida e depois desvia, para si, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos, comete o crime de peculato-desvio.**

**c) O patrocínio de interesse privado legítimo perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, caracteriza a figura qualificada do delito de advocacia administrativa, prevista no parágrafo único do artigo 321 do Código Penal.**



**d) O fato de o funcionário público exercer cargo, emprego ou função em autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações representa uma causa de aumento de pena dos crimes por ele praticados contra a administração pública.**

**e) O crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, previsto no artigo 313-B do Código Penal, pode ser cometido por qualquer funcionário público que se valha dessa condição.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

O preceito primário do art. 313-B do Código Penal traz a seguinte redação: “Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente”, logo, a simples leitura do texto legal revela que o crime pode ser praticado por qualquer funcionário público que se valha de tal condição.

A alternativa A está incorreta, por duas razões. A primeira é que a reparação do dano possui natureza extintiva da punibilidade, se ocorrida antes da sentença, nas modalidades culposas de peculato conforme art. 312, § 3º, do Código Penal, logo, como a alternativa não faz a ressalva necessária, está incorreta sobre esse aspecto. O segundo erro da alternativa é que a fração da causa de diminuição de pena prevista no art. 312, § 3º, do Código Penal, aplicável também apenas aos crimes culposos, para o caso de reparação posterior à sentença irrecorrível é de metade (1/2) e não de um terço (1/3) como indicado na alternativa.

A alternativa B está incorreta, pois a conduta de “exigir contribuição indevida” praticada pelo funcionário público é crime de concussão previsto no art. 316 do Código Penal, sendo o desvio posterior mero exaurimento da conduta.

A alternativa C está incorreta, pois é o interesse ilegítimo que qualifica o crime de advocacia administrativa, conforme se verifica na redação do parágrafo único do art. 321 do Código Penal: “art. 321 [...] Parágrafo único - Se o interesse é ilegítimo: Pena - detenção, de três meses a um ano, além da multa”.

A alternativa D está incorreta, pois o simples exercício de cargo público não é hipótese de causa de aumento, mas é a própria elementar dos crimes contra a administração pública, de modo que é o exercício de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento, conforme art. 327, § 2º, do Código Penal: “art. 327 [...] § 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público”.

**QUESTÃO 07. Tendo em vista a legislação que visa punir e combater os delitos praticados por meio de invasão de dispositivos informáticos, considere as seguintes afirmações:**

**I. No crime de invasão de dispositivo informático previsto no artigo 154-A do Código Penal, se prevê a forma qualificada quando da invasão resultar a obtenção de comunicações eletrônicas privadas;**

**II. São formas qualificadas do crime de divulgação de cena de estupro, de sexo e de pomografia, previsto no artigo 218-C do Código Penal a circunstância de a divulgação se dar por meio de comunicação de massa ou com o fim de obter vantagem patrimonial da vítima;**

**III. Para a caracterização do denominado furto eletrônico ou informático, previsto no artigo 155, parágrafo 4º-B do Código Penal, é irrelevante se o dispositivo estava ou não conectado à rede de computadores.**

**Com relação às assertivas, é correto afirmar que**



- a) todas são verdadeiras.
- b) apenas II e III são verdadeiras.
- c) apenas I e III são verdadeiras.
- d) apenas I e II são verdadeiras.
- e) nenhuma das afirmativas é verdadeira.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa do item I está correta, conforme art. 154-A, § 3º, do Código Penal: “art. 154-A [...] Se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa”.

A alternativa do item II está incorreta, pois a circunstância narrada no enunciado é elementar do próprio tipo penal (caput): “Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave”.

A alternativa do item III está correta, e sua resposta é extraída da simples leitura do art. 155, § 4º-B, do Código Penal: “art. 155 [...] § 4º-B. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se o furto mediante fraude é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo”.

Assim, a única alternativa correta é a letra C.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas pelas razões indicadas.

#### **QUESTÃO 08. Em relação ao tema reincidência, assinale a alternativa correta.**

- a) A condenação em definitivo por crime praticado no estrangeiro não precisará ser homologada pelo Superior Tribunal de Justiça para gerar os efeitos da reincidência.
- b) A reincidência aumenta o prazo para a progressão de regime nos crimes hediondos e interrompe a prescrição da pretensão punitiva, se posterior à condenação.
- c) Para validar a existência de maus antecedentes e reincidência não basta a juntada da folha de antecedentes criminais, mostrando-se necessária a apresentação de certidão cartorária da condenação anterior.
- d) O instituto da reincidência é constitucional e não gera a ocorrência de bis in idem, de maneira que a condenação passada pode servir como maus antecedentes e, ao mesmo tempo, como agravante da reincidência.
- e) A reincidência tem como consequência a vedação à concessão do livramento condicional nos crimes hediondos ou equiparados e no tráfico de pessoas.



## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Conforme a redação do art. 63 do Código Penal “Art. 63 - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior”. Não há necessidade de homologação do STJ, o que se percebe da leitura do texto legal, razão pela qual a alternativa está correta.

A alternativa B está incorreta, pois o art. 117, IV, do Código Penal prevê como hipótese de interrupção da prescrição a “publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis”.

A alternativa C está incorreta, pois a Súmula nº 636 do STJ estabelece que “a folha de antecedentes criminais é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência”.

A alternativa D está incorreta, pois está em contrariedade com o teor da Súmula nº 421 do STJ, que estabelece que “A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial”.

A alternativa E está incorreta, pois a reincidência que veda a concessão do livramento é em relação aos crimes hediondos com resultado morte, nos termos do art. 112, VI, VII e VIII, da LEP e não em relação a todo e qualquer crime hediondo.

**QUESTÃO 09. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), a Lei Henry Borel (Lei nº 14.344/22) e a Lei nº 13.431/17 (Lei de Escuta Protegida) preveem a adoção de medidas protetivas, procedimentos policiais e legais e de assistência médica e social no âmbito da violência contra a mulher e contra crianças e adolescentes.**

**A respeito desses importantes dispositivos, assinale a alternativa correta.**

**a) O delito de omissão de comunicação à autoridade da prática de violência contra criança ou adolescente, previsto no art. 26 da Lei nº 14.344/22, terá a pena aplicada no dobro se da omissão resulta lesão corporal grave, e no triplo, se resulta morte.**

**b) Não se tipifica o crime de violação de sigilo processual, previsto no art. 24 da Lei nº 13.431/17, se houver autorização judicial permitindo que o depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo.**

**c) O delito de descumprimento de medida protetiva de urgência previsto no art. 25 da Lei nº 14.344/22 é crime comum, já que pode ser cometido por qualquer pessoa, homem ou mulher.**

**d) Além das crianças e dos adolescentes, os incapazes também podem figurar como sujeito passivo na conduta típica prevista no art. 26 da Lei nº 14.344/22.**

**e) Dentre as medidas protetivas previstas na Lei nº 11.340/06, há a previsão de se determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em escola de educação básica próxima de seu domicílio, condicionada à existência de vagas.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme se verifica da parte final do dispositivo legal: “Art. 26. Deixar de comunicar à autoridade pública a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra criança ou adolescente ou o abandono de incapaz: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos”.



A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o art. 26, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.344/2022: “art. 26 [...] § 1º A pena é aumentada de **metade**, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta morte. § 2º Aplica-se a pena **em dobro** se o crime é praticado por ascendente, parente consanguíneo até terceiro grau, responsável legal, tutor, guardião, padrasto ou madrasta da vítima”.

A alternativa B está incorreta, pois a redação do art. 24 da Lei nº 13.431/2017 traz em seu preceito primário, ao contrário do que consta do enunciado da alternativa, a criminalização da conduta: “Art. 24. Violar sigilo processual, permitindo que depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal”.

A alternativa C está indicada como incorreta, uma vez que o crime do art. 25 da Lei nº 14.344/2022 não é comum, pois somente a pessoa que tem contra si a ordem judicial (medida protetiva) é que poderá cometer referida desobediência

A alternativa E está incorreta, pois a determinação independe da existência de vagas, conforme o art. 23, V, da Lei Maria da Penha: “Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas: [...] V - determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, **independentemente da existência de vaga**”.

**QUESTÃO 10. Em relação aos delitos contra a honra, considere as seguintes afirmações:**

**I. A injúria qualificada pela utilização de elementos referentes à condição de pessoa idosa ou com deficiência é crime de ação penal pública incondicionada.**

**II. Os crimes de calúnia, injúria e difamação cometidos contra criança, adolescente, pessoa maior de 60 (sessenta) anos e deficientes terão as penas aumentadas em 1/3 (um terço), sendo inaplicável a majorante se a injúria consistir na utilização de elementos referentes à religião.**

**III. Nos casos em que o querelado tenha praticado a calúnia, a injúria ou a difamação utilizando-se de meios de comunicação, a retratação dar-se-á pelos mesmos meios em que se praticou a ofensa, se assim desejar o ofendido.**

**IV. O Código Penal prevê como causa de aumento de pena a hipótese de os crimes de calúnia ou difamação terem sido cometidos mediante paga ou promessa de recompensa.**

**É INCORRETO, apenas, o que se afirma em:**

a) I, II e IV.

b) I, III e IV.

c) III e IV.

d) I e III.

e) II, III e IV.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa do item I está incorreta, uma vez que a regra do art. “art. 145 [...] Parágrafo único. Procedese mediante requisição do Ministro da Justiça, no caso do inciso I do caput do art. 141 deste Código, e mediante representação do ofendido, no caso do inciso II do mesmo artigo, bem como no caso do § 3º do



art. 140 deste Código”, logo, o crime de injúria qualificada previsto no art. 140, § 3º, do Código Penal é de ação penal pública condicionada à representação.

Alternativa do item II está correta e traz a redação expressa do art. 141, IV, do Código Penal, com recente alteração legislativa: “Art. 141 - As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido: [...] IV - contra criança, adolescente, pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou pessoa com deficiência, exceto na hipótese prevista no § 3º do art. 140 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 14.344, de 2022)”.

A alternativa do item III está incorreta, pois o art. 143 do Código Penal trata da possibilidade de retratação em relação à calúnia e à difamação (honra objetiva), nada mencionando sobre a injúria (honra subjetiva), de modo é esse o erro do item: “Art. 143 - O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena”.

A alternativa do item IV está correta, conforme se verifica do art. 141, § 1º, do Código Penal: “art. 141 [...] § 1º - Se o crime é cometido mediante paga ou promessa de recompensa, aplica-se a pena em dobro”.

Assim, as alternativas INCORRETAS, conforme o enunciado requer sejam assinaladas, são as dos itens I e III, sendo a resposta correta a letra D.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas pelas razões indicadas.

**QUESTÃO 11. A multa é modalidade de sanção penal de caráter patrimonial e consiste na entrega de dinheiro ao fundo penitenciário. Levando-se em consideração a legislação e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, analise as seguintes situações:**

**I. A pena de multa deve sofrer o mesmo acréscimo imposto à pena privativa de liberdade, na hipótese do concurso formal perfeito de infrações.**

**II. Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juízo da execução penal e será convertida em dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, exceção feita às causas interruptivas e suspensivas da prescrição, que serão aquelas previstas na lei penal.**

**III. Nas hipóteses em que haja condenação à pena privativa de liberdade e multa, o inadimplemento da sanção pecuniária não impede o reconhecimento da extinção da punibilidade.**

Com relação às assertivas, é correto afirmar que

- a) apenas I está correta.
- b) apenas III está correta.
- c) apenas II está correta.
- d) todas estão corretas.
- e) nenhuma está correta.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa do item I está incorreta, pois conforme o art. 72 do Código Penal “No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente”, aplicando-se, portanto, a regra do “cúmulo material” e não da “exasperação”.



A alternativa do item II está incorreta, pois conforme o art. 51 do Código Penal “Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, **aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição**”.

A alternativa do item III está incorreta, pois o tema repetitivo nº 931 do STJ, que foi revisado e dispõe que nova tese de repercussão geral prevê no seguinte: “Na hipótese de condenação concomitante a pena privativa de liberdade e multa, o inadimplemento da sanção pecuniária, pelo condenado que comprovar impossibilidade de fazê-lo, não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade” (REsp 1.785.383/SP e REsp 1.785.861/SP. Relator: Min. Rogério Schietti Cruz), logo, a conclusão que se extrai é a de que o inadimplemento da pena de multa pelo sentenciado obstará a extinção da sua punibilidade, salvo se ele comprovar a impossibilidade de pagar.

Assim, todas as alternativas estão INCORRETAS, sendo a resposta correta a letra E.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas pelas razões indicadas.

**QUESTÃO 12. Considerando as disposições contidas na Lei nº 11.343/06 (Lei de Drogas) e o entendimento jurisprudencial majoritário dos Tribunais Superiores, avalie as seguintes afirmações:**

**I. Para configuração do delito de tráfico de drogas, previsto no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06, é desnecessária a aferição do grau de pureza da substância apreendida a fim de estabelecer o seu poder viciante.**

**II. Se a conclusão do incidente de insanidade mental reconhecer a semi-imputabilidade do acusado, deve o juiz absolver impropriamente o réu em relação ao crime de tráfico ilícito de drogas, reduzindo-lhe a pena de um terço a dois terços.**

**III. A condenação simultânea nos crimes de tráfico e de associação para o tráfico afasta a incidência da causa especial de diminuição de penas do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 (tráfico privilegiado).**

**IV. Sendo primário, de bons antecedentes e não se dedicar a atividades criminosas ou integrar organização criminosa, cabe a incidência da minorante do tráfico privilegiado ao agente que pratica o delito de induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga, previsto no art. 33, § 2º, da Lei nº 11.343/06.**

Estão corretas

- a) I e III, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e III, apenas.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa do item I está correta, pois o grau de pureza da droga não possui relevância para a tipificação da conduta, podendo, contudo ser considerada na dosimetria da pena.

A alternativa do item II está incorreta, pois a semi imputabilidade é causa de diminuição de pena, e não causa de absolvição imprópria, conforme art. 26, parágrafo único, do Código Penal.



A alternativa do item III está correta, conforme a Tese nº 23, do STJ, na Edição nº 131 do Jusrisprudência em Teses: “É inviável a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 quando há condenação simultânea do agente nos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, por evidenciar a sua dedicação a atividades criminosas ou a sua participação em organização criminosa”.

A alternativa do item IV está incorreta, pois conforme redação expressa do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, a causa de diminuição somente se aplica ao art. 33, “caput” e ao respectivo § 1º, da Lei nº 11.343/2006: “art. 33 [...] § 4º Nos delitos **definidos no caput e no § 1º deste artigo**, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa”.

**QUESTÃO 13. A Lei nº 7.716/89 define os crimes resultantes de discriminação racial. Com base nessa legislação e nas alterações posteriores, analise as seguintes afirmações:**

**I. O crime de injúria qualificada, previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, é o delito praticado por aquele que tem a intenção de ofender pessoa determinada pela sua raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.**

**II. A perda de cargo não constitui efeito automático da condenação por crime resultante de preconceito de raça e de cor praticado por funcionário público no exercício de sua função ou em razão dela.**

**III. Ao agente que, em anúncios para recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências, caberá exclusivamente a aplicação das penas de multa e de prestação de serviços comunitários.**

**IV. Os crimes previstos na Lei nº 7.716/89 terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até metade quando praticados por funcionários públicos no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.**

Está correto apenas o que se afirma em:

a) I e IV.

b) II e III.

c) I e II.

d) III e IV.

e) I e III.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está incorreto, nos termos do art. 2º-A da Lei nº 7.716: “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional”. Já o art. 140, parágrafo 3º, do Código penal prevê: “Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência”.

O item II está correto, nos termos do art. 16 e do art. 18 da Lei nº 7.716: “Constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do



estabelecimento particular por prazo não superior a três meses”; “Os efeitos de que tratam os arts. 16 e 17 desta Lei não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença”.

O item III está correto, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 7.716: “Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências”.

O item IV está incorreto, nos termos do art. 20-B, da LEi nº 7.716: “Os crimes previstos nos arts. 2º-A e 20 desta Lei terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando praticados por funcionário público, conforme definição prevista no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las”.

**QUESTÃO 14. Em relação aos crimes contra a paz pública, assinale a alternativa correta:**

**a) Para tipificação do crime de associação criminosa, exige-se a associação estável de mais de três pessoas para o fim específico de cometer crimes.**

**b) O sujeito que instiga animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, responde pelo delito de incitação ao crime com a pena agravada.**

**c) No delito de incitação ao crime, há a necessidade de que o agente instigue pessoa determinada ou indeterminada à prática de determinada espécie de crime.**

**d) No crime de constituição de milícia privada, a pena será aumentada em até metade se houver a participação de criança ou adolescente.**

**e) A constituição de milícia privada pode ter por finalidade a prática de qualquer crime previsto no ordenamento jurídico brasileiro.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa dispõe sobre o crime previsto no art. 286 do Código Penal, cuja redação dispõe: “Art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime: Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa”.

A alternativa A está incorreta, pois a literalidade da redação do art. 288 do Código Penal estabelece que o crime se configura com a associação de 3 ou mais pessoas, logo, é possível a configuração do crime com apenas 3 pessoas: “Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos”.

A alternativa B está incorreta, pois o agente que pratica a incitação pública, animosidade entre as Forças Armadas ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade, responde pela figura do art. 286, “caput”, do Código Penal, não havendo agravante de pena: “art. 286 [...] Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade. (Incluído pela Lei nº 14.197, de 2021)”.

A alternativa D está incorreta, pois não há no art. 288-A do Código Penal a previsão de qualquer causa de aumento para a hipótese de participação de criança ou adolescente em milícia privada. Mas é importante cautela para não confundir com o crime de associação criminosa, em que o art. 288, parágrafo único, do Código Penal prevê a existência de causa de aumento neste sentido: “art. 288 [...] Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente”.



A alternativa E está incorreta, pois de acordo a literalidade da norma penal incriminadora, não é qualquer crime do ordenamento que terá por finalidade a constituição da milícia privada, mas somente os crimes do Código Penal: “Art. 288-A. Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos”.

**QUESTÃO 15. O feminicídio foi incluído como uma forma qualificada do crime de homicídio pela Lei nº 13.104/2015. Desde então, várias alterações legislativas foram implementadas, e a jurisprudência e a doutrina se encarregaram de esclarecer o alcance do dispositivo. Com base na legislação e na jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.**

**a) A Lei nº 14.344/22 alterou a legislação para proibir a utilização no Tribunal do Júri da tese de "legítima defesa da honra" como justificante no crime de feminicídio.**

**b) As qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio são incompatíveis entre si, já que ambas possuem o mesmo caráter subjetivo, caracterizando bis in idem a sua imputação simultânea.**

**c) O fato de o agente ter praticado o crime de feminicídio na presença de descendente ou ascendente da vítima não deve ser considerado como circunstância judicial negativa no cálculo da pena.**

**d) O descumprimento de medida protetiva consistente na restrição ou suspensão de visitas aos filhos menores constitui majorante no feminicídio.**

**e) A pena do feminicídio será aumentada de 1/3 (um terço) até metade, se o crime for praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

De fato, a prática do feminicídio na presença de ascendente ou descendente da vítima não é circunstância judicial (primeira fase da dosimetria da pena), mas sim causa de aumento de pena prevista no art. 121, § 7º, III, do Código Penal, a ser valorada na terceira fase da dosimetria da pena: “art. 121 [...] § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: [...] III - na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima”.

A alternativa A está incorreta, pois a Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel) não tratou de tal matéria. Contudo, é verdadeira a afirmação de que é proibida a tese da “legítima defesa da honra” como justificante do crime de feminicídio, conforme decidido pelo STF na ADPF nº 779.

A alternativa B está incorreta, pois está em contrariedade ao entendimento do STJ, especialmente no HC nº 430.222: “[...] é imperioso destacar que [...] as qualificadoras do motivo torpe e do feminicídio não possuem a mesma natureza, sendo certo que a primeira tem caráter subjetivo, ao passo que a segunda é objetiva, não havendo, assim, qualquer óbice à sua imputação simultânea”.

A alternativa D está incorreta, pois considerando a legalidade estrita, o art. 121, § 7º, IV, do Código Penal trata como causa de aumento de pena o crime praticado em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do “caput” do art. 22 da Lei Maria da Penha, sendo que a medida de “restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores” está prevista no art. 22, “caput”, IV, da Lei Maria da Penha, não sendo, portanto, causa de aumento do feminicídio.

A alternativa E está incorreta, pois não existe a causa de aumento indicada nos incisos do § 7º do art. 121 do Código Penal.



**QUESTÃO 16.** A aplicação retroativa da *lex mitior* vai além da mera impossibilidade material de sua aplicação ao passado, pois ocorre, também, ou quando a lei posterior, malgrado retroativa, não tem mais como incidir, à falta de correspondência entre a anterior situação do fato e a hipótese normativa a que subordinada a sua aplicação, ou quando a situação de fato no momento em que essa lei entra em vigor não mais condiz com a natureza jurídica do instituto mais benéfico e, portanto, com a finalidade para a qual foi instituído.

Com base nessa asserção, extraída de decisão do Supremo Tribunal Federal, é lícito concluir que

- a) a norma mista sempre retroagirá para beneficiar o acusado, em homenagem ao princípio do favor rei.
- b) a norma processual penal tem aplicação imediata, salvo se prejudicar o acusado.
- c) se a lei passa a exigir representação para a persecução penal, essa mudança deve incidir, inclusive, nos processos em andamento, com sentença já prolatada.
- d) a transação penal pode ser aplicada aos processos em curso, com denúncia recebida e instrução processual já iniciada.
- e) se à época em que nova lei entrou em vigor, exigindo representação da vítima, já havia denúncia oferecida não se pode reclamar a incidência dessa condição específica da ação penal.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

Em precedente paradigmático, de relatoria do Min. Moreira Alves, ficou assentado que a retroatividade penal benéfica deve se adequar às finalidades para as quais foi editada a lei penal: “HABEAS CORPUS. Suspensão condicional do processo penal (art. 89 da Lei 9.099/95). *Lex mitior*. Âmbito de aplicação retroativa. - Os limites da aplicação retroativa da ‘*lex mitior*’, vão além da mera impossibilidade material de sua aplicação ao passado, pois ocorrem, também, ou quando a lei posterior, malgrado retroativa, não tem mais como incidir, à falta de correspondência entre a anterior situação do fato e a hipótese normativa a que subordinada a sua aplicação, ou quando a situação de fato no momento em que essa lei entra em vigor não mais condiz com a natureza jurídica do instituto mais benéfico e, portanto, com a finalidade para a qual foi instituído. - Se já foi prolatada sentença condenatória, ainda que não transitada em julgado, antes da entrada em vigor da Lei 9.099/95, não pode ser essa transação processual aplicada retroativamente, porque a situação em que, nesse momento, se encontra o processo penal já não mais condiz com a finalidade para a qual o benefício foi instituído, benefício esse que, se aplicado retroativamente, nesse momento, teria, até, sua natureza jurídica modificada para a de verdadeira transação penal. ‘*Habeas corpus*’ indeferido.” (HC nº 74.305, Rel. Min. Moreira Alves, j. 09.12.1996).

Neste mesmo sentido, o STF consolidou o entendimento de que a oferta do benefício poderia ocorrer até que fosse proferida sentença penal (seja condenatória ou absolutória, como se vê do HC nº 77.877, Rel. Min. Sydney Sanches).

A *ratio decidendi* do precedente acima reproduzido deve ser aplicada ao ANPP, observadas suas peculiaridades em relação à suspensão condicional do processo. É que o ANPP, como dito, se esgota antes do oferecimento e do recebimento da denúncia e, diferentemente, a suspensão condicional do processo tem como pressuposto o início da ação penal (RHC 209.400/SC, Rel. Min. DIAS TOFFOLI julgado em 24/02/2022, publicado em 02/03/2022).



Com isso concluímos que a lei mista nem sempre retroagirá e que a exigência de representação no caso do estelionato não se justifica se o processo já estiver em curso, por alterar a natureza do instituto. Era o que vinha entendendo o STJ, sendo válido acrescentar que o STF tem precedente em sentido diverso.

Assim, pelas razões expostas, a alternativa E está correta e, portanto, pelas mesmas razões, incorretas as alternativas A, B, C e D.

**QUESTÃO 17. Assinale a alternativa correta.**

**a) O acordo de não persecução penal, por se tratar de direito público subjetivo do investigado, pode ser concedido de ofício pelo Juiz de Direito.**

**b) A confissão qualificada, que tenha por objeto a excludente da ilicitude, não impede o acordo de não persecução penal.**

**c) A exigência de confissão para a proposta de acordo de não persecução penal é inconstitucional, por violar o privilégio contra a autoincriminação.**

**d) É defeso ao Ministério Público a proposta de acordo de não persecução penal em crime de ação penal privada.**

**e) Tratando-se de norma mista, benéfica ao investigado, o acordo de não persecução penal pode ser realizado a qualquer tempo, inclusive depois de transitada em julgado a sentença penal condenatória, em sede de execução penal.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

Nos termos do que decidiu o STJ no RHC nº 102.381/BA, o Ministério Público não possui legitimidade para ofertar o ANPP em ações penais privadas. A doutrina tem entendido, com base nisso, e aplicando o raciocínio da transação penal, que o ANPP também é exclusivo do querelante (Leonardo Barreto, p. 363).

A alternativa A está incorreta, pois o ANPP, conforme entende o STJ “[...] não constitui direito subjetivo do investigado, podendo ser proposto pelo MPF conforme as peculiaridades do caso concreto e quando considerado necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção da infração penal, não podendo prevalecer neste caso a interpretação dada a outras benesses legais que, satisfeitas as exigências legais, constitui direito subjetivo do réu, tanto que a redação do art. 28-A do CPP preceitua que o Ministério Público poderá e não deverá propor ou não o referido acordo, na medida em que é o titular absoluto da ação penal pública, ex vi do art. 129, inc. I, da Carta Magna” (AgRg no RHC 152.756/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 14/09/2021, DJe 20/09/2021).

A alternativa B está incorreta, pois a confissão qualificada, com o objetivo de excluir a ilicitude do fato não se enquadra no conceito legal de confissão formal e circunstanciada para fins de celebração do ANPP.

A alternativa C está incorreta, pois muito embora existam divergências na doutrina, a norma permanece válida no ordenamento e não foi declarada inconstitucional, aliás, o STJ vem entendendo pela necessidade da confissão como condição necessária para a celebração do acordo: “Não é possível a aplicação do acordo de não persecução penal (ANPP), previsto no art. 28-A do CPP, na hipótese de inexistência de confissão formal e circunstanciada da prática do crime, conforme a jurisprudência do STJ” (AgRg no REsp 1945881/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 14/09/2021, DJe 17/09/2021).



A alternativa E está incorreta, pois de acordo com o STJ, o ANPP “[...] aplica-se a fatos ocorridos antes da Lei nº 13.964/2019, desde que não recebida a denúncia” (STJ. 5ª Turma. HC 607.003-SC, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 24/11/2020, Info 683), assim, não é possível sua aplicação a qualquer tempo.

**QUESTÃO 18.** A Lei Orgânica do Ministério Público de São Paulo (LC nº 734, de 26.11.93) estatui que "a designação da comarca ou da localidade na nomenclatura do cargo fixa gambito territorial dentro do qual podem ser exercidas as respectivas funções" (art. 294, § 5º). Esse dispositivo, por sua vez, é complementado pelo art. 296, § 19, do mesmo diploma, que tem o seguinte teor "Os cargos com designação de determinada localidade, sejam especializados, criminais, cíveis ou cumulativos ou gerais, terão as atribuições judiciais e extrajudiciais de Ministério Público em correspondência com a competência do órgão jurisdicional nela localizado". A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, por sua vez, estabelece que toda representação ou petição formulada ao Ministério Público será distribuída entre os membros da instituição que tenham atribuições para apreciá-la, observados os critérios fixados pelo Colégio de Procuradores (art. 26, § 5º, da 10 Lei nº 8.625/93). As asserções apresentadas consagram o seguinte princípio Institucional, também relacionado ao processo penal:

- a) Do promotor natural.
- b) Da obrigatoriedade.
- c) Da interdependência funcional.
- d) Da indisponibilidade.
- e) Da autonomia do Ministério Público.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

Cada unidade ministerial tem o seu feixe de atribuições, com designação baseada em um ato geral e abstrato do PGJ. Assim, o princípio do Promotor Natural, veda a criação do “promotor de encomenda”, conforme o art. 5º, LIII, da Constituição Federal “art. 5º [...] LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

Pelas razões expostas, a alternativa correta é a letra A, estando as alternativas B, C, D e E incorretas.

**QUESTÃO 19.** Assinale a alternativa correta.

- a) Na solução do conflito de atribuições entre órgãos do Ministério Público, tendo por objeto o foro competente para a propositura de virtual ação penal, o Procurador-geral de Justiça deverá designar outro Promotor de Justiça para atuar no feito e, dessa forma, preservar a independência funcional do vencido.
- b) Pela sistemática em vigor, discordando das razões invocadas pelo Ministério Público, o Juiz de Direito poderá recusar a promoção de arquivamento do inquérito policial, remetendo os autos ao Procurador-geral de Justiça.
- c) A natureza jurídica do curador especial a que alude o art. 33 do Código de Processo Penal é de substituto processual, ao qual se impõe, uma vez nomeado pelo magistrado, o dever de promover a queixa ou representação.



**d) O recurso da vítima que, nos termos do artigo 28, § 1º, do Código de Processo Penal (incluído pela Lei nº 13.964, de 2019), discorde do arquivamento promovido pelo órgão do Ministério Público independe de regulamentação por meio de Lei Orgânica.**

**e) O atestado de pobreza previsto no art. 32 do Código de Processo Penal é condição sine qua non à nomeação de advogado para o exercício do direito de queixa.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

Na sistemática atual, o artigo 28 do Código de Processo Penal estabelece que o juiz, discordando das razões do membro do Ministério Público deve remeter os autos ao PGJ. A alteração para esse modelo, que confere maior autonomia às decisões e ao convencimento do membro Ministério Público, foi promovida pelo Pacote Anticrime e encontra-se ainda suspensa por força de decisão liminar do STF.

A alternativa A está incorreta, pois deverá o PGJ deverá indicar, com base na Lei Orgânica Estadual, qual o Promotor natural da causa, que terá atribuição para atuar no feito, sob pena de violação ao princípio do Promotor natural.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 33 do Código de Processo Penal dispõe que “Se o ofendido for menor de 18 anos, ou mentalmente enfermo, ou retardado mental, e não tiver representante legal, ou colidirem os interesses deste com os daquele, o direito de queixa poderá ser exercido por curador especial, nomeado, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, pelo juiz competente para o processo penal”, logo, verifica-se que o curador nomeado não deverá, mas sim **poderá** promover a queixa e este o erro da alternativa.

A alternativa D está incorreta, pois o recurso depende de regulamentação pela Lei Orgânica de cada Ministério Público, conforme art. 28, § 1º, do Código de Processo Penal: “art. 28 [...] § 1º Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica”.

A alternativa E está incorreta, pois o art. 32 do Código de Processo Penal exige a comprovação da pobreza, o que pode se dar por outros meios que não apenas o “atestado de pobreza”: “Art. 32. Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.”.

**QUESTÃO 20. Não é possível a oposição de instrumento juridicamente válido que impeça o exercício da jurisdição. Essa afirmação guarda relação com o seguinte princípio:**

**a) Improrrogabilidade de jurisdição.**

**b) Juiz natural.**

**c) Indeclinabilidade de jurisdição.**

**d) Aplicação jurisdicional da pena.**

**e) Nenhuma das alternativas anteriores.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.



O princípio da inafastabilidade (indeclinabilidade) da jurisdição defende a integridade do Estado em avocar para si a resolução dos conflitos, substituindo os cidadãos e evitando o exercício arbitrário das próprias razões, crime previsto art. 345 do Código Penal.

Nos termos do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal a jurisdição é inafastável (ou indeclinável): “Art. 5º [...] XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

Portanto, a afirmativa indica claramente a indeclinabilidade da jurisdição.

As alternativas A, B, D e E, portanto, estão incorretas pelas razões expostas.

#### **QUESTÃO 21. Assinale a alternativa correta.**

**a) Se o relator do Recurso Extraordinário entender que a ofensa à Constituição é reflexa, deverá indeferir liminarmente seu processamento, não conhecendo, desde logo, a impugnação.**

**b) É defeso ao Presidente do Tribunal de origem indeferir o processamento de recurso especial, posto que intempestivo.**

**c) O recurso especial interposto contra acórdão condenatório, por versar sobre o direito de locomoção e status libertatis do réu, admite ampla análise crítica e valorativa dos elementos de prova.**

**d) É necessária a ratificação do recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, ainda que inalterado o resultado anterior.**

**e) A constatação de erro grosseiro impede a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

É o que entende o STJ: “PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. IMPRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO QUANDO CABÍVEL APELAÇÃO. TEMPESTIVIDADE. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ OU DE ERRO GROSSEIRO. FUNGIBILIDADE RECURSAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. I - A jurisprudência deste Superior Tribunal "admite a fungibilidade recursal, a teor do art. 579 do CPP, quando, além de observado o prazo do recurso que se pretende reconhecer, não fica configurada a má-fé ou a prática de erro grosseiro" (AgRg no REsp n. 1.704.526/AM, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe 30/5/2018). II - O caso em comento se revela pela possibilidade de conversão do recurso em sentido estrito em apelação se, do erro, não se constatou a intempestividade recursal, nem prejuízo à parte recorrida no que tange ao processamento do recurso. Agravo regimental desprovido”. (AgRg no REsp n. 1.937.416/SC, relator Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 20/3/2023, DJe de 27/3/2023.)

A alternativa A está incorreta, pois a ofensa, ainda que reflexa à Constituição, não enseja o indeferimento liminar do processamento do Recurso Extraordinário.

A alternativa B está incorreta, pois é admitida a realização do juízo de admissibilidade recursal pelo Presidente do Tribunal a quo, podendo ele indeferir o processamento do recurso intempestivo.

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com a Súmula nº 7 do STJ: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.



A alternativa D está incorreta, pois de acordo com a Súmula nº 579 do STJ: “Não é necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração, quando inalterado o resultado anterior”.

**QUESTÃO 22. Assinale a alternativa correta.**

- a) O representante diplomático não pode figurar no polo passivo da prisão em flagrante, exceto pela prática de crime considerado grave.
- b) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir liberdade provisória com ou sem fiança. Com base nessa afirmação, é lícito concluir que a prisão, antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, não é admitida no direito bra-sileiro, por violar o princípio do estado de inocência.
- c) O flagrante não terá força prisional nas hipóteses em que o réu se livrar solto.
- d) O advogado pode ser preso em flagrante pela prática de crime inafiançável, exceto quando o fato estiver relacionado ao exercício da função.
- e) O juiz poderá, de ofício, em qualquer fase do processo, decretar a prisão preventiva do acusado, desde que devidamente fundamentada, revisando-a a cada 90 (noventa) dias.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

Nas hipóteses em que se “livra solto” (Lei nº 9.099/1995), ocorre a captura, mas não há recolhimento ao cárcere.

A questão é suscetível de recurso, pois a expressão “livrar-se solto” não encontra mais previsão no Código de Processo Penal.

A alternativa A está incorreta, pois não é “crime grave” que desautoriza a prisão em flagrante de agente diplomático por força de imunidade diplomática

A alternativa B está incorreta, pois os diplomatas (e seus familiares) não podem ser presos em flagrante em razão da imunidade diplomática, nos termos da Convenção de Viena, o que não possui exceções, de modo que o agente diplomático não poderá ser preso mesmo que cometa um ato grave no país em que se encontra em serviços, devendo ser punido no seu país de origem.

A alternativa D está incorreta. O advogado, quando no exercício da sua função, apenas poderá ser preso em flagrante delito se praticar crime inafiançável, sendo necessária, de todo modo, a presença de representante da OAB para assisti-lo no ato. Logo, ainda que o crime esteja relacionado às funções do advogado, se for inafiançável, deverá ocorrer a prisão em flagrante e deverá ser lavrado o auto de prisão em flagrante delito.

A alternativa E está incorreta, pois o juiz, após o Pacote Anticrime não pode decretar a prisão preventiva de ofício, o que também já é pacífico no STJ e STF.

**QUESTÃO 23. Assinale a alternativa correta.**

- a) A presunção hominis pautada em regras de experiência sempre demanda prova.
- b) A regra do nemo tenetur se detegere também se aplica à testemunha compromissada.
- c) A estrutura acusatória do processo penal retira do juiz o seu poder instrutório.



**d) Pela atual sistemática processual penal, o silêncio poderá constituir elemento de prova para a formação do convencimento do juiz.**

**e) o descumprimento dos procedimentos previstos para a cadeia de custódia invalida necessariamente o exame de corpo de delito em sentido estrito.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O princípio do nemo tenetur se detegere tem por objetivo privilegiar a ampla defesa e se aplica à testemunha que, durante o seu depoimento, for questionada sobre fato que possa incriminá-la, que muito embora não possa mentir sobre os fatos, não obrigada a produzir provas que possam lhe prejudicar caso seja colocada em condição de investigada.

A alternativa A está incorreta. As presunções hominis consistem em juízos de valor realizados com base na experiência e observação em relação a fatos de ordinariamente acontecem, isto é, partem de um juízo de observação, logo, por razões lógicas, não necessariamente demandam prova.

A alternativa C está incorreta, pois muito embora o sistema acusatório tenha por uma de suas finalidades, blindar o juízo de contaminações cognitivas, o ordenamento jurídico, a exemplo do art. 156 do Código de Processo Penal e a própria jurisprudência dos Tribunais Superiores admitem a atividade instrutória do juiz.

A alternativa D está incorreta. O direito ao silêncio está previsto no art. 5º, LXIII, da Constituição Federal: "art. 5º, LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado". Embora o art. 198 do Código de Processo Penal disponha que "o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz", tal regra não foi recepcionada pela Constituição Federal, de modo que o silêncio não poderá prejudicar o réu.

A alternativa E está incorreta, pois o descumprimento de qualquer ato da cadeia de custódia demanda análise casuística de eventual prejuízo para o réu, logo, não havendo prejuízo, não haverá nulidade a declarar (pas de nullité sans grief).

### **QUESTÃO 24. Assinale a alternativa que contém afirmação INCORRETA.**

**a) O Ministério Público não pode desistir do recurso que haja interposto.**

**b) Não é possível o aforamento de revisão criminal para alteração de dispositivo no qual se fundamentou a absolvição, ainda que para impedir a ação civil para reparação do dano.**

**c) A decisão do magistrado que, de ofício, determina arquivamento de inquérito policial em benefício de investigado específico e determinado, sem a oitiva do Ministério Público, deve ser impugnada por meio de recurso em sentido estrito (art. 581, X, do Código de Processo Penal).**

**d) A propositura de revisão criminal exige, antes, o exaurimento das instâncias, com a interposição de todos os recursos postos à disposição do condenado.**

**e) A sentença absolutória que reconhece a inexistência do fato impede a propositura da ação civil para reparação do dano.**

### **Comentários**

A alternativa incorreta a ser assinalada é a **letra D**.



A revisão criminal, ação autônoma de impugnação no processo penal, **não exige o exaurimento dos recursos cabíveis**.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com o art. 576 do Código de Processo Penal: “Art. 576. O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto”.

A alternativa B está correta, pois é cabível a revisão criminal apenas para os casos de condenação e absolvição imprópria.

A alternativa C está correta, pois se aplica à hipótese o que dispõe o art. 581, X, do Código de Processo Penal: “Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: [...] X - que conceder ou negar a ordem de habeas corpus”.

A alternativa E está correta, conforme conjugação dos artigos 66 e 67 do Código de Processo Penal.

#### **QUESTÃO 25. Assinale a alternativa correta.**

**a) Por princípio da variabilidade recursal entende-se que a parte poderá, dentro do prazo legal, interpor sucessivos recursos, impugnando tópicos diversos da sentença.**

**b) É nas razões de apelação que o Ministério Público delimita a matéria objeto da devolução para o Tribunal.**

**c) É possível a impetração de pedido de ordem de habeas corpus contra sentença que condenou o réu exclusivamente, à pena de multa.**

**d) Todas as alternativas estão INCORRETAS.**

**e) Os recursos especial e extraordinário, na atual sistemática processual, não têm efeito translativo.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, de modo que todas as alternativas estão INCORRETAS.

A alternativa A está incorreta, pois a aplicação do princípio da variabilidade recursal possibilita que a parte possa substituir o recurso interposto erroneamente pelo recurso apropriado, isto é, corrigir a espécie recursal.

A alternativa B está incorreta, pois a delimitação da matéria (ou capítulo) impugnada objeto de devolução pelo Tribunal ad quem é realizada na interposição.

A alternativa C está incorreta, pois conforme Súmula nº 693 do STF: “Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada”.

A alternativa E está incorreta. O efeito translativo consiste na possibilidade de ad quem apreciar matéria não analisada pelo juízo a quo, ou mesmo ignorada pelas partes e que versem sobre questões de ordem pública. Neste sentido, é perfeitamente possível que o STJ e o STF nos julgamentos de REsp e RE, respectivamente, possam aplicar o efeito para, por exemplo, declarar uma nulidade absoluta ou mesmo declarar a prescrição.



**QUESTÃO 26.** Em relação ao procedimento dos crimes dolosos contra a vida, é lícito afirmar.

- a) A leitura de obras jurídicas em plenário do júri é causa de nulidade do julgamento.
- b) É defeso ao Ministério Público recorrer contra decisão absolutória do Conselho de Sentença, sob o argumento de ser manifestamente contrária à prova dos autos.
- c) Em homenagem à plenitude do direito de defesa, o advogado do acusado terá direito à tréplica, posto que o Ministério Público não tenha se manifestado na réplica.
- d) Todas as alternativas estão **INCORRETAS**.
- e) Operando-se a desclassificação em plenário em relação ao crime doloso contra a vida, os jurados continuarão competentes para a apreciação dos delitos conexos.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, de modo que todas as alternativas estão **INCORRETAS**.

A alternativa A está incorreta, pois a leitura de obras jurídicas não é hipótese legal ou reconhecida na jurisprudência que acarrete a nulidade do julgamento.

A alternativa B está incorreta, pois, muito pelo contrário, é permitido (e não defeso) ao membro do Ministério Público recorrer em tais hipóteses, conforme art. 593, III, “d”, do Código de Processo Penal: “Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: [...] III - das decisões do Tribunal do Júri, quando: [...] d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos”.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 476, § 4º, do Código de Processo Penal dispõe que: “art. 476 [...] § 4º A acusação poderá replicar e a defesa treplicar, sendo admitida a reinquirição de testemunha já ouvida em plenário”, logo, não havendo réplica, não há espaço para a réplica por razões lógicas.

A alternativa E está incorreta, pois a desclassificação do crime retira da competência do Tribunal do Júri a análise do crime doloso contra a vida e dos crimes a ele conexos, de modo que o feito deverá ser encaminhado para o juízo competente.

**QUESTÃO 27.** Sobre a colaboração premiada, é lícito afirmar:

- a) Se a colaboração for posterior à sentença, a pena poderá ser reduzida em até 2/3 (dois terços).
- b) O Ministério Público poderá formular com o corréu colaborador um acordo de não persecução penal, abstendo-se do oferecimento da denúncia, ainda que a pena mínima seja superior a 04 anos.
- c) Uma vez homologada pelo magistrado, constitui direito do colaborador a obtenção dos benefícios ali acordados.
- d) A ausência de defensor aos atos de negociação não importará nulidade do acordo, se não ficar demonstrado o prejuízo.
- e) Em homenagem à estrutura acusatória do processo penal, o juiz de direito não poderá recusar a homologação da proposta, pois importa acordo com concessões recíprocas de interesse exclusivo das partes.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.



A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 4º, § 5º, da Lei 12.850: “Se a colaboração for posterior à sentença, a pena poderá ser reduzida até a metade ou será admitida a progressão de regime ainda que ausentes os requisitos objetivos”.

A alternativa B está correta. Cabe ao Ministério Público oferecer ou não o acordo de colaboração premiada. Se pode o mais, de oferecer quando a pena mínima é inferior a 4 anos, pode o menos, oferecer quando a pena mínima é superior a 4 anos.

A alternativa C está incorreta, conforme entendimento do STF, exarado no Informativo 870: “O direito subjetivo do colaborador nasce e se perfectibiliza na exata medida em que ele cumpre seus deveres. Assim, o cumprimento dos deveres pelo colaborador é condição sine qua non para que ele possa gozar dos direitos decorrentes do acordo. Por isso diz-se que o acordo homologado como regular, voluntário e legal gera vinculação condicionada ao cumprimento dos deveres assumidos pela colaboração, salvo ilegalidade superveniente apta a justificar nulidade ou anulação do negócio jurídico.”.

A alternativa D está incorreta, conforme o art. 3º-C, § 1º, da Lei 12.850: “Nenhuma tratativa sobre colaboração premiada deve ser realizada sem a presença de advogado constituído ou defensor público”.

A alternativa E está incorreta, conforme o art. 4º, §8º, da Lei 12.850: “O juiz poderá recusar a homologação da proposta que não atender aos requisitos legais, devolvendo-a às partes para as adequações necessárias.”.

**QUESTÃO 28. Sobre fundações, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar:**

**a) Poderá ser constituída para fins de habitação de interesse social.**

**b) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, é facultado ao instituidor a transferência da propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados.**

**c) Se o estatuto da fundação não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.**

**d) É possível sua criação por instituidor que fará, por escritura pública, documento privado ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.**

**e) A alteração estatutária pode ser deliberada pela maioria simples daqueles competentes para gerir e representar a fundação.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 62, parágrafo único, do CC/02: “A fundação somente poderá constituir-se para fins de: I – assistência social; II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III – educação; IV – saúde; V – segurança alimentar e nutricional; VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos; IX – atividades religiosas”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 64 do CC/02: “Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.”.



A alternativa C está correta, nos termos do art. 65, parágrafo único, do CC/02: “Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 62, caput, do CC/02: “Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 67, inciso I, do CC/02: “Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma: I - seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;”.

**QUESTÃO 29. Nos termos da jurisprudência dominante e atual do Superior Tribunal de Justiça, em relação à obrigação alimentar, é correto afirmar:**

**a) A obrigação de prestar alimentos recai sobre os parentes mais próximos em grau, só transferindo aos mais remotos à falta daqueles. Essa falta deve ser compreendida apenas como ausência, e não como impossibilidade ou insuficiência financeira de suportar o encargo.**

**b) O novo casamento do cônjuge devedor de alimentos extingue a obrigação constante da sentença de divórcio de pagar pensão alimentícia à ex-esposa ou ao ex-marido.**

**c) Concedidos os alimentos gravídicos à gestante, a fim de auxiliá-la nas despesas com a gestação, o nascimento com vida impõe a cassação desses alimentos, não sendo possível a conversão da natureza dos alimentos para provisórios, em favor do recém-nascido.**

**d) A obrigação alimentar do pai em relação aos filhos cessa automaticamente com o advento da maioridade.**

**e) É irrenunciável o direito aos alimentos presentes e futuros, facultado ao credor renunciar aos alimentos pretéritos, devidos e não prestados, isso porque a irrenunciabilidade atinge o direito, e não o seu exercício.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, conforme o entendimento do STJ (REsp 1.170.224): “(...) 10. São chamados, primeiramente, a prestar alimentos, os parentes mais próximos em grau, só fazendo recair a obrigação nos mais remotos, à falta daqueles; essa falta deve ser compreendida, conforme interpretação conjugada dos arts. 1.697 e 1.698 do CC/02, para além da ausência de parentes de grau mais próximo, como a impossibilidade ou, ainda, a insuficiência financeira desses de suportar o encargo”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 1.709 do CC/02: “O novo casamento do cônjuge devedor não extingue a obrigação constante da sentença de divórcio”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 11.804: “Após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos ficam convertidos em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a sua revisão”.

A alternativa D está incorreta, nos termos da súmula nº 358 do STJ: “O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos”.



A alternativa E está correta, conforme entendimento do STJ (REsp 1.529.532): “(...) 3. É irrenunciável o direito aos alimentos presentes e futuros (art. 1.707 do Código Civil), mas pode o credor renunciar aos alimentos pretéritos devidos e não prestados, isso porque a irrenunciabilidade atinge o direito, e não o seu exercício”.

**QUESTÃO 30. A respeito da prescrição e da decadência, é correto afirmar:**

- a) O pagamento dos juros da dívida não interrompe a prescrição.
- b) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros.
- c) Salvo disposição legal em contrário, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- d) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- e) A exceção não prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 202, VI do CC/02: “A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 204 do CC/02: “A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 207 do CC/02: “Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 209 do CC/02: “É nula a renúncia à decadência fixada em lei”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 190 do CC/02: “A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão”.

**QUESTÃO 31. No ano de 2021, morreu homem solteiro que vivia sozinho, sem relacionamento amoroso, sem deixar testamento, descendentes ou ascendentes. Contudo, deixou bens, um irmão vivo, porém declarado indigno com trânsito em julgado, e cinco sobrinhos. Um sobrinho (ora denominado S1) é filho de um irmão pré-morto (ora denominado I1). Dois sobrinhos (ora denominados S2 e S3) são filhos de outro irmão pré-morto (ora denominado I2). Dois sobrinhos (ora denominados S4 e S5) são filhos do irmão indigno (ora denominado I3).**

**Assinale a alternativa correta, no que se refere à partilha de bens da herança, nos termos do Código Civil.**

- a) Cada sobrinho (S1, S2, S3, S4 e S5) receberá 1/5 parte da herança.
- b) S1 receberá 1/3 parte da herança, S2 receberá 1/3 parte da herança, e S3 receberá 1/3 parte da herança.
- c) S1 receberá metade da herança, S2 receberá 1/4 parte da herança, e S3 receberá 1/4 parte da herança.
- d) S1 receberá 1/3 parte da herança, e os demais sobrinhos (S2, S3, S4 e S5) receberão, cada um, 1/6 parte da herança.



**e) S1 receberá 2/5 partes da herança, S2 e S3 receberão, cada qual, 1/5 parte da herança e S4 e S5 receberão, cada qual, 1/10 parte da herança.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Quanto aos sobrinhos S1, S2 e S3, aplica-se o art. 1843, § 1º, do CC/02: “Se concorrerem à herança somente filhos de irmãos falecidos, herdarão por cabeça”. Quanto aos sobrinhos S4 e S5, aplica-se o art. 1.816, caput, do CC/02: “São pessoais os efeitos da exclusão; os descendentes do herdeiro excluído sucedem, como se ele morto fosse antes da abertura da sucessão.”.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas, de acordo com o fundamento exposto na alternativa A.

**QUESTÃO 32. Sobre o regime de bens, nos termos do Código Civil e da jurisprudência dominante e atual dos Tribunais Superiores, é INCORRETO afirmar:**

**a) No regime de separação legal de bens, comunicam-se os adquiridos na constância do casamento.**

**b) Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem livremente desobrigar ou reivindicar os imóveis que tenham sido gravados ou alienados sem o seu consentimento ou sem suprimento judicial.**

**c) A regra do artigo 1.641, II, do Código Civil, que estabelece o regime da separação obrigatória de bens para os septuagenários, embora expressamente prevista apenas para a hipótese de casamento, aplica-se também às uniões estáveis entre pessoas maiores de 70 anos.**

**d) É admissível a alteração do regime de bens entre os cônjuges, mediante autorização judicial, desde que o pedido seja acompanhado de provas concretas do prejuízo na manutenção do regime de bens originário.**

**e) A certidão de casamento não é suficiente para demonstrar que o casamento foi celebrado sob o regime de separação de bens. É imprescindível tenha havido pacto antenupcial com convenção nesse sentido.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois está de acordo com a súmula nº 377 do STF: “No regime de separação legal de bens, comunicam-se os adquiridos na constância do casamento.”.

A alternativa B está incorreta, pois está de acordo com o art. 1.642, inciso III, do CC/02: “Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem livremente: desobrigar ou reivindicar os imóveis que tenham sido gravados ou alienados sem o seu consentimento ou sem suprimento judicial;”.

A alternativa C está incorreta, pois está de acordo com a súmula nº 655 do STJ: “Aplica-se à união estável contraída por septuagenário o regime da separação obrigatória de bens, comunicando-se os adquiridos na constância, quando comprovado o esforço comum”.

A alternativa D está correta, pois está em desacordo com o entendimento do STJ (Resp 1.119.462): “(...) 2. Assim, a melhor interpretação que se deve conferir ao art. 1.639, § 2º, do CC/02 é a que não exige dos cônjuges justificativas exageradas ou provas concretas do prejuízo na manutenção do regime de bens originário, sob pena de se esquadriñar indevidamente a própria intimidade e a vida privada dos consortes.”.



A alternativa E está incorreta, pois está de acordo com o entendimento do STJ (Resp 173.018): “A certidão de casamento não é suficiente para demonstrar que o casamento foi celebrado sob o regime de separação de bens. É imprescindível tenha havido pacto antenupcial com convenção nesse sentido”.

**QUESTÃO 33. Em relação aos bens reciprocamente considerados, é INCORRETO afirmar:**

- a) Os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico, apesar de ainda não separados do bem principal.
- b) Bem acessório é aquele cuja existência supõe a do principal.
- c) O tratamento das pertenças no Código Civil confirma a regra de que o acessório segue o principal.
- d) Parte integrante e acessório não são vocábulos sinônimos.
- e) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou a aformoseamento de outro.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois está de acordo com o art. 95 do CC/02: “Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.”.

A alternativa B está incorreta, pois está de acordo com o art. 92 do CC/02: “Art. 92. Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal.”

A alternativa C está correta, pois está em desacordo com o art. 93 e art. 94 do CC/02: “São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.”; “Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.”.

A alternativa D está incorreta, pois, de fato, parte integrante e acessórios não são vocábulos sinônimos. Segundo Flávio Tartuce (Manual de Direito Civil, 2021), as partes integrantes “(...) estão unidos ao bem principal, formando com este último um todo independente. (...) são desprovidas de existência material própria, mesmo mantendo sua integridade”. Já acessório é gênero e, segundo o autor: “São os bens cuja existência e finalidade dependem de um outro bem, denominado bem principal”.

A alternativa E está incorreta, pois está de acordo com o art. 93 do CC/02: “São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.”.

**QUESTÃO 34. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito de cláusula penal.**

- a) Pode ser estipulada em conjunto com a obrigação ou em ato posterior.
- b) O juiz tem o dever de reduzir a cláusula penal se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.
- c) Aplica-se a ela a regra do artigo 184 do Código Civil, segundo o qual "a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal".



**d) O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.**

**e) Não é possível estipular cláusula penal que se refira apenas à inexecução de uma das cláusulas da avença.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois está de acordo com o art. 409 do CC/02: “A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora”.

A alternativa B está incorreta, pois está de acordo com o art. 413 do CC/02: “A penalidade deve ser reduzida eqüitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio”.

A alternativa C está incorreta. A cláusula penal é espécie de obrigação acessória e, por isso, sofre os efeitos do art. 184 do CC/02. Nesse sentido, pontua Flávio Tartuce (Manual de Direito Civil, 2021) quanto à cláusula penal: “Trata-se de uma obrigação acessória que visa a garantir o cumprimento da obrigação principal, bem como fixar, antecipadamente, o valor das perdas e danos em caso de descumprimento. Por ser acessória, aplica-se o princípio pelo qual a obrigação acessória deve seguir a principal (princípio da gravitação jurídica), fazendo com que no caso de nulidade do contrato principal a multa também seja declarada nula.”.

A alternativa D está incorreta, pois está de acordo com o art. 412 do CC/02: “O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal”.

A alternativa E está correta, pois está em desconformidade com o art. 409 do CC/02: “A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora”.

**QUESTÃO 35. Em matéria de danos materiais e/ou morais, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento atual e dominante que**

**I. no transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave.**

**II. o mero descumprimento contratual, em princípio, é o suficiente para ensejar responsabilização ao pagamento de indenização por danos morais, visto ultrapassar o incômodo do cotidiano da vida em sociedade.**

**III. a empresa não responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículos ocorridos em seu estacionamento, por se tratar de fortuito externo.**

**IV. nos contratos onerosos de transporte de pessoas, desempenhados no âmbito de uma relação de consumo, o fornecedor de serviços não será responsabilizado por assédio sexual ou ato libidinoso praticado por usuário do serviço de transporte contra passageira, por caracterizar fortuito extemo, afastando o nexo de causalidade.**

**Das proposições apresentadas, está(ão) corretas apenas:**

**a) I e IV.**

**b) II e III.**



c) III e IV.

d) I e II.

e) I.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

O item I está correto, conforme a súmula nº 145 do STJ: “No transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave.”.

O item II está incorreto, conforme o entendimento do STJ (AgInt no Resp 1.942.812): “1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o simples descumprimento contratual, por si só, não é capaz de gerar danos morais, sendo necessária a comprovação de circunstâncias específicas que possam configurar a lesão extrapatrimonial, o que não ocorreu no caso dos autos. (...)”.

O item III está incorreto, conforme a súmula nº 130 do STJ: “A empresa responde, perante o cliente, pela reparação de dano ou furto de veículo ocorridos em seu estacionamento.”.

O item IV está correto, conforme o entendimento do STJ (REsp 1.833.722): “(...) 5. Assim, nos contratos onerosos de transporte de pessoas, desempenhados no âmbito de uma relação de consumo, o fornecedor de serviços não será responsabilizado por assédio sexual ou ato libidinoso praticado por usuário do serviço de transporte contra passageira, por caracterizar fortuito externo, afastando o nexo de causalidade”.

**QUESTÃO 36. Considerando a legislação civil em vigor, assinale a alternativa correta acerca do casamento.**

a) A sociedade conjugal só termina pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio.

b) Não podem casar os afins em linha reta, mesmo após a dissolução do casamento.

c) Para a realização do casamento nuncupativo, é necessário que algum dos contraentes esteja em iminente risco de vida, não se obtenha a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a de seu substituto e haver a presença de, pelo menos, três testemunhas.

d) Pode ser anulado o casamento realizado por vício da vontade, se houve por parte de um dos nubentes erro essencial. É hipótese de erro essencial a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável que caracteriza deficiência.

e) O Ministério Público não tem legitimidade para promover ação direta pretendendo a decretação da nulidade de casamento contraído por infringência de impedimento.

#### **Comentários.**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 1.571 do CC/02: “A sociedade conjugal termina: I - pela morte de um dos cônjuges; II - pela nulidade ou anulação do casamento; III - pela separação judicial; IV - pelo divórcio.”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 1.521, II e do art. 1.595, § 2º, do CC/02: “Não podem casar: II - os afins em linha reta;” e “Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.”.



A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 1.540 do CC/02: “Quando algum dos contraentes estiver em iminente risco de vida, não obtendo a presença da autoridade à qual incumba presidir o ato, nem a de seu substituto, poderá o casamento ser celebrado na presença de seis testemunhas, que com os nubentes não tenham parentesco em linha reta, ou, na colateral, até segundo grau.”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 1.557, III, do CC/02: “Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge: (...) III - a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou de moléstia grave e transmissível, por contágio ou por herança, capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência;”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 1.549 do CC/02: “A decretação de nulidade de casamento, pelos motivos previstos no artigo antecedente, pode ser promovida mediante ação direta, por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público”.

### **QUESTÃO 37. É entendimento dominante e atual do Supremo Tribunal Federal:**

**a) A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica.**

**b) É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros.**

**c) A legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na respectiva área em que situado o imóvel pode obstar o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana.**

**d) É compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos.**

**e) A pessoa transgênero tem o direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome, vedada a modificação da sua classificação de gênero, no registro civil.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme a tese fixada pelo STF sob o regime de repercussão geral (RE 898.060): “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”.

A alternativa B está correta, conforme a tese fixada pelo STF sob o regime de repercussão geral (RE 646.721 e RE 878.694): “É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002”.

A alternativa C está incorreta, conforme a tese fixada pelo STF sob o regime de repercussão geral (RE 422.349): “Preenchidos os requisitos do art. 183 da Constituição Federal, o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana não pode ser obstado por legislação infraconstitucional que estabeleça módulos urbanos na respectiva área em que situado o imóvel (dimensão do lote)”.

A alternativa D está incorreta, conforme a tese fixada pelo STF sob o regime de repercussão geral (RE 1.010.606): “É incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais. Eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir



dos parâmetros constitucionais - especialmente os relativos à proteção da honra, da imagem, da privacidade e da personalidade em geral - e das expressas e específicas previsões legais nos âmbitos penal e cível”.

A alternativa E está incorreta, conforme a tese fixada pelo STF sob o regime de repercussão geral (RE 670422): “Tese: I) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa; (...)”.

**QUESTÃO 38. A respeito das regras e dos princípios fundamentais do processo civil hodierno, é INCORRETO afirmar:**

**a) É vedada a prolação de decisão inaudita altera pars, salvo nas hipóteses de tutela provisória e de urgência relativas a ações com intervenção do Ministério Público.**

**b) A boa-fé é dever de comportamento de todos os sujeitos do processo, devendo o juiz levar em consideração esse dever quando da interpretação do pedido e da prolação da decisão judicial.**

**c) É dever dos juízes, advogados, defensores público e membros do Ministério Público estimular a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos, inclusive no curso do processo judicial.**

**d) A proibição de decisão surpresa veda ao juiz decidir, em qualquer grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestarem.**

**e) O dever de cooperação é atribuído a todos os sujeitos do processo e pode fundamentar a inversão do ônus da prova na hipótese de impossibilidade ou excessiva dificuldade de cumprir o encargo.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está incorreta, pois não é hipótese específica de concessão de tutela provisória de urgência, sem oitiva da parte contrária, a presença de intervenção do Ministério Público na ação. Logo, aplica-se essa possibilidade mesmo a processos sem a intervenção ministerial, conforme o previsto no art. 9º, do CPC: “Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica: I - à tutela provisória de urgência; [...]”.

A alternativa B está correta, pois a boa-fé é critério de interpretação do pedido, conforme art. 322, §2º, do CPC: “A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé”. Também é critério de interpretação da sentença, conforme o previsto no art. 489, §3º, do CPC: “A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé”.

A alternativa C está correta, pois reproduz o texto do art. 3º, §3º, do CPC: “A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial”.

A alternativa D está correta, pois reproduz o texto do art. 10 do CPC: “O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício”.



A alternativa E está correta, pois o princípio da cooperação é exigido de todos os sujeitos do processo, conforme art. 6º, do CPC: "Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.". Ademais, uma de suas vertentes é a inversão do ônus da prova, a qual poderá ser aplicada pelo juiz nos casos de impossibilidade ou excessiva dificuldade de cumprimento do encargo pela parte a quem este competia originalmente, conforme o previsto no art. 373, §1º, do CPC: "Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.".

**QUESTÃO 39. Sobre a intervenção de terceiro, leia as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.**

**a) Havendo alienação da coisa litigiosa, o adquirente poderá ingressar em juízo sucedendo o alienante, independentemente do consentimento da parte contrária, e poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial.**

**b) O litisconsórcio será unitário quando a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes e será necessário quando o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.**

**c) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido, sendo-lhe vedada a rediscussão da decisão transitada em julgado, salvo se for revel o assistido, hipótese em que ao assistente será permitida a rediscussão da ação.**

**d) O réu poderá requerer o chamamento ao processo ao afiançado, na ação em que o fiador for réu, e dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.**

**e) Considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, o juiz ou o relator poderá, depois de prévio requerimento das partes, admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, como amicus curiae.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois a substituição processual da parte que alienou coisa litigiosa pelo adquirente desta só possível com a concordância da parte contrária, conforme o previsto no art. 109 do CPC: "O adquirente ou cessionário não poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, sem que o consinta a parte contrária.".

A alternativa B está incorreta, pois troca os conceitos de litisconsórcio unitário e necessário. O unitário ocorre quando o juiz tiver, necessariamente, de decidir de forma uniforme para todas as partes, conforme art. 116 do CPC: "O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes". Já o necessário, ocorre por disposição legal, exigindo-se a citação de todos os réus para a configuração da eficácia da sentença, conforme art. 114 do CPC: "O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.".



A alternativa C está incorreta, pois a posição do assistente simples do réu revel é de substituto processual, conforme o previsto no art. 121, parágrafo único, do CPC: "Sendo revel ou, de qualquer outro modo, omissivo o assistido, o assistente será considerado seu substituto processual.". Assim, atua como parte e, portanto, a ele são aplicados os efeitos da coisa julgada, conforme art. 506 do CPC: "A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.". Por fim, só é possível ao assistente rediscutir a matéria já decidida no processo se este o assumiu em fase que não lhe seria mais possível influenciar no resultado, por já ter esgotado a fase instrutória ou porque desconhecia alegações e provas só da alçada do assistido, não as tendo este produzido por dolo ou culpa, conforme o previsto no art. 123 do CPC: "Transitada em julgado a sentença no processo em que interveio o assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que: I - pelo estado em que recebeu o processo ou pelas declarações e pelos atos do assistido, foi impedido de produzir provas suscetíveis de influir na sentença; II - desconhecia a existência de alegações ou de provas das quais o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu.".

A alternativa D está correta, pois reproduz o texto do art. 130 do CPC: "É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu: I - do afiançado, na ação em que o fiador for réu; II - dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles; III - dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.".

A alternativa E está incorreta, pois a admissão de amicus curiae pelo juiz não depende de prévio contraditório com as partes, por não se tratar de hipótese que lhes cause qualquer prejuízo, conforme o previsto no art. 138, caput, do CPC: "O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.".

**QUESTÃO 40. Considerando os institutos do impedimento e da suspeição, assinale a opção correta.**

- a) É impedido para exercer suas funções no processo o chefe de secretaria cujo companheiro for amigo íntimo do advogado de uma das partes no processo.**
- b) Reconhecido o impedimento ou a suspeição, o tribunal fixará o momento a partir do qual o juiz não poderia ter atuado, declarando nulos os atos do juiz, se praticados quando existente o motivo de impedimento ou suspeição.**
- c) Poderá o membro do Ministério Público declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, em petição específica dirigida ao juiz do processo na qual indicará o fundamento da suspeição.**
- d) O impedimento e a suspeição do juiz para o processamento e julgamento da causa são hipóteses de rescindibilidade da sentença de mérito transitada em julgado.**
- e) É suspeito para exercer suas funções no processo o perito que tenha relação de emprego com instituição de ensino que figure como parte no processo.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois não se trata de hipótese de impedimento. Veja-se que, conforme o art. 148, II, do CPC, aplicam-se as hipóteses de impedimento e suspeição do juiz a todos os auxiliares da justiça, dentre os quais se inclui o chefe de secretaria: "Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição: [...]"



II - aos auxiliares da justiça; [...]. Por outro lado, ocorreria impedimento se a parte do processo fosse o companheiro do chefe de secretaria, conforme art. 144, IV, do CPC: "Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: [...] IV - quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive; [...]". E haveria suspeição se o advogado da parte fosse seu amigo íntimo, conforme artigos 145, I, do CPC: "Há suspeição do juiz: I - amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados; [...]". Não há, porém, qualquer vedação para a atuação do chefe de secretaria em caso de parte amiga íntima de seu companheiro.

A alternativa B está correta, pois reproduz o texto do art. 146, §§6º e 7º, do CPC: "§6º. Reconhecido o impedimento ou a suspeição, o tribunal fixará o momento a partir do qual o juiz não poderia ter atuado. §7º. O tribunal decretará a nulidade dos atos do juiz, se praticados quando já presente o motivo de impedimento ou de suspeição."

A alternativa C está incorreta, pois, se o membro do Ministério Público declarar sua suspeição por motivo de foro íntimo, não precisa declinar das razões que fundamentaram seu ato, conforme o previsto no art. 148, I e art. 145, §1º, do CPC: "Art. 148. Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição: I - ao membro do Ministério Público; [...]". "Art. 145. [...] §1º. Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.". Também neste sentido, a decisão do Procedimento de Controle Administrativo 562/2013-86 do CNMP: "PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. EXIGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO, À CORREGEDORIA GERAL DO MP/RN, DA SUSPEIÇÃO DECLARADA, "PARA CONTROLE E EXAME DO MOTIVO ENSEJADOR DE SEU AFASTAMENTO". ILEGALIDADE. A ALEGAÇÃO DE FORO ÍNTIMO PRESSUPÕE DISPENSA DE EXPLICAÇÃO DOS MOTIVOS. JURISPRUDÊNCIA DO STF. 1. A Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (AMPERN) contesta o art. 31 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, que exige que o membro do MP/RN, declarando-se suspeito em uma das hipóteses da lei processual, comunique o fato "à Corregedoria-Geral do Ministério Público, para controle e exame do motivo ensejador de seu afastamento". PCA Nº 0.00.000.000214/2012-28 1 de 12 2. Tal exigência mostra-se descabida, tendo em vista que as regras de suspeição visam resguardar o magistrado de eventual constrangimento pessoal, mediante a dispensa de explicitação do motivo íntimo. É que, se assim não fosse, poderia o julgador optar por uma atuação temerária a ter que revelar algo que lhe causasse constrangimentos de ordem pessoal. 3. O Supremo Tribunal Federal vem firmando entendimento nesse sentido, como se vê do Mandado de Injunção nº 642-DF, Mandado de Segurança nº 28089 e Mandado de Segurança Coletivo nº 28215. 4. Procedência."

A alternativa D está incorreta, pois apenas o impedimento é hipótese de rescindibilidade da sentença, conforme art. 966, II, do CPC: "A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: [...] II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente; [...]".

A alternativa E está incorreta, pois a relação de emprego do perito com a parte é hipótese de impedimento, não de suspeição, conforme o previsto no art. 148, III e art. 144, VII, ambos do CPC: "Art. 148. Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição: [...] III - aos demais sujeitos imparciais do processo.". "Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: [...] VII - em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços; [...]".



**QUESTÃO 41. A respeito dos mecanismos de autocomposição de conflitos, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) Em razão do dever de sigilo, o conciliador e o mediador não poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação, sob pena de exclusão do cadastro de conciliadores e mediadores.**

**b) A livre autonomia dos interessados permite às partes a escolha de conciliador e mediador, cadastrados ou não no tribunal, e a definição das regras procedimentais da conciliação e da mediação, admitida a aplicação das técnicas negociais.**

**c) O conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, e o mediador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes.**

**d) As práticas restaurativas são recomendadas nas situações para as quais seja viável a busca da reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre autor e vítima, com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos.**

**e) Os membros e servidores do Ministério Público serão capacitados pelas Escolas do Ministério Público para que realizem sessões de negociação, conciliação, mediação e práticas restaurativas, sendo vedadas as parcerias com outras instituições especializadas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está correta, pois reproduz o texto do art. 166, §2º, do CPC: "Em razão do dever de sigilo, inerente às suas funções, o conciliador e o mediador, assim como os membros de suas equipes, não poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação."

A alternativa B está correta, pois reproduz o texto do art. 166, §§3º e 4º, do CPC, quanto à livre autonomia das partes para a construção de regras procedimentais e quanto à utilização das técnicas de negociação: "§3º. Admite-se a aplicação de técnicas negociais, com o objetivo de proporcionar ambiente favorável à autocomposição. §4º. A mediação e a conciliação serão regidas conforme a livre autonomia dos interessados, inclusive no que diz respeito à definição das regras procedimentais." Além do mais, a escolha dos conciliadores e mediadores é livre pelas partes, podendo, inclusive, não ser cadastrado no tribunal, na forma do art. 168, caput e §1º do CPC: "As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação. §1º. O conciliador ou mediador escolhido pelas partes poderá ou não estar cadastrado no tribunal."

A alternativa C está correta, pois reproduz o texto do art. 165, §§2º e 3º, do CPC: "§2º O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem. §3º O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos."

A alternativa D está correta, pois reproduz o texto do art. 13, da Resolução 118/2014 do CNMP: "Art. 13. As práticas restaurativas são recomendadas nas situações para as quais seja viável a busca da reparação dos efeitos da infração por intermédio da harmonização entre o (s) seu (s) autor (es) e a (s) vítima (s), com o objetivo de restaurar o convívio social e a efetiva pacificação dos relacionamentos."



A alternativa E está incorreta, pois, conforme art. 18, da Resolução 118/2014, do CNMP, cabe a realização de meios alternativos de solução de conflitos via parceria com outras instituições especializadas: "Os membros e servidores do Ministério Público serão capacitados pelas Escolas do Ministério Público, diretamente ou em parceria com a Escola Nacional de Mediação e de Conciliação (ENAM), da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, ou com outras escolas credenciadas junto ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público, para que realizem sessões de negociação, conciliação, mediação e práticas restaurativas, podendo fazê-lo por meio de parcerias com outras instituições especializadas."

**QUESTÃO 42. O Ministério Público deverá atuar na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis. Nesse sentido, é correto afirmar.**

**a) O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica em todos os processos em que a Fazenda Pública figure como parte.**

**b) O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica no prazo de 60 (sessenta) dias.**

**c) O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica em processos que envolvam interesse de incapaz, interesse público, interesse social e litígios coletivos pela posse de terra urbana ou rural.**

**d) O Ministério Público deverá ter vista dos autos antes das partes e poderá, além de produzir provas, requerer medidas processuais e recorrer.**

**e) O prazo do Ministério Público para manifestar-se nos autos será contado em dobro, ainda que a lei estabeleça prazo próprio para sua manifestação.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o Ministério Público somente participa dos processos em que se discute interesse público primário da Fazenda Pública, conforme o texto do art. 178, I, e parágrafo único, do CPC: "O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I - interesse público ou social; [...] Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.". Nesse sentido o REsp 1.151.639 (Informativo 548 do STJ): "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA CONFIGURADA. AÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO PROPOSTA POR ENTE PÚBLICO. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DESNECESSIDADE. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 1. A interpretação do art. 82, II, do CPC, à luz dos arts. 129, incisos III e IX, da Constituição da República, revela que o "interesse público" que justifica a intervenção do Ministério Público não está relacionado à simples presença de ente público na demanda nem ao seu interesse patrimonial (interesse público secundário ou interesse da Administração). Exige-se que o bem jurídico tutelado corresponda a um interesse mais amplo, com espectro coletivo (interesse público primário). 2. A causa de pedir ressarcimento pelo ente público lesionado, considerando os limites subjetivos e objetivos da lide, prescinde da análise da ocorrência de ato de improbidade, razão pela qual não há falar em intervenção obrigatória do Ministério Público. 3. Embargos de divergência providos para, reformando o acórdão embargado, dar provimento ao recurso especial e, em consequência, determinar que o Tribunal de origem, superada a nulidade pela não intervenção do Ministério Público,



prossiga no julgamento do recurso de apelação. (REsp n. 1.151.639/GO, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 10/9/2014, DJe de 15/9/2014.)

A alternativa B está incorreta, pois o prazo para a manifestação do Ministério Público é de 30 dias, a teor do previsto no art. 178, caput, do CPC: "O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: [...]".

A alternativa C está correta, pois reproduz o texto do art. 178, caput e seus incisos, do CPC: "O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I - interesse público ou social; II - interesse de incapaz; III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana."

A alternativa D está incorreta, pois o Ministério Público manifesta-se no processo após as partes, conforme o previsto no art. 179, I, do CPC: "Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público: I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo; [...]".

A alternativa E está incorreta, pois o Ministério Público tem prazo em dobro apenas nas hipóteses comuns, não se aplicando a regra aos prazos específicos, conforme o previsto no art. 180, §2º, do CPC: "Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público."

**QUESTÃO 43. Em relação às disposições sobre a tutela provisória no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.**

**a) A decisão que concede a tutela antecipada em caráter antecedente não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes.**

**b) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, independente de caução, salvo nos casos de concessão de liminar.**

**c) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter antecedente se o autor não deduzir o pedido principal no prazo legal, sendo vedado à parte renovar o pedido, mesmo que sob novo fundamento.**

**d) A tutela de evidência será concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo na hipótese de abuso do direito de defesa, podendo o juiz decidir liminarmente.**

**e) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada, salvo durante o período de suspensão do processo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com o previsto no art. 304, §§2º, 3º e 6º, do CPC: "A tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. [...] § 2º Qualquer das partes poderá demandar a outra com o intuito de rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada estabilizada nos termos do caput. §3º A tutela antecipada conservará seus efeitos enquanto não revista, reformada ou invalidada por decisão de mérito proferida na ação de que trata o §2º. [...] §6º A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade



dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes, nos termos do § 2º deste artigo."

A alternativa B está incorreta, pois a exigência de caução como contracautela à tutela provisória de urgência não está vinculada ao momento processual de seu deferimento, ou seja, à sua concessão liminar, mas ao risco de dano à parte contrária, conforme o expressamente previsto no art. 300, §1º, do CPC: "Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la."

A alternativa C está incorreta, pois cabe à parte renovar o pedido de tutela provisória antecedente se houver novo fundamento, conforme o previsto no art. 309, parágrafo único, do CPC: "Se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar, é vedado à parte renovar o pedido, salvo sob novo fundamento."

A alternativa D está incorreta, pois nos casos de abuso de direito de defesa não cabe liminar para concessão de tutela de evidência, até mesmo por razões de imperativo lógico, conforme o previsto no art. 311, I e parágrafo único do CPC: "A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte; [...] Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente."

A alternativa E está incorreta, pois todas as medidas urgentes podem ser tomadas durante a suspensão do processo, dentro das quais se inclui a modificação ou revogação da tutela provisória, conforme prevê o art. 296 e art. 314, ambos do CPC: "A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada. Parágrafo único. Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo." "Art. 314. Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição".

**QUESTÃO 44. A respeito das regras do procedimento comum dispostas no Código de Processo Civil, assinale a assertiva correta.**

- a) O juiz não julgará antecipadamente o pedido quando o réu for revel, ressalvada apenas a hipótese de o litígio versar sobre direitos indisponíveis.**
- b) É lícita a cumulação em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que sejam conexos e compatíveis entre si.**
- c) A propositura de reconvenção independe do oferecimento de contestação pelo réu, podendo ser proposta contra autor e terceiro.**
- d) São causas de indeferimento da petição inicial a ilegitimidade de parte, a carência de interesse processual do autor e a ocorrência de decadência ou de prescrição.**
- e) A incompetência absoluta e relativa do juízo poderão ser alegadas pelo réu em contestação protocolada no foro de seu domicílio, sendo matérias cognoscíveis de ofício pelo juiz.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a revelia é caso de julgamento antecipado da lide, conforme o previsto no art. 355, II, do CPC: "O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de



mérito, quando: [...] II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349." . Isso não ocorre quando o litígio versa sobre direitos indisponíveis, quando não se apresenta o efeito material da revelia, ou seja, a presunção da veracidade de todos os fatos alegados pelo autor na inicial, conforme o previsto no art. 345, II, do CPC: " A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se: [...] II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis; [...]" . E sobre o efeito material da revelia, veja-se o texto do art. 344 do CPC: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor."

A alternativa B está incorreta, pois cabe a cumulação de pedidos incompatíveis entre si em um mesmo processo, contra o mesmo réu, desde que o autor se utilize da técnica da cumulação subsidiária, ou seja, quando o segundo pedido só será examinado no caso de indeferimento do primeiro. Nesse sentido, veja-se o texto do art. 326, caput, e art. 327, §1º, I e §3º, ambos do CPC: "Art. 326. É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior." . "Art. 327. §1º São requisitos de admissibilidade da cumulação que: I - os pedidos sejam compatíveis entre si; [...] §3º O inciso I do § 1º não se aplica às cumulações de pedidos de que trata o art. 326."

A alternativa C está correta, pois reproduz o texto do art. 343, §§3º e 6º, do CPC: "§3º A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro. [...] §6º O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação."

A alternativa D está incorreta, pois decadência e prescrição não são hipóteses de indeferimento da inicial, mas de improcedência liminar, conforme art. 332, §1º, do CPC: "O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição."

A alternativa E está incorreta, pois a incompetência relativa não pode ser conhecida de ofício, conforme o previsto no art. 337, §5º, do CPC: "Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo."

#### **QUESTÃO 45. A respeito da sentença e da coisa julgada, é correto afirmar:**

- a) Haverá resolução do mérito quando o juiz acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.**
- b) Na sentença, o juiz está obrigado a enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de infirmar a conclusão adotada.**
- c) A eficácia preclusiva da coisa julgada não obsta que a parte discuta matérias e defesas que poderiam ter sido arguidas, mas não o foram, na ação em que houve a formação da coisa julgada.**
- d) O juiz não resolverá o mérito quando homologar a transação, revestindo-se a sentença de título executivo judicial.**
- e) Os motivos, a verdade dos fatos e a questão prejudicial decidida incidenter tantum não fazem coisa julgada.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois o acolhimento da alegação de convenção de arbitragem importa no encerramento do processo sem resolução do mérito, visto que, neste caso, o juiz reconhecerá a incompetência da Jurisdição estatal para o julgamento da matéria. Nesse sentido, é o texto do art. 337, X, do CPC: "Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: [...] X- convenção de arbitragem; [...]" . Também nesse sentido, o texto do art. 485, VII, do CPC: "O juiz não resolverá o mérito quando: [...] VII- acolher a



alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência; [...]"

A alternativa B está correta, pois reproduz o texto do art. 489, §1º, IV, do CPC: "Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: [...] IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; [...]"

A alternativa C está incorreta, pois a eficácia preclusiva da coisa julgada afasta o que foi discutido (deduzido) no processo e o que poderia ter sido (dedutível), conforme o art. 508 do CPC: "Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido."

A alternativa D está incorreta, pois a sentença homologatória importa em resolução do mérito do processo, conforme o previsto no art. 487, III, alínea "b", do CPC: "Haverá resolução de mérito quando o juiz: [...] III - homologar: [...] b) a transação; [...]"

A alternativa E está incorreta, pois a questão prejudicial decidida incidentalmente no processo faz coisa julgada se forem cumpridos os requisitos do art. 503, §§1º e 2º, do CPC: "§1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentalmente no processo, se: I - dessa resolução depender o julgamento do mérito; II - a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia; III- o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal. §2º A hipótese do § 1º não se aplica se no processo houver restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial."

**QUESTÃO 46. No que tange à participação processual do Ministério Público em processos que não figure como parte, é correto afirmar:**

**a) O Ministério Público poderá promover ação de interdição em caso de doença mental grave, ainda que o interditando possua parentes capazes que a promovam.**

**b) O Ministério Público não tem legitimidade concorrente com aquele que estiver na posse e administração do espólio para requerer abertura de inventário e de partilha quando houver incapaz.**

**c) Nos casos em que houver herança jacente, o curador poderá representar a herança em juízo, não sendo necessária a intervenção do Ministério Público.**

**d) O Ministério Público será intimado nos casos de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas.**

**e) Nas ações de família, o Ministério Público só intervirá quando houver interesse de incapaz, não sendo necessária sua oitiva em caso de composição amigável.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois o Ministério Público somente promoverá a interdição em casos de doença mental grave, não havendo os demais legitimados, ou em caso de incapacidade ou mora destes, conforme o previsto no art. 748 do CPC: "O Ministério Público só promoverá interdição em caso de doença mental grave: I - se as pessoas designadas nos incisos I, II e III do art. 747 não existirem ou não promoverem a interdição; II - se, existindo, forem incapazes as pessoas mencionadas nos incisos I e II do art. 747.". Logo, possui legitimidade subsidiária.



A alternativa B está incorreta, pois o Ministério tem legitimidade concorrente para com quem esteja na posse e administração dos bens da herança, para requerer o inventário, havendo herdeiros incapazes, conforme o previsto no art. 616, VII, do CPC: "Têm, contudo, legitimidade concorrente: [...] VII - o Ministério Público, havendo herdeiros incapazes; [...]."

A alternativa C está incorreta, pois nos casos de herança jacente a representação do espólio pelo curador contará com a intervenção do Ministério Público, conforme o previsto no art. 739, §1º, I, do CPC: "A herança jacente ficará sob a guarda, a conservação e a administração de um curador até a respectiva entrega ao sucessor legalmente habilitado ou até a declaração de vacância. §1º Incumbe ao curador: I - representar a herança em juízo ou fora dele, com intervenção do Ministério Público; [...]."

A alternativa D está correta, pois reproduz o texto do art. 554, §1º, do CPC: "No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública."

A alternativa E está incorreta, pois o Ministério Público intervém nas causas em que houver incapaz, devendo ser ouvido antes da homologação de acordo celebrado entre as partes, bem como, mesmo na presença de capazes, nos casos em que ocorrer violência doméstica, conforme o previsto no art. 698, do CPC: "Nas ações de família, o Ministério Público somente intervirá quando houver interesse de incapaz e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo. Parágrafo único. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)."

**QUESTÃO 47. Com relação aos recursos cabíveis no ordenamento jurídico pátrio, é correto afirmar:**

**a) O prazo para interposição de recurso conta-se da data em que os advogados, a sociedade de advogados, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública ou o Ministério Público são intimados da decisão, sendo considerados intimados em audiência quando nesta for proferida a decisão.**

**b) O relator do recurso de apelação poderá decidir monocraticamente o incidente de desconsideração da personalidade jurídica instaurado originalmente perante o tribunal.**

**c) Mesmo sendo os autos do processo eletrônicos, deve o agravante instruir a petição do agravo de instrumento com cópia da petição inicial, da decisão agravada e da certidão da respectiva intimação.**

**d) Opostos embargos de declaração, o juiz da causa decidirá diretamente sobre a existência ou não de erro material, obscuridade, contradição ou omissão, sendo dispensada a intimação do embargado para se manifestar.**

**e) Quando o agravo interno for julgado manifestamente improcedente, por maioria de votos, o órgão colegiado condenará o agravante a pagar ao agravado multa cujo depósito condiciona a interposição de qualquer outro recurso.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois não está de acordo com o Tema 959 do STJ, conforme se vê pela seguinte tese: "O termo inicial da contagem do prazo para impugnar decisão judicial é, para o Ministério Público, a



data da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, sendo irrelevante que a intimação pessoal tenha se dado em audiência, em cartório ou por mandado.”.

A alternativa B está correta, porque reproduz a redação do art. 932, VI, do CPC: "Incumbe ao relator: [...] VI - decidir o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, quando este for instaurado originariamente perante o tribunal; [...]". Destaca-se que se trata de competência tanto para ações originárias, incidentes originários ou recursos de quaisquer espécies, estando correta a alternativa.

A alternativa C está incorreta, pois em se tratando de agravo de instrumento em autos eletrônicos, são dispensadas as peças obrigatórias para instruir o recurso, previstas no art. 1.017, I, do CPC, conforme o previsto no §5º do referido dispositivo legal: “Sendo eletrônicos os autos do processo, dispensam-se as peças referidas nos incisos I e II do caput, facultando-se ao agravante anexar outros documentos que entender úteis para a compreensão da controvérsia.”.

A alternativa D está incorreta, pois o embargado deverá ser intimado para apresentar contrarrazões ao recurso se a tese do embargante tiver potencial infringente, conforme o previsto no art. 1.023, §2º, do CPC: “O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada.”.

A alternativa E está incorreta, pois a aplicação da multa em agravo interno depende de votação unânime, conforme expresso texto do art. 1.021, §4º, do CPC: “Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.”.

**QUESTÃO 48. Com relação à Súmula Vinculante, assinale a alternativa INCORRETA:**

**a) Do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente, após o esgotamento das vias administrativas, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.**

**b) A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de dois terços dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só terá eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.**

**c) A vedação contida na Súmula Vinculante 13 não se aplica aos cargos em comissão, pois decorrentes de vínculos fundados na fidúcia para o exercício de funções com atribuições de direção, chefia e assessoramento na estrutura administrativa de entidades e órgãos públicos de qualquer dos Poderes da Unias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

**d) A Súmula Vinculante 13, que proíbe a prática de nepotismo, não se aplica para as nomeações para os cargos políticos, caracterizados pelo fato de seus titulares serem detentores de um munus governamental decorrente da Constituição Federal, integrarem a estrutura administrativa governamental dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na condição de auxiliares do Chefe do Poder Executivo.**

**e) Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante pela Administração Pública, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso administrativa que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.**

**Comentários**



A alternativa correta é **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 7º da Lei 11417/06: “Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação”.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 4º da Lei 11.417/06, cabe modulação de efeitos em súmula vinculante: “A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.”

A alternativa C está correta. Esta questão exigiu do candidato o conhecimento da Súmula Vinculante nº 13, segundo a qual: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.” Assim, cargo em comissão, a despeito de haver vínculo de fidúcia, também restou expressamente mencionado na súmula e a nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau caracteriza violação à CF/88 .

A alternativa D está incorreta. Segundo entendimento consolidado do STF na Súmula Vinculante nº 13, o nepotismo não alcança cargos políticos

A alternativa E está incorreta. Não cabe aos agentes públicos descumprimento de determinação da súmula , quiçá quando haja o a interposição de uma reclamação para efetivo cumprimento, sob pena de responsabilização pessoal, ex vi da Lei 11.417/06.

#### **QUESTÃO 49. Considere as afirmações a seguir.**

**I- Os Municípios são dotados de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira e de auto-organização por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição Estadual.**

**II. O Estado intervirá em seus Municípios quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e no desenvolvimento do ensino e nas ações e nos serviços públicos de saúde e no desenvolvimento do ensino e nas ações e nos serviços públicos de saúde.**

**III- Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, ilegalidade, ou ofensa aos princípios do artigo 37 da Constituição Federal, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.**

**IV. Os Municípios não têm competência para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.**

**V. A Lei Orgânica do Município constitui parâmetro de fiscalização abstrata de inconstitucionalidade de lei municipal que a contrarie.**

**É correto apenas o que está afirmado nos itens:**

**a) I, II e IV.**



**b) I e IV.**

**c) II, III e V**

**d) III, IV e V**

**e) I, II e III**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

Alternativa I está correta. A autonomia municipal é princípio constitucional sensível (art. 34, VII, 'c', da CF), e engloba as autonomias política, legislativa, administrativa e financeira. Os Municípios são regidos pelas respectivas leis orgânicas, elaboradas em conformidade com as Constituições Federal e Estadual (art. 29, caput, CF/88).

Alternativa II está correta. Conforme a dicção do inciso III do artigo 35 da CF/88, "os Estados podem intervir no Município que não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Alternativa III está correta. De acordo com o § 1º do artigo 74 da CF/88, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

Alternativa IV está incorreta. Trata-se de competência legislativa concorrente a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico. Município não tem competência concorrente com a União e o Estado, mas, ele pode legislar sobre este assunto de acordo com o inciso II do artigo 30 da CF/88, que estabelece a competência suplementar, no que couber, acerca das questões locais, respeitando o disposto em lei federal e lei estadual.

Alternativa V está incorreta. Não cabe ADI no TJ contra lei ou ato normativo municipal que viole a Lei Orgânica do Município. Não se admite controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Lei Orgânica respectiva. Conforme tema recorrente decidido no STF "é inconstitucional adoção de lei orgânica municipal como parâmetro de controle abstrato de constitucionalidade estadual, em face de ato normativo municipal uma vez que a Constituição Federal, no art. 125, § 2º, estabelece como parâmetro apenas a constituição estadual." (STF. Plenário. ADI 5548/PE, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 16/8/2021).

**QUESTÃO 50. Com relação às competências atribuídas pela Constituição Federal ao Tribunal de Contas, é correto afirmar:**

**a) É competência exclusiva do Tribunal de Contas o poder para anular e sustar a execução dos contratos administrativos em relação aos quais foi constatada ilegalidade.**

**b) Por iniciativa própria, poderá realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativos.**

**c) O Tribunal de Contas não possui competência para determinar desconsideração da personalidade jurídica de entidade envolvida em prática fraudulenta ou cometida em colusão com terceiros, pois essa decisão está sujeita à reserva de jurisdição.**

**d) O Tribunal de Contas estadual é parte legítima para executar suas próprias decisões que impliquem imputação de débito ou multa, que têm eficácia de título executivo.**



**e) A pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas é imprescritível.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O fundamento desta questão é o inc. X do art. 71 da CF/88. O Tribunal pode sustar atos, mas não pode sustar contratos.

Alternativa B está correta. Seguindo a exegese do art. 71, inc. IV da CF: “O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: (...) IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;”

A alternativa C está incorreta. Conforme decisão do STF no Mandado de Segurança 35.506, no voto do ministro Lewandowski estabelece que a, “a jurisprudência pacificada do STF admite que as cortes de contas, no desempenho regular de suas competências, adotem medidas cautelares diversas, desde que não extrapolam suas atribuições constitucionais. Ele ressaltou, ainda, que a origem pública dos recursos envolvidos justifica que a medida cautelar atinja particulares, e não apenas sobre órgãos ou agentes públicos” . Assim, o Tribunal de Contas pode sim desconsiderar a personalidade jurídica de entidades que se envolvam em práticas fraudulentas.

A alternativa D está incorreta. O Supremo Tribunal Federal decidiu que cabe aos municípios executar crédito de multa aplicada pelos Tribunais de Contas estaduais (TCE) a agente público municipal condenado por danos ao erário da cidade. (RE 1003433, Tema 642).

A alternativa E está incorreta. O STF entendeu que “é prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.” (STF. Plenário. RE 636886/AL, Rel. Alexandre de Moraes, julgado em 20/04/2020 (Repercussão Geral – Tema 899))

**QUESTÃO 51. Com relação ao sistema de competências dos entes da Federação previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

**a) Não usurpa competência legislativa da União, se fundada na preponderância dos interesses locais, dispositivo de lei ordinária municipal que estabeleça hipótese de dispensa de licitação diversa das previstas em normas gerais editadas pela União.**

**b) A competência constitucional atribuída aos Municípios autoriza a Lei Orgânica a dispor sobre a alienação de bens públicos, concessão e permissão de uso, assim como hipóteses de dispensa de licitação.**

**c) Lei municipal que estipula regras para que uma entidade seja juridicamente qualificada como organização social e possa validamente celebrar contrato de gestão com administração pública, deve obediência às normas gerais estabelecidas na Lei Federal nº 9.637/1998.**

**d) Ofende o Pacto Federativo, por não se tratar de assunto de interesse local, lei municipal que regulamenta a instalação e fiscalização de torres de telefonia móvel.**

**e) Desde que prevista em Lei Orgânica Municipal, é constitucional dispositivo que dispõe sobre concessão de direito real de uso de bens públicos a entidades religiosas com dispensa de certame licitatório.**

**Comentários**



A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Segundo o art. 22, XXVII, da CF, somente a União poderia dispor legislativamente sobre normas gerais sobre licitação, o que inclui matéria de dispensa de licitação. Usurpa a competência de ente federado ordinária municipal que estabeleça hipótese de dispensa de licitação diversa das previstas em normas gerais editadas pela União. Precedente ADIN 3.735 MS.

A alternativa B está incorreta. Mesmos fundamentos da alínea A, posto que o Município usurpa competência privativa da União, art. 22, XXVII, da CF dispor sobre normas gerais sobre licitação.

A alternativa C está incorreta. tratando o instituto da organização social de serviços sociais, muitos dos quais enquadrados no art. 24, da CF/88, a União seria competente para legislar sobre normas gerais, de acordo com o que estabelece o § 1º, do referido dispositivo, o que caberia aos outros entes federados, em tese, suplementar a legislação federal, conforme o inciso II do artigo 30 da CF/88.

A alternativa D está correta. De acordo com a ADPF 732, é inconstitucional lei municipal que limite a instalação de sistemas de telefonia por tratar de tema de competência legislativa privativa da União, dispor sobre telecomunicação e concessões da União.

A alternativa E está incorreta. Pelas mesmas razões aludidas nas questões anteriores.

**QUESTÃO 52. A Constituição Federal estabelece que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.**

**A respeito do assunto, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) É indispensável à validade e legitimidade constitucional dos atos que promovam alterações na legislação urbanística municipal relacionadas ao parcelamento, ao uso e à ocupação do solo existência de planejamento prévio e a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade.**

**b) É facultado aos Poderes Legislativo e Executivo municipais, no processo de elaboração do plano diretor, a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade e a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos.**

**c) O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, constituindo parte integrante do processo de planejamento municipal, cujas diretrizes e prioridades nele contidas deverão ser incorporadas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.**

**d) O plano diretor será obrigatório para os Municípios que pretendam exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, seguido o Estatuto da Cidade, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.**

**e) A gestão da administração territorial urbana submete-se ao Princípio da Coesão Dinâmica que proíbe a criação de normas urbanísticas alheadas ao plano diretor, fracionando-o para permitir soluções tópicas, isoladas e pontuais, desvinculadas do planejamento urbano integral.**

**Comentários**



A alternativa correta é a **letra A**.

Alternativa A está incorreta. Segundo consta do art. 40, §4º, I, desta Lei nº 10.257/20013. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. § 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

A questão exigiu o entendimento do candidato quanto a desnecessidade de audiência pública para casos de revisão ou modificação da organização urbanística por meio de lei.

A alternativa B está correta. Tais prerrogativas são extraídas da lei nº 10257/01, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Vejamos o texto da lei: Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. § 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

A alternativa C está correta. A assertiva reproduz o art. 40 da lei nº 10257/01, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Vejamos o texto: Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. § 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

A alternativa D está correta. A assertiva encontra correspondência no art. 182 da Constituição. Vejamos o texto constitucional: “Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.”.

A alternativa E está correta. O MP/SP, na ADI em face da Lei nº 4.095 do Município de Aparecida, já se manifestou no sentido que “a adoção de normas municipais alheadas ao plano diretor configura indevido fracionamento, permitindo soluções tópicas, isoladas e pontuais, desvinculadas do planejamento urbano integral, vulnerando sua compatibilidade com o plano diretor e sua integralidade”

### **QUESTÃO 53. Assinale a alternativa correta.**

**a) O poder de apresentar emendas ao projeto de lei encaminhado pelo chefe do Poder Executivo versado sobre criação de cargos na Administração Pública direta pode ser exercido pelos membros do Legislativo e equivale à cláusula de reserva de iniciativa.**

**b) É constitucional dispositivo de Lei Orgânica Municipal, produto de emenda parlamentar que eleva o percentual mínimo de gastos públicos destinados para a educação municipal**



**c) A aquiescência do Chefe do Poder Executivo mediante sanção expressa do projeto de lei em que teve a prerrogativa usurpada tem a força normativa de sanar o vício de inconstitucionalidade que afeta juridicamente a proposição legislativa aprovada.**

**d) O poder de emendar projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo sobre criação de cargos na Administração Pública direta é legítimo desde que não importe em aumento da despesa prevista no projeto de lei e guarde vínculo de pertinência com a proposição original.**

**e) Por constituir uma derivação do poder de iniciar o processo de formação das leis, as emendas parlamentares oferecidas em projeto de lei encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo versando sobre criação de cargos na Administração Pública direta, não encontram limitações com relação ao aumento de despesa.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O STF já decidiu que os assuntos de iniciativa privativa do Presidente da República nos termos do § 1º do artigo 61 da CF no que couber serão assuntos de iniciativa do governador e do prefeito. O projeto de lei de iniciativa privativa do chefe do poder executivo pode ser emendado, mas, não pode implicar aumento de despesa e precisa guardar pertinência temática com o assunto e precisa respeitar a iniciativa privativa. Assim, apresentar emendas ao projeto encaminhado pelo chefe do Poder Executivo versando sobre a criação de cargos na Administração Pública direta não pode ser exercido pelos membros do Legislativo, já que se trata de cláusula de reserva de iniciativa do executivo, conforme os ditames da alínea a, inc. III do §1º do art. 61 da CF/88, vale dizer, “ao de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.

A alternativa B está correta. Assim como foi promulgada a EC/119 que desobriga estados e municípios de terem aplicado, em 2020 e 2021, o percentual mínimo exigido pela Constituição em educação. O benefício se justifica pelas crises econômica e sanitária causadas pela pandemia de Covid-19 é possível, neste entendimento, que haja emenda da Lei Orgânica que eleve o percentual mínimo de gastos públicos destinados para a educação municipal, desde que haja compatibilidade orçamentária para tanto. Gastos públicos não são de iniciativa do chefe do poder público, propriamente dito.

A alternativa C está incorreta. Se o assunto é de iniciativa do chefe do poder executivo e foi apresentado por outra pessoa, ainda que o chefe do executivo sancione, a sanção não irá convalidar o vício de iniciativa. Posição exarada pelo STF

A alternativa D está incorreta. O poder de emendar projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo sobre criação de cargos na Administração Pública direta não pode usurpar assunto de competência do chefe do poder executivo, cargo ou órgão e aumento de despesa. Tem que guardar a reserva de iniciativa.

A alternativa E está incorreta. Pelas razões exaradas acima.

### **QUESTÃO 54. Funções Essenciais e Justiça:**

**I.A advocacia pública é uma instituição estatal predicada como permanente e essencial é administração de Justiça e a Administração Pública. É responsável pelo assessoramento, consultoria e representação judicial do Poder Público, e deve ser organizada em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos.**



II. Em determinado ente federado, com advocacia pública organizada em carreira, cujos membros ingressaram por meio de concurso público de provas e títulos, as funções genéricas de representação, consultoria e assessoramento do Poder Executivo podem ser executadas indiretamente nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

III. É constitucional a Lei municipal que dispõe sobre a criação e estrutura do órgão da Defensoria Pública Municipal.

IV- As funções inerentes à Advocacia Pública Municipal podem ser atribuídas e exercidas por ocupantes de cargo em comissão, desde que vinculados à Secretaria de Assuntos Jurídicos.

V- Será permitido aos Estados manter consultorias jurídicas separadas de suas Procuradorias-Gerais ou Advocacias-Gerais, desde que, na data da promulgação da Constituição de 1988, tenham órgãos distintos para as respectivas funções.

É correto o que está afirmado nos itens:

(A) I e III.

(B) III e V.

(C) II e IV.

(D) II, III e IV.

(E) I e V.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E. Questão passível de recurso.**

Alternativa I está correta. A advocacia pública não é instituição permanente. Instituição permanente, de acordo com o art. 132 da CF/88 é o Ministério Público e a Defensoria Pública. Na verdade, a advocacia pública é responsável pelo assessoramento, consultoria e representação judicial do Poder. Todavia, vamos considerar esta questão como correta, consideradas essas circunstâncias aqui ressaltadas.

A alternativa II está incorreta. As funções de advocacia pública, considerando o princípio da unicidade, devem ser exercidas pela própria advocacia pública.

A alternativa III está incorreta. O STF decidiu que o serviço público de assistência jurídica para os necessitados dentro do Município, pode ser criado pelo próprio Município, por se tratar de uma função não exclusiva da defensoria pública, sem invadir as atribuições da Defensoria Pública. De acordo com o STF, o Município não pode criar a defensoria pública municipal. É constitucional lei municipal que dispõe sobre o órgão da defensoria municipal.

A alternativa IV está incorreta. As funções de advocacia pública municipal não podem ser atribuídas e exercidas por ocupantes de cargo em comissão, de acordo com decisão do STF.

A alternativa V está correta. Esta questão seguiu os ditames da ADI 6252.

#### **QUESTÃO 55. Marque a alternativa INCORRETA**

a) Consoante o disposto no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito deve apurar fato determinado, mas não está impedida de investigar fatos que se ligam, intimamente, com o fato principal.



**b) Ao Congresso Nacional é atribuída competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, assim como fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.**

**c) A perda do mandato eletivo de vereador nos casos de condenação criminal transitada em julgado não é automática, porque a regra de suspensão dos direitos políticos prevista no art. 15, III, da CF, não é autoaplicável.**

**d) Os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes, assim entendidas somente as contidas nos típicos contratos de adesão em que todas as cláusulas são impostas unilateralmente por uma das partes, sem qualquer oferta ou manifestação de vontade do outro contraente, senão o puro aceite.**

**e) A perda do mandato eletivo de vereador decorre automaticamente da condenação judicial de suspensão dos direitos políticos em ação de improbidade administrativa já transitada em julgado, sendo o ato da Câmara Municipal vinculado e declarativo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois está de acordo com o entendimento do STF (HC 71.231): “(...) A comissão parlamentar de inquérito deve apurar fato determinado. CF, art. 58, § 3º. Todavia, não está impedida de investigar fatos que se ligam, intimamente, com o fato principal.”.

A alternativa B está incorreta, pois está de acordo com o art. 49, V e X, da CF/88: “É da competência exclusiva do Congresso Nacional: V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; (...) X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;”.

A alternativa C está correta, pois está em desacordo com o entendimento do STF (RE 601182 / MG): “(...) 1. A regra de suspensão dos direitos políticos prevista no art. 15, III, é autoaplicável, pois trata-se de consequência imediata da sentença penal condenatória transitada em julgado. 2. A autoaplicação independe da natureza da pena imposta. 3. A opção do legislador constituinte foi no sentido de que os condenados criminalmente, com trânsito em julgado, enquanto durar os efeitos da sentença condenatória, não exerçam os seus direitos políticos.”.

Os vereadores não têm imunidade dos deputados que a perda do mandato precisa da aprovação da casa respectiva. De acordo com o artigo 29, inciso VIII da CF/88 foi assegurado ao vereador imunidade material por suas opiniões, palavras e votos, desde que no exercício do mandato e na circunscrição do seu município.

A alternativa D está incorreta, pois está de acordo com o art. 54, I, a, da CF/88: “a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;”. Quanto à definição de cláusulas uniformes, é o entendimento do STJ (REsp 1.907.351): “Os contratos administrativos firmados em decorrência de processos licitatórios não obedecem, necessariamente, a “cláusulas uniformes”, identificadas na ressalva prevista no art. 54, I, alínea “a”, da Constituição Federal. (...) II. A vedação destinada aos parlamentares excetua apenas os típicos contratos de adesão, assim compreendidos aqueles em que absolutamente todas as cláusulas – inclusive preço e prazo – são impostas



unilateralmente por uma das partes, sem qualquer oferta ou manifestação de vontade do outro contraente, senão o puro aceite.”.

A alternativa E está incorreta, pois está de acordo com o entendimento do STJ (REsp 1.813.255): “A perda do mandato eletivo de vereador decorre automaticamente da condenação judicial de suspensão dos direitos políticos na Ação de Improbidade Administrativa já transitada em julgado, sendo o ato da Câmara Municipal vinculado e declaratório”.

#### **QUESTÃO 56. Assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) É constitucional a instituição por lei municipal de taxa de serviço de expediente que tenha como fato gerador a prestação de serviços burocráticos da administração, entre os quais a expedição de certidões a pessoas físicas ou jurídicas interessadas em sua obtenção, e a apresentação de petição ou documento que deva ser apreciado por autoridade municipal.**

**b) Considerando a existência de relevante interesse social derivado de injusta recusa estatal em fornecer certidões a usuários de serviços públicos, o Ministério Público está legitimado para propor ação civil pública objetivando o atendimento desse direito a todos.**

**c) A exigência de recolhimento de taxa para emissão de certidão em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, viola o direito constitucional de petição.**

**d) A alínea, "b" do inciso XXXIV do art. 5º da Constituição Federal assegura a obtenção de certidão em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. Não obstante, prevalece a compreensão segundo a qual as situações devem ser entendidas como alternativas: defesa de direitos" ou "esclarecimento de situações de interesse pessoal".**

**e) A Constituição Federal assegura o direito de obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direito e esclarecimento de situação de interesse pessoal, não abrangendo fato de terceiro.**

#### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra A**.

A alternativa A está incorreta. O STF já se manifestou pela inconstitucionalidade da taxa que tenha como fato gerador a prestação de serviços burocráticos da administração, vez que a emissão de certidão em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal goza de imunidade. Nesse sentido: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS. TAXAS. CUSTAS E EMOLUMENTOS JUDICIAIS. LEI COMPLEMENTAR 156/97 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. DIREITO DE PETIÇÃO. OBTENÇÃO DE CERTIDÕES EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS, PARA DEFESA DE DIREITOS OU ESCLARECIMENTO DE SITUAÇÕES DE INTERESSE PESSOAL. ART. 5º, XXXIV, B, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE PARCIAL SEM REDUÇÃO DE TEXTO. 1. Viola o direito de petição previsto no art. 5º, XXXIV, b, da Constituição Federal, a exigência de recolhimento de taxa para emissão de certidão em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, porquanto essa atividade estatal está abarcada por regra imunizante de natureza objetiva e política. Precedente: ADI 2.969, de relatoria do Ministro Carlos Britto, DJe 22.06.2007. 2. A imunidade refere-se tão somente a certidões solicitadas objetivando a defesa de direitos ou o esclarecimento de situação de interesse pessoal, uma vez que a expedição de certidões voltadas à prestação de informações de interesse coletivo ou geral (art. 5º, XXXIII) não recebe o mesmo tratamento tributário na Carta Constitucional. 3. Ação direta de inconstitucionalidade a que se dá parcial procedência, para fins de declarar a nulidade do dispositivo, sem redução de texto, de toda e qualquer interpretação do item 02 da Tabela VI da Lei Complementar 156/97,



do Estado de Santa Catarina, a qual insira no âmbito de incidência material da hipótese de incidência da taxa em questão a atividade estatal de extração e fornecimento de certidões administrativas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. (STF - ADI: 3278 SC, Relator: EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 03/03/2016, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 16/03/2016).

A alternativa B está correta. Nos termos da jurisprudência do Supremo: A injusta recusa estatal em fornecer certidões, não obstante presentes os pressupostos legitimadores dessa pretensão, autorizará a utilização de instrumentos processuais adequados, como o mandado de segurança ou a própria ação civil pública. - O Ministério Público tem legitimidade ativa para a defesa, em juízo, dos direitos e interesses individuais homogêneos, quando impregnados de relevante natureza social, como sucede com o direito de petição e o direito de obtenção de certidão em repartições públicas. Doutrina. Precedentes. (STF - RE: 472489 RS, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 29/04/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: DJE-162 DIVULG 28-08-2008 PUBLIC 29-08-2008 EMENT VOL-02330-04 PP-00811 RTJ VOL-00205-03 PP-01413 RT v. 97, n. 878, 2008, p. 125-130 LEXSTF v. 30, n. 358, 2008, p. 322-333).

A alternativa C está correta. Nos termos da jurisprudência do STF: 1. Viola o direito de petição previsto no art. 5º, XXXIV, b, da Constituição Federal, a exigência de recolhimento de taxa para emissão de certidão em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, porquanto essa atividade estatal está abarcada por regra imunizante de natureza objetiva e política. Precedente: ADI 2.969, de relatoria do Ministro Carlos Britto, DJe 22.06.2007. (STF - ADI: 3278 SC, Relator: EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 03/03/2016, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 16/03/2016)

A alternativa D está correta. Não se trata de requisitos cumulativos, embora a Constituição tenha utilizado “e” e não “ou”. Em diversos julgados o STF já adota, inclusive, a utilização da preposição “ou” para apresentar o dispositivo constitucional. Vejamos: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS. TAXAS. CUSTAS E EMOLUMENTOS JUDICIAIS. LEI COMPLEMENTAR 156/97 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. DIREITO DE PETIÇÃO. OBTENÇÃO DE CERTIDÕES EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS, PARA DEFESA DE DIREITOS OU ESCLARECIMENTO DE SITUAÇÕES DE INTERESSE PESSOAL. ART. 5º, XXXIV, B, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE PARCIAL SEM REDUÇÃO DE TEXTO. 1. Viola o direito de petição previsto no art. 5º, XXXIV, b, da Constituição Federal, a exigência de recolhimento de taxa para emissão de certidão em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, porquanto essa atividade estatal está abarcada por regra imunizante de natureza objetiva e política. Precedente: ADI 2.969, de relatoria do Ministro Carlos Britto, DJe 22.06.2007. 2. A imunidade refere-se tão somente a certidões solicitadas objetivando a defesa de direitos ou o esclarecimento de situação de interesse pessoal, uma vez que a expedição de certidões voltadas à prestação de informações de interesse coletivo ou geral (art. 5º, XXXIII) não recebe o mesmo tratamento tributário na Carta Constitucional. (STF - ADI: 3278 SC, Relator: EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 03/03/2016, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 16/03/2016)

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 5º, XXXIV, “b” da CF, já apresentado em assertiva anterior, a situação deve ser de interesse pessoal, não existindo qualquer menção à fato relacionado a terceiro.

#### **QUESTÃO 57. Assinale a alternativa INCORRETA**

**a) Enquanto o princípio de unidade do Ministério Público é de caráter administrativo, a partir da ideia força de que o Ministério Público tem um chefe, a indivisibilidade diz com a atuação do Ministério público em juízo.**

**b) A independência funcional não prevalece para resolver questões em que se verificam manifestações diferentes de membros do Ministério Público atuando no mesmo grau de jurisdição.**



**c) O Conselho Nacional do Ministério Público não ostenta competência para efetuar controle de constitucionalidade de lei, por tratar-se de órgão de natureza administrativa, cuja atribuição adstringem-se ao controle da legitimidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público e estadual.**

**d) Sempre que for impedido ou dificultado a todos livre e amplo acesso às praias do litoral paulista, o Ministério Público tomará imediata providência para a garantia desse direito.**

**e) Afronta o princípio institucional da independência funcional a ocupação de cargos políticos no âmbito do Poder Executivo por parte de membros do Ministério Público, porque submete seu membro, a Instituição em si por ele apresentada, à subordinação e sujeição do Chefe do Poder Executivo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está incorreta. A independência funcional prevalece para resolver questões em que se verificam manifestações diferentes de membros do MP, significa dizer que sempre será uma prerrogativa dos membros do MP até o conflito de atribuições entre membros do MP há as regras estabelecidas para solucionar o conflito de atribuição, salvaguardando a independência funcional.

A alternativa A está correta. Nos termos da jurisprudência consolidada do STF: “enquanto o princípio da unidade do Ministério Público é de caráter administrativo, a partir da ideia força de que o Ministério Público tem um só chefe, a indivisibilidade diz com a atuação do Ministério Público em juízo” (STF, ADI 932-SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 12-12-2010, m.v., DJe 09-05-2011).”

A alternativa C está correta. Trata-se de decisão do STF de relatoria do Ministro Luiz Fux. Vejamos a ementa transcrita na alternativa: “1. O direito subjetivo do exercente da função de Promotor de Justiça de permanecer na comarca elevada de entrância não pode ser analisado sob o prisma da constitucionalidade da lei local que previu a ascensão, máxime se a questão restou judicializada no Egrégio STF. 2. O Conselho Nacional do Ministério Público não ostenta competência para efetuar controle de constitucionalidade de lei, posto consabido tratar-se de órgão de natureza administrativa, cuja atribuição adstringe-se ao controle da legitimidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público federal e estadual (art. 130-A, § 2º, da CF/88). Precedentes (MS 28.872 AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno; AC 2.390 MC-REF, Rel. Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno; MS 32.582 MC, Rel. Min. Celso de Mello; ADI 3.367/DF, Rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno). 3. In casu, o CNMP, ao declarar a inconstitucionalidade do art. 141, in fine, da Lei Orgânica do MP/SC, exorbitou de suas funções, que se limitam, como referido, ao controle de legitimidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Parquet. 4. Segurança concedida para cassar o ato impugnado. (MS 27744, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 14/04/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-108 DIVULG 05-06-2015 PUBLIC 08-06-2015)”.

A alternativa D está correta. Trata-se de dispositivo da Constituição do Estado de São Paulo. Vejamos o dispositivo legal em questão: “Fica assegurado a todos livre e amplo acesso às praias do litoral paulista. § 1º - Sempre que, de qualquer forma, for impedido ou dificultado esse acesso, o Ministério Público tomará imediata providência para a garantia desse direito.”

A alternativa E está correta. Conforme trecho do voto do Ministro Gilmar Mendes na ADPF 388 e transcrito na Reclamação 53373/SP: “Ao exercer cargo no Poder Executivo, o membro do Ministério Público passa a atuar como subordinado do Chefe da Administração. Isso fragiliza a instituição Ministério Público, que pode ser potencial alvo de captação por interesses políticos e de submissão dos interesses institucionais a projetos pessoais de seus próprios membros.”



**QUESTÃO 58.** Com relação aos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, é **INCORRETO** afirmar.

a) Os direitos e garantias expressos nos tratados aprovados pelo Congresso Nacional por maioria simples, após a EC 45/2004, referendados por decreto legislativo e ratificados pelo Presidente da República, ingressam no ordenamento jurídico brasileiro por norma equivalente a lei complementar.

b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou negar-lhe vigência.

c) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.

d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, após a EC 45/2004, serão equivalentes às emendas constitucionais e fazem parte do bloco de constitucionalidade.

e) O Presidente da República possui competência para editar decreto que denuncia tratado ou convenção internacional, que exige, todavia, a anuência do Congresso Nacional.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

Alternativa A está correta. Os tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro valem como leis ordinárias. Se aprovados na forma do art. 5º § 3º valem como emendas. Se aprovados como procedimentos distintos, valem como norma supralegal, mas como lei complementar nada se dispõe sobre esta situação.

A alternativa B está incorreta. Conforme artigo 105, inciso III, da CF/88: “Compete ao Superior Tribunal de Justiça: (...) III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;”

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 102, inciso III, da CF/88: “Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: (...)III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;”

A alternativa D está incorreta. Nos exatos termos do art. 5º, § 3º, da CF/88: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com o artigo 84 da CF/88, c/c art. 49, I, da CF/88: “É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional; (...)Compete privativamente ao Presidente da República: (...) VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;”



**QUESTÃO 59. Assinale a alternativa correta.**

a) O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário está vinculado a perseguir a atuação do agente público em campo de obediência aos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência, da impessoalidade e da finalidade, não alcançando as atividades de realização dos fatos concretos pela administração, dependentes de dotações orçamentária.

b) Com fundamento na separação dos poderes da Federação, atendida a independência e harmonia entre os mesmos, o Poder Judiciário não poderá apreciar o mérito do ato administrativo, nem tampouco determinar a sua execução, pois a oportunidade e conveniência. cia são as metas, os trilhos que o administrador tem para traçar a sua gestão, sendo, portanto, indevida a intervenção.

c) Constitui ofensa ao princípio da separação dos poderes decisão de procedência de ação civil pública para obter provimento jurisdicional determinando a reconstrução de escola em condições precárias, pois ao Poder Judiciário não é permitido adentrar no exame da oportunidade e da conveniência de ato do Poder Executivo no exercício de sua discricionariedade.

d) A demonstração da excepcionalidade da situação e da ausência de razoabilidade ou de proporcionalidade da omissão do ente público autorizam o Poder Judiciário a determinar a implantação de políticas públicas relacionadas a direitos ou garantias funda

e) É incabível a ingerência do Poder Judiciário em questões afetas às políticas públicas, uma vez que o Poder Público Municipal tem liberdade para eleger as obras prioritárias de seu governo, sob pena de ofensa à discricionariedade do administrador e ao princípio da Separação dos Poderes.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O poder judiciário pode analisar atos de natureza administrativa e verifica o cumprimento da legalidade e da impessoalidade, da moralidade e demais princípios da administração pública. O que é vedado ao judiciário é invadir ato de natureza discricionária e assim o mérito de ato discricionário. Ainda assim os atos discricionários podem sofrer controle de legalidade.

A alternativa B está incorreta. Pelas mesmas razões aludidas na questão A.

A alternativa C está incorreta. É possível uma ordem judicial e a interferência na esfera do executivo para garantir direitos fundamentais.

A alternativa D está correta. A demonstração da excepcionalidade da situação e da ausência de razoabilidade ou de proporcionalidade da omissão do ente público autorizam o Poder Judiciário a determinar a implantação de políticas públicas relacionadas a direitos ou garantias fundamentais ocorre quando se decreta a inconstitucionalidade da omissão do poder público, o que se intitula de Estado de coisas inconstitucionais.

A alternativa E está incorreta. Pelas mesmas razões das alternativas anteriores.

**QUESTÃO 60. A respeito das medidas socioeducativas previstas nos artigos 112 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente, leia as assertivas a seguir.**

I. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima, podendo substituir a coisa por outra adequada.



II. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

III. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de doze meses, podendo, a qualquer tempo, ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o Ministério Público e o defensor.

IV. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, mediante autorização judicial, sendo obrigatórias a escolarização e a profissionalização.

V. A interação constitui medida privativa da liberdade, que só poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, e não poderá exceder a dois anos.

VI. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público, peticionar diretamente a qualquer autoridade, corresponder-se com seus familiares e amigos, receber escolarização e profissionalização, realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

É INCORRETO o que se afirma apenas em:

a) IV, V e VI.

b) I, IV e V

c) II, III e IV

d) I, II e III

e) III, IV e V

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra E**, porque as assertivas III, IV e V estão INCORRETAS, conforme requerido no comando da questão.

O item I está correto, pois trata-se da medida socioeducativa de obrigação de reparar o dano, nos termos do art. 116, caput e parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990): “Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima. Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.”

O item II está correto, pois é o texto expresso do Art. 117, do ECA, no que se à medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade: “Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.”

O item III está incorreto, pois a medida socioeducativa de Liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de 6 meses, de acordo com o art. 118, §2º, do ECA: “§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.”



O item IV está incorreto, pois a possibilidade de realização de atividades externas na semi-liberdade depende de autorização judicial, nos termos do art. 120, do ECA: “Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.”

O item V está incorreto, pois na realidade a medida de internação não poderá exceder a três anos, conforme dispõe o art. 121, §3º, do ECA: “§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.”

O item VI está correto, pois os direitos elencados estão expressamente previstos no art. 124, incisos I, II, VIII, XI e XII, do ECA. Veja-se: “Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes: I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público; II - peticionar diretamente a qualquer autoridade; (...) VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos; (...) XI - receber escolarização e profissionalização; XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.”

**QUESTÃO 61. Em relação à perda do poder familiar, prevista nos artigos 155 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente, é INCORRETO afirmar.**

**a) Recebida a petição inicial, a autoridade judiciária determinará, concomitantemente a despacho de citação e independentemente de requerimento do interessado, a realização do estudo social ou perícia, por equipe interprofissional ou multidisciplinar, para comprovar a presença de uma das causas de suspensão ou destituição do poder familiar**

**b) Havendo motivo grave, poderá a autoridade jurídica, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.**

**c) A concessão da liminar será, obrigatoriamente, precedida de entrevista da criança ou do adolescente perante equipe multidisciplinar e de oitiva da outra parte.**

**d) Em sendo os pais oriundos de comunidades indígenas, é obrigatória a intervenção, junto à equipe interprofissional ou multidisciplinar, de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista.**

**e) Se houver indícios de ato de violação de direitos de criança ou de adolescente, o juiz comunicará o fato ao Ministério Público e encaminhará os documentos pertinentes.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com o texto expresso do art. 157, §1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990): “§ 1º Recebida a petição inicial, a autoridade judiciária determinará, concomitantemente ao despacho de citação e independentemente de requerimento do interessado, a realização de estudo social ou perícia por equipe interprofissional ou multidisciplinar para comprovar a presença de uma das causas de suspensão ou destituição do poder familiar, ressalvado o disposto no § 10 do art. 101 desta Lei, e observada a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.”

A alternativa B está correta, pois está de acordo com o texto expresso do art. 157, do ECA: “Art. 157. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.”



A alternativa C está incorreta, porque na realidade a concessão de liminar será PREFERENCIALMENTE precedida de entrevista da criança ou do adolescente perante equipe multidisciplinar e de oitiva da outra parte, nos termos do art. 157, §3º, do ECA. Veja-se: “§ 3º A concessão da liminar será, preferencialmente, precedida de entrevista da criança ou do adolescente perante equipe multidisciplinar e de oitiva da outra parte, nos termos da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.”

Considerando que o comando da questão solicita que seja assinalada a questão incorreta, esta é a resposta da questão.

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o texto expresso do art. 157, §2º, do ECA: “§ 2º Em sendo os pais oriundos de comunidades indígenas, é ainda obrigatória a intervenção, junto à equipe interprofissional ou multidisciplinar referida no § 1º deste artigo, de representantes do órgão federal responsável pela política indigenista, observado o disposto no § 6º do art. 28 desta Lei.”

A alternativa E está correta, pois está de acordo com o texto expresso do art. 157, §4º, do ECA: “§ 4º Se houver indícios de ato de violação de direitos de criança ou de adolescente, o juiz comunicará o fato ao Ministério Público e encaminhará os documentos pertinentes.

#### **QUESTÃO 62. Leia as assertivas a seguir.**

##### **Compete ao Ministério Público:**

**I. Promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores, guardiães, bem como oficial em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e da Juventude.**

**II. Promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, podendo tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo judicial.**

**III. Impetrar mandado de segurança, de injunção e habeas corpus, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente devendo haver, exclusivamente nas ações constitucionais, intimação pessoal do Ministério Público.**

**IV. Instaurar procedimentos administrativos e, para instruí-los, requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas, responsabilizando-se pelo uso indevido das informações que requisitar nas hipóteses legais de sigilo.**

**V. Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, podendo efetuar recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente.**

**É INCORRETO o que se afirma em:**

- a) II e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) IV e V, apenas.
- e) IV e V, apenas.

##### **Comentários**



A alternativa correta é a **letra A**, porque as assertivas II e III estão INCORRETAS, conforme requerido no comando da questão.

O item I está correto, pois se trata de competência do Ministério Público expressa no art. 201, inciso III, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990). Veja-se: “Art. 201. Compete ao Ministério Público: (...) III - promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como oficiar em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e da Juventude.”

O item II está incorreto, pois o compromisso de ajustamento de sua conduta terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 211, do ECA. Veja-se: “Art. 211. Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, o qual terá eficácia de título executivo extrajudicial.”

O item III está incorreto, pois a intimação do Ministério Público será pessoal em qualquer caso, nos termos do art. 203, do ECA. Veja-se: “Art. 203. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.”

O item IV está correto, pois se trata de competência do Ministério Público expressa no art. 201, inciso VI, alínea “c” c/c §4º. Veja-se: “Art. 201. Compete ao Ministério Público: (...) VI - instaurar procedimentos administrativos e, para instruí-los: (...) c) requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas;” e “ § 4º O representante do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo.”

O item V está correto, pois se trata de competência do Ministério Público expressa no art. 201, inciso VIII c/c § 5º, alínea “c”. Veja-se: “Art. 201. Compete ao Ministério Público: (...) VIII - zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;” e “§ 5º Para o exercício da atribuição de que trata o inciso VIII deste artigo, poderá o representante do Ministério Público: (...) c) efetuar recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação.”

#### **QUESTÃO 63. São infrações administrativas previstas nos artigos 245 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente:**

**a) divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.**

**b) deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto.**

**c) descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação de autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.**

**d) hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.**

**e) deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.**



## Comentários

A questão possui **quatro alternativas corretas, assertivas A, C, D e E**. Logo, **a questão é passível de recurso**.

A alternativa A está correta, porque é infração administrativa expressa no art. 247, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990): “Art. 247. Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.”

A alternativa B está incorreta, pois a tipificação descrita no comando da questão trata-se de crime em espécie, previsto no art. Art. 229, do ECA: “Art. 229. Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixar de proceder aos exames referidos no art. 10 desta Lei.”

A alternativa C está correta, porque é infração administrativa expressa no art. 249, do ECA: “Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.”

A alternativa D está correta, porque é infração administrativa expressa no art. 250, do ECA: “Art. 250. Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.”

A alternativa E está correta, porque é infração administrativa expressa no art. Art. 258-B, do ECA: “Art. 258-B. Deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade judiciária de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.”

Note-se que a questão pede as infrações administrativas previstas no art. 245 e seguintes do ECA, tornando corretas as assertivas A, C, D e E. A única incorreta é a assertiva B, pois se trata de crime em espécie. Logo, como não houve ressalva por parte do examinador nem foi indicada a marcação da alternativa incorreta, a questão é passível de recurso.

## **QUESTÃO 64. A respeito do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão dia elaboradas e executadas de forma a descentralizar a ações entre os entes da Federação.**

**b) São áreas prioritárias para as políticas públicas a adoção de medidas de proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.**

**c) É papel das políticas para a primeira infância criar condições e meios para que a criança tenha acesso à produção cultural e seja reconhecida como produtora de cultura.**

**d) A sociedade participa solidariamente com a família e o Estado da proteção e da promoção da criança na primeira infância, integrando conselhos, de forma paritária, com representantes governamentais.**

**e) Para os efeitos da Lei nº 13.257/16, em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 60 (sessenta) meses de vida da criança.**

## Comentários



A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com o texto expresso do art. 4º, inciso VIII, da Lei nº 13.257/2016: “Art. 4º As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a: (...) VIII - descentralizar as ações entre os entes da Federação;”

A alternativa B está correta, pois está de acordo com o texto expresso do art. 5º, da Lei nº 13.257/2016: “Art. 5º Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.”

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o texto expresso do art. 15, da Lei nº 13.257/2016: “Art. 15. As políticas públicas criarão condições e meios para que, desde a primeira infância, a criança tenha acesso à produção cultural e seja reconhecida como produtora de cultura.”

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o texto expresso do art. 12, inciso II, da Lei nº 13.257/2016: Art. 12. A sociedade participa solidariamente com a família e o Estado da proteção e da promoção da criança na primeira infância, nos termos do caput e do § 7º do art. 227, combinado com o inciso II do art. 204 da Constituição Federal, entre outras formas: (...) II - integrando conselhos, de forma paritária com representantes governamentais, com funções de planejamento, acompanhamento, controle social e avaliação;”

A alternativa E está incorreta, pois na realidade a primeira infância abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança, nos termos do art. 2º da Lei nº 13.257/2016: “Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.”

Considerando que o comando da questão solicita que seja assinalada a questão incorreta, esta é a resposta da questão.

**QUESTÃO 65. A Resolução nº 231 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) traz alterações ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.**

**A respeito dos parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) A Lei Orçamentária Municipal ou do Distrito Federal deverá estabelecer, preferencialmente, dotação específica para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, devendo ser consideradas despesas referentes a computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores em número suficiente.**

**b) Toda propaganda eleitoral da campanha para a eleição do Conselho Tutelar será realizada de forma individual por cada candidato, havendo a possibilidade de constituição de chapas.**

**(c) Para assegurar a equidade de acesso, caberá aos municípios e ao Distrito Federal criar e manter Conselhos Tutelares, observada a proporção mínima de um Conselho para cada cem mil habitantes.**

**d) Entre os requisitos adicionais para candidatura membro do Conselho Tutelar a serem exigidos pela legislação local, deve ser considerada a comprovação de, no mínimo, conclusão de ensino médio.**



**e) O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados, podendo ser suspenso o processo de escolha e reaberto o prazo de inscrição de novas candidaturas, caso o número de pretendentes seja menor que 10 (dez).**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com a previsão do art. 4<sup>a</sup>, caput c/c §1<sup>o</sup>, alínea “g”, da Resolução 231/2022, do CONANDA: “Art. 4<sup>o</sup> A Lei Orçamentária Municipal ou do Distrito Federal deverá estabelecer, preferencialmente, dotação específica para implantação, manutenção, funcionamento dos Conselhos Tutelares, bem como para o processo de escolha dos conselheiros tutelares, custeio com remuneração, formação continuada e execução de suas atividades.” e “§ 1<sup>o</sup> Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes despesas: (...) g) computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à internet, com volume de dados e velocidade necessários para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar, assim como para a assinatura digital de documentos;”

A alternativa B está incorreta, pois na realidade é vedada a constituição de chapas na campanha para a eleição do Conselho Tutelar, conforme disposto no art. 8<sup>o</sup>, §3<sup>o</sup>, da Resolução 231/2022, do CONANDA: “§ 3<sup>o</sup> A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.”

Considerando que o comando da questão solicita que seja assinalada a questão incorreta, esta é a resposta da questão.

A alternativa C está correta, pois está de acordo com a previsão do art. 3<sup>o</sup>, §1<sup>o</sup>, da Resolução 231/2022, do CONANDA: “§ 1<sup>o</sup> Para assegurar a equidade de acesso, caberá aos municípios e ao Distrito Federal criar e manter Conselhos Tutelares, observada, a proporção mínima de um Conselho para cada cem mil habitantes.”

A alternativa D está correta, pois está de acordo com a previsão do art. 12, §2<sup>o</sup>, da Resolução 231/2022, do CONANDA: “§ 2<sup>o</sup> Entre os requisitos adicionais para candidatura a membro do Conselho Tutelar a serem exigidos pela legislação local, devem ser consideradas: (...) II - comprovação de, no mínimo, conclusão de ensino médio.”

A alternativa E está correta, pois está de acordo com a previsão do art. 13, caput c/c §1<sup>o</sup>, da Resolução 231/2022, do CONANDA: “Art. 13. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados para cada Colegiado.” e “§1<sup>o</sup> Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

**QUESTÃO 66. Em matéria de recuperação judicial, o Superior Tribunal de Justiça vem entendendo, atual e predominantemente, que**

**I. a recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas em face de terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória.**



**II. para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador.**

**III. para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data do trânsito em julgado da sentença que o reconhece.**

**IV. ao produtor rural que exerça sua atividade de forma empresarial, há mais de dois anos, é facultado requerer a recuperação judicial, desde que esteja inscrito na Junta Comercial no momento em que formalizar o pedido recuperacional, independentemente do tempo de seu registro.**

**V. ao produtor rural que exerça sua atividade de forma empresarial, há mais de dois anos, é facultado requerer a recuperação judicial, desde que esteja inscrito na Junta Comercial, há mais de dois anos, contados do momento em que formalizar o pedido recuperacional.**

**Das proposições apresentadas, estão corretas, apenas:**

a) I, II e V

b) II e V

c) I, III e IV

d) I, II e IV

e) I, III e V

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra D**.

O item I está certo. Conforme tema repetitivo do STJ nº 885: "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art. 59, caput, por força do que dispõe o art. 49, §1º, todos da Lei n. 11.101/2005". Ainda, súmula 581 do STJ: "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória".

O item II está certo e o item III está errado. Conforme tema repetitivo do STJ nº 1051: "Para o fim de submissão aos efeitos da recuperação judicial, considera-se que a existência do crédito é determinada pela data em que ocorreu o seu fato gerador".

O item IV está certo e o item V está errado. Conforme tema repetitivo do STJ nº 1145: "Ao produtor rural que exerça sua atividade de forma empresarial há mais de dois anos é facultado requerer a recuperação judicial, desde que esteja inscrito na Junta Comercial no momento em que formalizar o pedido recuperacional, independentemente do tempo de seu registro".

**QUESTÃO 67 - A Lei nº 14.112/20 provocou significativas alterações na Lei de Falência e Recuperação Judicial, entre elas, os institutos da Consolidação Processual e da Consolidação Substancial. Envolvendo tais institutos, é correto afirmar.**

**a) Na consolidação processual, os devedores propõem meios de recuperação independentes e específicos para a composição de seus passivos, admitida a sua apresentação em plano único.**



**b) Na consolidação processual, ativos e passivos de devedores serão tratados como se pertencessem a um único devedor.**

**c) Na consolidação processual, além dos requisitos previstos para pedido de recuperação judicial, deverão as devedoras integrar grupo sob controle societário comum e comprovar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos.**

**d) A consolidação processual impede que alguns devedores obtenham a concessão da recuperação judicial e outros tenham a falência decretada.**

**e) A consolidação substancial necessita de realização de assembleia geral para sua autorização.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme literalidade do artigo 69-I, §1º, da Lei 11.101/05: "Os devedores propõem meios de recuperação independentes e específicos para a composição de seus passivos, admitida a sua apresentação em plano único".

A alternativa B está incorreta. Não há tratamento unificado dos ativos e passivos das empresas, conforme artigo 69-I da Lei 11.101/05: "A consolidação processual, prevista no art. 69-G desta Lei, acarreta a coordenação de atos processuais, garantida a independência dos devedores, dos seus ativos e dos seus passivos".

A alternativa C está incorreta. Segundo o artigo 69-G da Lei 11.101/05, é necessário apenas que as empresas integrem grupo sob controle societário comum, vejamos: "Os devedores que atendam aos requisitos previstos nesta Lei e que integrem grupo sob controle societário comum poderão requerer recuperação judicial sob consolidação processual".

A alternativa D está incorreta. A consolidação processual não impede a obtenção da recuperação judicial apenas por uma das empresas, pois seu tratamento é independente e não em conjunto com as demais, nos termos do artigo 69-I, §4º, da Lei 11.101/05: "A consolidação processual não impede que alguns devedores obtenham a concessão da recuperação judicial e outros tenham a falência decretada".

A alternativa E está incorreta. A consolidação substancial é autorizada pelo juiz, independentemente de autorização da assembleia-geral, conforme artigo 69-J da Lei 11.101/05: "O juiz poderá, de forma excepcional, independentemente da realização de assembleia-geral, autorizar a consolidação substancial de ativos e passivos dos devedores integrantes do mesmo grupo econômico que estejam em recuperação judicial sob consolidação processual, apenas quando constatar a interconexão e a confusão entre ativos ou passivos dos devedores, de modo que não seja possível identificar a sua titularidade sem excessivo dispêndio de tempo ou de recursos, cumulativamente com a ocorrência de, no mínimo, 2 (duas) das seguintes hipóteses".

**QUESTÃO 68. Em relação às sociedades empresárias, conforme jurisprudência dominante e atual do Superior Tribunal de Justiça, está correta a alternativa:**

**a) Em Sociedade Anônima Fechada, a aprovação das próprias contas é caso típico de conflito formal (ou impedimento de voto), sendo vedado ao acionista administrador proferir voto acerca da regularidade de suas contas, ainda que o único outro sócio da sociedade anônima fechada tenha ocupado cargo de administração em parte do exercício.**



**b) Em caso de exclusão judicial de sócio majoritário de sociedade limitada por falta grave no cumprimento de suas obrigações, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, de rigor admitir sua patente impossibilidade, já que, nos termos do Enunciado nº 216/CJF, o quórum de deliberação previsto no art. 1.030 do Código Civil é de maioria absoluta de capital.**

**c) Não é possível ao sócio de sociedade limitada por prazo indeterminado retirar-se imotivadamente da sociedade, já que o dispositivo que prevê tal direito está inserido no capítulo relativo às sociedades simples (artigo 1.029 do Código Civil).**

**d) Aplica-se a normativa do Código de Defesa do Consumidor nas relações entre Sociedade Anônima de Capital Aberto e o acionista minoritário, tendo em vista sua patente hipossuficiência.**

**e) Na hipótese de ação reparatória ajuizada pela sociedade empresária em face de seus ex-administradores (ut universi), não é possível a comprovação da autorização da assembleia geral ordinária ou extraordinária necessária após o ajuizamento.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme REsp 1.692.803-SP, vejamos: "O fato de a sociedade ter somente dois sócios não é suficiente para afastar a proibição de o administrador aprovar suas próprias contas".

A alternativa B está incorreta. Conforme REsp 1.653.421-MG, vejamos: "O quórum deliberativo para exclusão judicial do sócio majoritário por falta grave no cumprimento de suas obrigações deve levar em conta a maioria do capital social de sociedade limitada, excluindo-se do cálculo o sócio que se pretende jubilar".

A alternativa C está incorreta. Conforme REsp 1.839.078-SP, vejamos: "É direito do sócio retirar-se imotivadamente de sociedade limitada regida de forma supletiva pelas normas da sociedade anônima".

A alternativa D está incorreta. Conforme REsp 1.685.098-SP, vejamos: "Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor às relações entre acionistas investidores e a sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no mercado de valores mobiliários".

A alternativa E está incorreta. Conforme REsp 1.778.629-RS, vejamos: "A ação social reparatória (ut universi) ajuizada pela sociedade empresária contra ex-administradores, na forma do art. 159 da Lei nº 6.404/76, depende de autorização da assembleia geral ordinária ou extraordinária, que poderá ser comprovada após o ajuizamento da ação".

**QUESTÃO 69. Pelos princípios que regem a circulação dos títulos de crédito e nos termos da jurisprudência dominante e atual do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar.**

**a) O endosso, que pode ser parcial, deve ser puro e simples, não se admitindo subordiná-lo a condição.**

**b) Comprovada a má fé do emitente do título, ou de um dos portadores precedentes, pode o devedor opor ao atual portador as exceções fundadas em relação pessoal com qualquer deles.**

**c) O endossatário que recebe título de crédito por endosso-mandato e o leva a protesto só responde por danos materiais e morais se extrapola os poderes de mandatário ou em razão de ato culposo próprio.**

**d) O endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco não responde pelos danos decorrentes de protesto indevido.**

**e) O endosso-mandato perde eficácia com a morte do endossante.**



## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O endosso não pode ser parcial, sob pena de nulidade, conforme artigo 18, §1º, da Lei 7.357/85: "Art. 18. O endosso deve ser puro e simples, reputando-se não-escrita qualquer condição a que seja subordinado. §1º São nulos o endosso parcial e o do sacado".

A alternativa B está incorreta. O erro da alternativa é autorizar a oposição de exceções pessoais contra toda a cadeia de endosso com a confirmação de má-fé de apenas uma parte dela, aqueles que possuírem de boa-fé o título não podem ser alvos de exceções pessoais, mesmo que aquele que o endossou estivesse de má-fé, em atenção ao princípio da inoponibilidade das exceções pessoais ao terceiro de boa-fé e ao artigo 25 da Lei 7.357/85: "Quem for demandado por obrigação resultante de cheque não pode opor ao portador exceções fundadas em relações pessoais com o emitente, ou com os portadores anteriores, salvo se o portador o adquiriu conscientemente em detrimento do devedor".

A alternativa C está correta. Conforme tema repetitivo 463 do STJ, vejamos: "Só responde por danos materiais e morais o endossatário que recebe título de crédito por endosso-mandato e o leva a protesto se extrapola os poderes de mandatário ou em razão de ato culposo próprio, como no caso de apontamento depois da ciência acerca do pagamento anterior ou da falta de higidez da cártula".

A alternativa D está incorreta. Conforme Súmula 475 do STJ, vejamos: "Responde pelos danos decorrentes de protesto indevido o endossatário que recebe por endosso translativo título de crédito contendo vício formal extrínseco ou intrínseco, ficando ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas".

A alternativa E está incorreta. Conforme parágrafo §2º do artigo 917 do CC, vejamos: "Com a morte ou a superveniente incapacidade do endossante, não perde eficácia o endosso-mandato".

## QUESTÃO 70. Assinale a alternativa que contém afirmação correta.

a) A sentença de improcedência do pedido na ação coletiva para a defesa dos interesses individuais homogêneos, independentemente de seu fundamento, atingirá o titular do interesse individual que tenha sido interveniente no processo coletivo.

b) Os interesses ou direitos individuais homogêneos resultam da multiplicidade das lesões individualmente sofridas por seus titulares indeterminados, mesmo que não tenham uma relação fática ou jurídica subjacente, mas desde que o objeto seja divisível.

c) A sentença de procedência do pedido na ação coletiva para a defesa dos interesses individuais homogêneos tem eficácia erga omnes e deverá ser executada por um dos colegitimados do artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor, sendo vedado ao titular do direito individual promover o cumprimento de sentença em relação ao dano por ele sofrido.

d) A homogeneidade dos interesses ou direitos individuais homogêneos não está na origem da lesão sofrida por seus titulares e nem na expressão individual do dano.

e) Os interesses ou direitos individuais homogêneos assemelham-se aos interesses ou direitos difusos pela indivisibilidade do objeto da tutela, mas deles diferem pela possibilidade de determinação de seus titulares.

## Comentários



A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois o regime jurídico da coisa julgada no plano coletivo depende do direito envolvido. No caso de direitos individuais homogêneos, a sentença de improcedência terá eficácia erga omnes, impedindo nova ação coletiva, mesmo no caso de falta de provas. Assim, segundo o art. 103, III, e §2º, do CDC: “Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: (...) III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81. (...) Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.” Desse modo, os interessados que intervirem no processo serão atingidos pela coisa julgada.

A alternativa B está incorreta, pois os interesses individuais homogêneos são divisíveis e de titularidade determinada, são aqueles decorrentes de uma origem comum, conforme previsto no inciso III, do parágrafo único, do artigo 81, do CDC. Segundo fixou o STJ no REsp. 1.586.515 - RS: “ (...) 5. O interesse individual homogêneo é um direito individual que acidentalmente se torna coletivo e, pois, indisponível, quando transcender a esfera de interesses puramente particulares, envolvendo bens, institutos ou valores jurídicos superiores, cuja preservação importa à comunidade como um todo. (...)”.

A alternativa C está incorreta, pois a execução, nos direitos individuais homogêneos, segue 3 modelos: liquidação/execução da pretensão individual decorrente pelas vítimas e sucessores, já liquidadas (art. 97 do CDC); liquidação/execução da pretensão individual pelo ente coletivo, pelos legitimados coletivos em representação das vítimas já identificadas e já liquidadas (art. 98 do CDC); e liquidação/execução da pretensão coletiva residual (fluid recovery), pelos legitimados coletivos, indo a indenização para o Fundo de Direitos Difusos (art. 100 do CDC). Assim, na forma do art. 97 do CDC: “A liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, assim como pelos legitimados de que trata o art. 82.”

A alternativa D está incorreta, conforme já comentado na alternativa B.

A alternativa E está incorreta, conforme já comentado na alternativa B.

**QUESTÃO 71. No tocante ao Inquérito Civil, é correto afirmar:**

- a) é imprescindível a prévia instauração de procedimento preparatório ao inquérito civil, bem como a prévia instauração de inquérito civil à ação civil pública.**
- b) deve ser fundamentada a promoção de arquivamento do inquérito civil depois de esgotadas todas as diligências, para posterior revisão pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, dispensado-se a apresentação de motivação no caso de arquivamento das peças de informação.**
- c) o inquérito civil poderá ser instaurado a partir de manifestação anônima, mesmo que deixe de conter informações sobre o fato e seu provável autor, sem a qualificação mínima para sua identificação e localização.**
- d) o inquérito civil poderá ser instaurado por qualquer colegitimado para a propositura da ação civil pública.**
- e) compete ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo apreciar recurso contra o indeferimento de representação de instauração de inquérito civil, bem como recurso contra instauração de inquérito civil.**

**Comentários**



A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 23 do CNMP: "O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público, nem para a realização das demais medidas de sua atribuição própria".

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 10 da Resolução nº 23 do CNMP: "Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório", bem como com o art. 103 da Resolução 1.342 do MPSP: "Convertido o julgamento em diligência, reabre-se ao Promotor de Justiça que tinha promovido o arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação a oportunidade de reapreciar o caso, podendo manter sua posição favorável ao arquivamento ou propor a ação civil pública, como lhe pareça mais adequado. Neste último caso, será desnecessária a remessa dos autos ao Conselho Superior, bastando comunicar, por ofício, o ajuizamento da ação."

A alternativa C está incorreta. Conforme previsto na Resolução nº 23 do CNMP: "O conhecimento por manifestação anônima, justificada, não implicará ausência de providências, desde que obedecidos os mesmos requisitos para as representações em geral, constantes no artigo 2º, inciso II, desta Resolução." Isto é, desde que forneça informações sobre o fato e seu provável autor, bem como a qualificação mínima que permita sua identificação e localização.

A alternativa D está incorreta. Somente o Ministério Público é legitimado a instaurar inquérito civil, conforme previsão do art. 129, III, da Constituição Federal, bem como do art. 3º da Resolução nº 23 do CNMP: "Caberá ao membro do Ministério Público investido da atribuição para propositura da ação civil pública a responsabilidade pela instauração de inquérito civil."

A alternativa E está correta. De acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.342 do MPSP: "Da instauração do inquérito civil caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos desta resolução, devendo constar da notificação do investigado o respectivo prazo." Compete ao Conselho Superior também a análise do indeferimento da representação, conforme depreende-se do art. 5º, §2º da Resolução nº 23 do CNMP: "As razões de recurso serão protocoladas junto ao órgão que indeferiu o pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de três dias, juntamente com a representação e com a decisão impugnada, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva para apreciação."

**QUESTÃO 72. Quanto ao compromisso de ajustamento de conduta, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O compromisso de ajustamento de conduta é título executivo extrajudicial.**
- b) O compromisso de ajustamento de conduta firmado no inquérito civil, para ter eficácia, depende de homologação judicial.**
- c) No compromisso de ajustamento de conduta não há disponibilidade do direito material controvertido, mas há disponibilidade processual.**
- d) Não é exigida intervenção do Ministério Público nos compromissos de ajustamento de conduta firmados pelos demais órgãos públicos colegitimados, ainda que seja obrigatória sua atuação como fiscal da lei nas ações civis públicas por eles propostas.**
- e) Nos compromissos de ajustamento de conduta, é obrigatória a previsão de cominações.**



## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 5º da Resolução nº 1.342 do MPSP: “O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo **extrajudicial**.”

A alternativa B está incorreta, porque é desnecessária a homologação judicial nos termos do art. 83, §4º da Resolução nº 1.342 do MPSP: “A eficácia do compromisso ficará condicionada à homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público.”

A alternativa C está correta, uma vez que, conforme §1º do art. 1º da Resolução nº 179 do CNMP: “Não sendo o titular dos direitos concretizados no compromisso de ajustamento de conduta, não pode o órgão do Ministério Público fazer concessões que impliquem renúncia aos direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, cingindo-se a negociação à interpretação do direito para o caso concreto, à especificação das obrigações adequadas e necessárias, em especial o modo, tempo e lugar de cumprimento, bem como à mitigação, à compensação e à indenização dos danos que não possam ser recuperados.”

A alternativa D está correta, visto que isso a Lei da Ação Civil Pública garantiu a possibilidade de TAC por órgãos públicos, sem prever a necessidade de homologação pelo MP, conforme depreende-se do art. 5º, §6º: “Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.”

A alternativa E está correta, pois é o que dispõe o art. 4º da Resolução nº 179 do CNMP: “O compromisso de ajustamento de conduta deverá prever multa diária ou outras espécies de cominação para o caso de descumprimento das obrigações nos prazos assumidos, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que esta cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do compromisso.”

### QUESTÃO 73. Analise as seguintes afirmações:

**I. A transação firmada pelo Ministério Público no curso de ação civil pública não exige o controle pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.**

**II. É preciso que a portaria do inquérito civil descreva o fato objeto de apuração e indique o fundamento legal que autoriza a atuação do Ministério Público.**

**III. Pode o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo homologar a promoção de arquivamento apresentada, reformar a promoção de arquivamento, determinando a propositura de ação civil pública ou a realização de novas diligências investigatórias.**

**Assinale a alternativa que classifica, corretamente, como verdadeiros (V) ou falsos (F) os itens apresentados.**

a) I – F; II – V; III – F.

b) I – F; II – V; III – V.

c) I – F; II – F; III – V.

d) I – V; II – V; III – V.



**e) I – F; II – F; III - F.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A afirmação I está verdadeira, nos termos da Súmula 25 do MPSP, via de regra, dispensa controle do Conselho Superior: “Não há intervenção do Conselho Superior do Ministério Público quando a transação for promovida pelo Promotor de Justiça no curso de ação civil pública ou coletiva.”

A afirmação II está verdadeira, conforme previsão do art. 4º da Resolução nº 23 do CNMP: “Art. 4º O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo: I – o fundamento legal que autoriza a ação do Ministério Público e a descrição do fato objeto do inquérito civil (...)”.

A afirmação III está verdadeira, pois é a previsão do art. 102, §1º da Resolução nº 1.342 do MPSP: “A promoção de arquivamento será submetida, na forma do regimento interno, a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público em sessão pública, salvo se houver sigilo, que poderá: I – homologá-la; II – determinar o ajuizamento da ação civil pública; III – determinar a conversão do julgamento em diligência, com o prosseguimento no inquérito civil já instaurado, indicando de forma expressa as diligências necessárias.”

### **QUESTÃO 74. Assinale a alternativa INCORRETA.**

**Na tutela dos direitos metaindividuais, o princípio da obrigatoriedade orienta a atuação do Ministério Público quando**

**a) assume a titularidade ativa da ação civil pública, no caso de desistência infundada ou abandono por associação legitimada.**

**b) propõe ação civil pública, se presente a hipótese em que identifica a lesão ou a possibilidade de sua ocorrência.**

**c) interpõe recurso contra sentença de improcedência do pedido que não reconhece a ofensa a direito difuso por ele defendido.**

**d) celebra compromisso de ajustamento de conduta em inquérito civil.**

**e) promove o cumprimento de sentença que julgou procedente o pedido, reconhecendo a ofensa a direito difuso por ele defendido.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A celebração do termo de ajustamento de conduta tem como finalidade resolutividade que dispensa a imperatividade de uma decisão judicial substitutiva da vontade das partes, permitindo uma transação que privilegia a participação das partes, conforme depreende-se do art. 1º da Resolução nº 179 do CNMP: “O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração.”



Dessa forma, buscando formar título extrajudicial, é justamente o TAC que pode figurar um exemplo de exceção ao princípio da obrigatoriedade do Ministério Público, já que não decorre da obrigatoriedade, mas sim do caso concreto; isto é, o MP não tem obrigação legal de firmar o TAC, mas a situação específica irá demonstrar que o instrumento é suficiente e oportuno.

**QUESTÃO 75. De acordo com o seu perfil constitucional e atento à relevância do direito, quanto à legitimidade, pode o Ministério Público:**

**I. instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos da pessoa idosa.**

**II. promover a ação de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.**

**III. promover a ação civil pública para o fornecimento, pelo Poder Público, de tratamento médico ou medicamentos para uma pessoa determinada, protegendo seu direito individual.**

**IV. promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos, relativos à infância e à adolescência.**

**V. promover as medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis ligados à pessoa com deficiência.**

**Está correto apenas o contido em:**

**a) II e V.**

**b) I, IV e V.**

**c) todas as afirmações são verdadeiras.**

**d) I, III e IV.**

**e) I e II.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A afirmação I está correta, nos termos do art. 74, I, do Estatuto do Idoso: “instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos da pessoa idosa”.

A afirmação II está correta, conforme art. 1º, inciso VII, é cabível ACP para proteção: “à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos”.

A afirmação III está correta, de acordo com o TEMA 766 do STJ: “O Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, mesmo quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados, porque se refere a direitos individuais indisponíveis, na forma do art. 1º da Lei n. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público).”

A afirmação IV está correta, conforme previsão do art. 201, V do ECA, compete ao MP “promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3º inciso II, da Constituição Federal”.



A afirmação V está correta, pois é a previsão do art.3º da Lei nº 7.853/89: “As medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, por autarquia, por empresa pública e por fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.”

**QUESTÃO 76. Ressalvada a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) Ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos será proposta no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local, ou no foro do domicílio do réu (CPC, artigo 46), a critério do autor.**

**b) A ação de responsabilidade por ofensa aos direitos difusos, coletivos e individuais, indisponíveis ou homogêneos, assegurados à pessoa idosa, referente à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de acesso a serviços de saúde, será proposta no foro do domicílio da pessoa idosa**

**c) A ação de responsabilidade por ofensa aos direitos individuais, difusos e coletivos, assegurados à criança e ao adolescente, referente ao não oferecimento ou oferta irregular de ensino obrigatório, será proposta no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão.**

**d) A ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços poderá ser proposta no foro do domicílio do autor.**

**e) A ação civil pública de responsabilidade por danos causados a direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico será proposta no foro do local onde ocorrer o dano.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois contraria o teor do art. 93 do CDC: “ Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local: I - no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local; II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.”

A alternativa B está incorreta, pois é o que consta no art. 80 do Estatuto da Pessoa Idosa: “As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio da pessoa idosa, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores. ”

A alternativa C está incorreta, pois está em conformidade com os arts. 208 e 209 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular: I - do ensino obrigatório; (...) As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou omissão, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.”



A alternativa D está incorreta, visto que isso está no art. 101, I, do CDC: “Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, serão observadas as seguintes normas: I - a ação pode ser proposta no domicílio do autor;”

A alternativa E está incorreta, pois é o que dizem os arts. 1º, III, e 2º da Lei de Ação Civil Pública: “Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (...) III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (...) As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.”

**QUESTÃO 77. Com relação à Área de Preservação Permanente, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas na Lei nº 12.651/12.**

**b) A área de preservação permanente é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, e a obrigação de promover a recomposição da vegetação tem natureza real, transmitida ao sucessor do proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.**

**c) A supressão de vegetação nativa protetora das nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública**

**d) Uma área coberta com florestas ou outras formas de vegetação pode ser considerada como área de preservação permanente e declarada de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, se for destinada a proteger várzeas.**

**e) Sua função é assegurar o uso econômico dos recursos naturais do imóvel rural, de modo sustentável, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois corresponde exatamente ao que diz o art. 8º do Código Florestal: “A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.”

A alternativa B está incorreta, pois é o que consta no art. 3º, II, do Código Florestal: “Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;” Além disso, consta do art. 7º, §§1º e 2º, do Código Florestal: “Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos nesta Lei. A obrigação prevista no § 1º tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.”



A alternativa C está incorreta, pois está conforme o art. 8º, §1º, do Código Florestal: “A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.”

A alternativa D está incorreta, visto que isso está no art. 6º, III, do Código Florestal: “Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação destinadas a uma ou mais das seguintes finalidades: (...) III - proteger várzeas;”

A alternativa E está correta, pois contraria o teor do art. 3º, II, do Código Florestal: “Para os efeitos desta Lei, entende-se por: II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;”. Por outro lado, dispõe o art. 3º, III, do Código Florestal: “Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;”

**QUESTÃO 78. Em um Inquérito civil está sendo apurada a supressão de vegetação nativa. Neste caso, é correto afirmar que**

- a) a responsabilidade subjetiva deve ser observada na defesa do meio ambiente, pois o poluidor é obrigado a indenizar ou reparar os danos causados, desde que comprovada a existência de culpa.**
- b) a responsabilidade objetiva deve ser observada na defesa do meio ambiente, pois o poluidor é obrigado a indenizar ou reparar os danos causados, desde que comprovada a existência de culpa, mas dispensando-se a prova do nexo causal entre o fato ocorrido e a ação ou omissão do poluidor.**
- c) a responsabilidade subjetiva deve ser observada na defesa do meio ambiente, pois o poluidor é obrigado a indenizar ou reparar os danos causados, desde que comprovado o nexo causal entre o fato ocorrido e a ação ou omissão do poluidor.**
- d) a responsabilidade objetiva deve ser observada na defesa do meio ambiente, pois o poluidor é obrigado a indenizar ou reparar os danos causados, independentemente da existência de culpa.**
- e) o poluidor causador direto do dano é o único responsável pela indenização, devendo cessar a ação ou omissão lesiva ao meio ambiente, diante do princípio da reparação integral do dano.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A responsabilidade ambiental está prevista constitucionalmente no 225, § 3º, CF/88, que assevera: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

Portanto, o poluidor será responsável por danos ambientais, seja contra o meio ambiente natural, seja contra o cultural, ou artificial.

O art. 14, §1º, da Lei 6.938/81, contempla genericamente a responsabilidade civil por danos ambientais: “Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente



da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.”

Dessa forma, já em 1981 foi instituído um sistema de responsabilidade civil ambiental objetiva, que independe da comprovação de culpa pelo poluidor, bastando a conduta, seja ela omissiva ou comissiva, o dano ambiental e o nexo causal entre eles para surgir o dever de reparação.

Segundo entendimento consolidado do STJ, aplica-se a Teoria do Risco Integral à responsabilidade civil por danos ambientais, em que não se admite a exclusão de culpa por caso fortuito, força maior ou fato de terceiro. Além disso, a Corte admite a condenação em reparação por danos materiais e danos morais.

Nesse sentido: “RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. DANOS DECORRENTES DO ROMPIMENTO DE BARRAGEM. ACIDENTE AMBIENTAL OCORRIDO, EM JANEIRO DE 2007, NOS MUNICÍPIOS DE MIRAÍ E MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. NEXO DE CAUSALIDADE.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar; b) em decorrência do acidente, a empresa deve recompor os danos materiais e morais causados e c) na fixação da indenização por danos morais, recomendável que o arbitramento seja feito caso a caso e com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico do autor, e, ainda, ao porte da empresa, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, de modo que, de um lado, não haja enriquecimento sem causa de quem recebe a indenização e, de outro, haja efetiva compensação pelos danos morais experimentados por aquele que fora lesado. 2. No caso concreto, recurso especial a que se nega provimento.” (REsp 1374284/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/08/2014, DJe 05/09/2014)

**QUESTÃO 79. Quanto ao estudo de impacto ambiental, analise as seguintes assertivas:**

**I. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado exige-se o estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.**

**II. Impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população.**

**III. Estudos ambientais são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida.**

**IV. A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente, dispensando se publicidade e audiência pública.**

**V. Exige-se estudo de impacto ambiental para o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos.**



**Está correto apenas o contido em**

- a) I.
- b) I e IV.
- c) I, II, III e V.
- d) III e V.
- e) todas as afirmações são verdadeiras.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está correto, pois determina o art. 225, §1º, IV, da CF/88: “Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...)IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;”

O item II está correto, pois é o que consta no art. 1º, I, da Resolução nº 01 do CONAMA: “Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;”

O item III está correto, de acordo com o art. 1º, III, da Resolução nº 237 do CONAMA: “Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área de[1]gradada e análise preliminar de risco.”

O item IV está incorreto, visto que contraria o art. 3º da Resolução nº 237 do CONAMA: “A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação”

O item V está correto, pois é o que dispõe o art. 2º, X, da Resolução nº 01 do CONAMA: “Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA e em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como: (...)X - Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;”

**QUESTÃO 80. Analise as seguintes afirmações relacionadas ao Código de Defesa do Consumidor e às cláusulas abusivas,**

**I. Diante do princípio da boa-fé e do equilíbrio, é direito básico do consumidor ser protegido contra cláusulas abusivas ou impostas.**

**II. Cláusulas abusivas são consideradas nulas de pleno direito, e o artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor apresenta rol não exaustivo.**



**III. É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o Código de Defesa do Consumidor.**

**IV. A nulidade de uma cláusula contratual abusiva invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.**

**V. É válida a cláusula que impossibilite, exonere atenua a responsabilidade do fornecedor por vício de qualquer natureza dos produtos e serviços, desde que prevista nos contratos de adesão, diante do princípio pacta sunt servanda.**

Dessas afirmações, é (são) correta(s)

a) todas.

b) duas.

c) três.

d) quatro.

e) apenas uma.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**, pois são corretas três afirmativas.

O item I está correto, pois dispõe o art. 6º, IV, do CDC: “São direitos básicos do consumidor: (...) IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;”

O item II está correto, pois o art. 51 do CDC apresenta um rol exemplificativo de cláusulas abusivas, conforme se depreende do seu próprio caput. Ademais, determina que essas serão nulas de pleno direito. Vejamos: “São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:”

O item III está correto, de acordo com o art. 51, §4º, do CDC: “É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.”

O item IV está incorreto, visto que contraria o art. 51, §2º, do CDC: “A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.”

O item V está incorreto, pois em desconformidade com o art. 52, I, do CDC: “São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;”

**QUESTÃO 81. O consumidor poderá exercer o prazo de reflexão, desistindo do contrato de fornecimento de produtos e serviços realizado fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio, no prazo de**



- a) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviços ou de produtos não duráveis.
- b) sete dias, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço.
- c) cinco dias úteis, a contar da constatação da inexatidão nos seus dados e cadastros, devendo o arquivista comunicar a alteração das informações incomuns aos eventuais destinatários.
- d) dez dias, a contar do recebimento do orçamento prévio, discriminando o valor da mão-de-obra, materiais e equipamentos.
- e) noventa dias, tratando-se do fornecimento de ser e de produtos duráveis.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O artigo 49 do CDC regula o direito de arrependimento previsto quanto às contratações realizadas pelos consumidores fora do estabelecimento comercial. Em especial, este dispositivo regula as compras feitas à distância, seja através de telefone, internet, ou outro meio telemático.

Em até 07 (sete) dias contados da data da assinatura do contrato ou do ato de recebimento do produto ou serviço, poderá o consumidor desistir da contratação feita remotamente, recebendo de imediato todos os valores eventualmente pagos (produto, embalagem, frete), atualizados monetariamente.

Assim dispõe o art. 49: “O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio. Parágrafo único. Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.”

#### **QUESTÃO 82. A respeito do plano diretor, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) Poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
- b) Aprovado por decreto municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e deverá ser revisto, pelo menos, a cada dez anos, incorrendo em improbidade administrativa o Prefeito que deixar de tomar as providências necessárias para garantir a revisão.
- c) Expressa as exigências fundamentais de ordenação da cidade, notadamente quando a propriedade urbana cumpre sua função social, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.
- d) É parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
- e) É obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes e, no caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.



A alternativa A está incorreta, pois corresponde exatamente ao que diz o art. 28 do Estatuto da Cidade: “O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.”

A alternativa B está correta, pois contraria o art. 40 do Estatuto da Cidade ao afirmar que o Plano Diretor deve ser aprovado por decreto. Vejamos o dispositivo legal: “O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.” As demais informações estão corretas, nos termos do Estatuto.

A alternativa C está incorreta, de acordo com o art. 39 do Estatuto da Cidade: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.”

A alternativa D está incorreta, visto que isso está no art. 40, §1º, do Estatuto da Cidade: “O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.”

A alternativa E está incorreta, pois é o que dispõe o art. 41, I, do Estatuto da Cidade: “O plano diretor é obrigatório para cidades: I – com mais de vinte mil habitantes;”. Acrescenta o §2º do art. 41: “No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido.”

**QUESTÃO 83. Com relação ao parcelamento do solo urbano, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) O parcelamento do solo não será permitido (1) em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas, (ii) em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados e (iii) em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.**

**b) O loteador deve destinar parte da gleba para a implantação de equipamento urbano e comunitário, sendo (1) urbano o equipamento público de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado e (ii) comunitário o equipamento de educação, cultura, saúde, lazer e similares.**

**c) No loteamento, há a abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamentos, modificação ou ampliação das vias existentes; no desmembramento, há aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.**

**d) Desde a data do registro do loteamento passam a integrar o domínio da Municipalidade as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos constantes do projeto e do memorial descritivo.**

**e) É requisito urbanístico para loteamento que os lotes tenham área mínima de 125 m<sup>2</sup> e frente mínima de 5 metros, inclusive quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.**

**Comentários**



A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda diversos dispositivos presentes na Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei 6.766/79.

A alternativa A está incorreta, pois corresponde exatamente ao que diz o art. 3º, parágrafo único, I, II, e III, da Lei 6.766/79: “Não será permitido o parcelamento do solo: I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;”

A alternativa B está incorreta, pois é o que consta no art. 4º, I, da Lei 6.766/79: “Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos: I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.” Ainda conceituam os arts. 4º, §2º, e 5º, parágrafo único, da Lei 6.766/79: “Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares. (...)Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.”

A alternativa C está incorreta, pois apresenta as definições constantes do art. 2º, §§1º e 2º, da Lei 6.766/79: “Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.”

A alternativa D está incorreta, visto que isso está no art. 22 da Lei 6.766/79: “Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.”

A alternativa E está correta, pois é o que dispõe o art. 4º, II, da Lei 6.766/79: “Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos: (...) II - os lotes terão área mínima de 125m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes;”

**QUESTÃO 84. A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Formas Correlatas de Intolerância declara que todo ser humano é igual perante a lei e tem direito à igual proteção contra o racismo, a discriminação racial e as formas correlatas de intolerância, em qualquer esfera da vida pública e privada (Capítulo II).**

**Para garantir a efetividade dos direitos da população negra são previstas ações afirmativas, sendo INCORRETO sustentar que**

**a) as ações afirmativas, adotadas com a finalidade de assegurar o gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais de grupos que requeiram essa proteção, não constituirão discriminação, desde que não levem à manutenção de direitos separados para grupos diferentes, ainda que se perpetuem, uma vez alcançados seus objetivos.**



**b) medidas, programas e políticas de ação afirmativa promovem a participação da população negra, em condições de igualdade de oportunidade na vida econômica, social, política e cultural do País.**

**c) ações afirmativas são programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.**

**d) programas de ações afirmativas destinam-se ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, a Justiça e outros.**

**e) programas de ações afirmativas constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está incorreta, pois as ações afirmativas não podem se perpetuar quando alcançarem seus objetivos, conforme dispõe o art. 1.5, da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Formas Correlatas de Intolerância: “As medidas especiais ou de ação afirmativa adotadas com a finalidade de assegurar o gozo ou exercício, em condições de igualdade, de um ou mais direitos humanos e liberdades fundamentais de grupos que requeiram essa proteção não constituirão discriminação racial, desde que essas medidas não levem à manutenção de direitos separados para grupos diferentes e não se perpetuem uma vez alcançados seus objetivos.”

Como o comando da questão solicita que seja assinalada a questão incorreta, esta é a resposta da questão.

A alternativa B está correta, pois está de acordo com a previsão do art. 4º, inciso II, do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010: “A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de: (...) II - II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;”

A alternativa C está correta, pois está de acordo com a previsão do art. 1º parágrafo único, inciso VI, do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010: “Para efeito deste Estatuto, considera-se: (...) VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.”

A alternativa D está correta, pois está de acordo com a previsão do art. 4º, inciso II, do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010: “A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de: (...) VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.”

A alternativa E está correta, pois está de acordo com a previsão do art. 4º, parágrafo único, do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/2010: “Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.”



**QUESTÃO 85.** A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência elenca os princípios do respeito pela dignidade inerente, da não discriminação, da igualdade de oportunidades, da acessibilidade, entre outros (artigo 3º, letras: “a”, “b”, “e” e “f”).

Assinale a alternativa **INCORRETA** a respeito do direito à saúde das pessoas com deficiência.

a) Compete ao Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiência por causas evitáveis, inclusive por meio de identificação e controle da gestante de alto risco e do acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério com garantia de parto humanizado e seguro.

b) Quando esgotados os meios de atenção à saúde no local de residência, será prestado atendimento fora do domicílio, para fins de diagnóstico e tratamento garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.

c) Os espaços dos serviços de saúde, tanto público quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência mediante a remoção de barreiras, por meio de projeto arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental.

d) As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes, autorizada a cobrança de valores diferenciados, em razão de sua condição.

e) As ações e os serviços de saúde pública devem assegurar atendimento psicológico, inclusive para os familiares da pessoa com deficiência e seus atendentes pessoais, além da oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está correta, pois trata-se da literalidade do art. 19, inciso I, do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 19. Compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de: I - acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com garantia de parto humanizado e seguro;”

A alternativa b está correta, pois trata-se da literalidade do art. 21, do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 21. Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.”

A alternativa C está correta, pois trata-se da literalidade do art. 25, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 25. Os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental.”

A alternativa D está incorreta, pois é vedada a cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão da condição de pessoa com deficiência. É o teor do art. 23, do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 23. São vedadas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição.”



Ressalte-se que o início do enunciado está correto, pois representa o disposto no art. 20, do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 20. As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.”

Considerando que o comando da questão solicita que seja assinalada a questão incorreta, esta é a resposta da questão.

A alternativa E está correta, pois trata-se de disposição expressa constante no art. 18, §4º, inciso XI, do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015): “§4º As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar: (...) XI - oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde.”

**QUESTÃO 86. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece o princípio do respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade (artigo 3º, letra “h”) e, em todas as ações relativas às crianças com deficiência, o superior interesse de criança receberá consideração primordial (artigo 72, nº 2).**

**É INCORRETO afirmar que a educação inclusiva estabelece:**

- a) a adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, inclusive com a oferta de profissionais de apoio escolar.**
- b) o planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva.**
- c) a implementação de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.**
- d) o acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidade e condições com as demais pessoas.**
- e) o cumprimento das determinações acima elencadas pelo poder público, por ser de sua responsabilidade primordial e exclusiva, facultando-se às instituições de ensino privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, o recebimento de estudantes com deficiência em educação inclusiva.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

O art. 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) dispõe que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, sendo assegurada o sistema educacional inclusivo, veja-se: “Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.”

A alternativa A está correta, pois expressa a literalidade do art. 28, inciso V, do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: (...) - V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em



ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;”

A alternativa B está correta, pois expressa a literalidade do art. art. 28, inciso VII, do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: (...) -VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;”

A alternativa C está correta, pois expressa a literalidade do art. art. 28, inciso X, do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: (...) X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;”

A alternativa D está correta, pois expressa a literalidade do art. art. 28, inciso XIII, do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: (...) XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;”

A alternativa E está incorreta, pois as determinações dispostas nas alternativas anteriores não são de responsabilidade exclusiva do Poder Público, mas também da família, da comunidade escolar e da sociedade, conforme menciona o art. 27, parágrafo único, do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015): “Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.”

No mesmo sentido, aplicam-se às instituições privadas as disposições elencadas nas alternativas anteriores, conforme determina o art. 28, §1º, da do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146/2015): “§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.”

Considerando que o comando da questão solicita que seja assinalada a questão incorreta, esta é a resposta da questão.

**QUESTÃO 87. O Estatuto da Pessoa da Idosa declara que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhe todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (artigo 2º).**

**Com relação de entidade de atendimento à pessoa idosa, é INCORRETO asseverar que**

**a) entre as penalidades administrativas às entidades governamentais de atendimento, pelo descumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, estão a multa, a suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas, a interdição da unidade ou a suspensão de programa e a proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.**



b) entre os princípios das entidades com programas de institucionalização de longa permanência, estão a preservação dos vínculos familiares, o atendimento personalizado e em pequenos grupos, a participação da pessoa idosa nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo, a preservação da identidade da pessoa idosa e o oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

c) entre suas obrigações, constam o fornecimento de vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente, o oferecimento de instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade e a comunicação ao Ministério Público, para as providências cabíveis, de situação de abandono moral ou material por parte dos familiares.

d) entre seus requisitos, estão oferecer instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios do Estatuto da Pessoa Idosa, estar regularmente constituída e demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

e) na ocorrência de infração, por entidade de atendimento, que coloque em risco os direitos assegurados pelo Estatuto da Pessoa Idosa, será o fato comunicado ao Ministério Público para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a pessoas idosas a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está incorreta, pois as penalidades administrativas elencadas na assertiva na realidade correspondem às entidades NÃO governamentais, conforme se verifica no art. 55, inciso II e alíneas, do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003): “Art. 55. As entidades de atendimento que descumprirem as determinações desta Lei ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, às seguintes penalidades, observado o devido processo legal: (...) II – as entidades não-governamentais: a) advertência; b) multa; c) suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas; d) interdição de unidade ou suspensão de programa; e) proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público. e) proibição de atendimento a pessoas idosas a bem do interesse público.”

Considerando que o comando da questão solicita que seja assinalada a questão incorreta, esta é a resposta da questão.

A alternativa B está correta, pois exprime os princípios previstos no art. 49, incisos I, II, IV e VI, do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003): “Art. 49. As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios: I – preservação dos vínculos familiares; II – atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV – participação da pessoa idosa nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo; VI – preservação da identidade da pessoa idosa e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.”

A alternativa C está correta, pois exprime o adequadamente às obrigações das entidades de atendimentos, conforme dispostas no art. 50, incisos III, IV e XVI, do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003): “Art. 50. Constituem obrigações das entidades de atendimento: (...) III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente; IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade; XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;”



A alternativa D está correta, pois descreve acertadamente os requisitos dos regimes de atendimento dispostos no art. 48, parágrafo único, incisos I, II, III e IV, do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003): “Parágrafo único. As entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa ficam sujeitas à inscrição de seus programas perante o órgão competente da Vigilância Sanitária e o Conselho Municipal da Pessoa Idosa e, em sua falta, perante o Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos: I – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; II – apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei; III – estar regularmente constituída; IV – demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.”

A alternativa E está correta, pois trata-se de disposição expressa constante no art. 55, §3º, do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003): “§3º Na ocorrência de infração por entidade de atendimento que coloque em risco os direitos assegurados nesta Lei, será o fato comunicado ao Ministério Público, para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a pessoas idosas a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária.”

**QUESTÃO 88. Assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa instituído pela Lei Federal nº 8.429/92 tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos dessa Lei.**

**b) A instauração de inquérito civil para apuração dos ilícitos referidos nessa Lei interrompe o curso do prazo prescricional, que passa a correr após a sua conclusão.**

**c) O Ministério Público, ouvida a pessoa jurídica interessada, poderá celebrar acordo de não persecução civil no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória, desde que estipule, no mínimo, o dever de o agente público ou privado ressarcir integralmente o dano ou a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida pelo agente público ou privado.**

**d) Na ação civil pública para a responsabilização por improbidade administrativa, quando a sentença condenar os réus ao pagamento de quantia ilíquida, o Ministério Público, ouvida a pessoa jurídica prejudicada, procederá à liquidação do dano.**

**e) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.**

**Comentários**

As alternativas incorretas são as **letras B e D**.

Desse modo, a questão em tela é passível de recurso, pois constam duas assertivas incorretas que atendem ao enunciado.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do art. 1º da Lei 8429/92: “Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.”



A alternativa B está incorreta. Há suspensão, conforme § 1º do art. 23: “§ 1º A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos nesta Lei suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.”

A alternativa C está correta. É o teor do art. 17B: “Art. 17-B. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados: I - o integral ressarcimento do dano; II - a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados. “

A alternativa D está incorreta, pois da leitura conjunta dos §§ 1º e 2º do art. 18 é possível concluir de maneira diferente, já que caberá à pessoa jurídica prejudicada procederá a essa determinação (LIQUIDAÇÃO). Apenas na hipótese de a pessoa jurídica prejudicada não adotar as providências a que se refere o § 1º deste artigo no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da sentença de procedência da ação, caberá ao Ministério Público. Vejamos: “Art. 18. A sentença que julgar procedente a ação fundada nos arts. 9º e 10 desta Lei condenará ao ressarcimento dos danos e à perda ou à reversão dos bens e valores ilicitamente adquiridos, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito. § 1º Se houver necessidade de liquidação do dano, a pessoa jurídica prejudicada procederá a essa determinação e ao ulterior procedimento para cumprimento da sentença referente ao ressarcimento do patrimônio público ou à perda ou à reversão dos bens. § 2º Caso a pessoa jurídica prejudicada não adote as providências a que se refere o § 1º deste artigo no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da sentença de procedência da ação, caberá ao Ministério Público proceder à respectiva liquidação do dano e ao cumprimento da sentença referente ao ressarcimento do patrimônio público ou à perda ou à reversão dos bens, sem prejuízo de eventual responsabilização pela omissão verificada.”

A alternativa E está correta. É o que dispõe o Art. 3º da lei nº 8429/92: “art. 3º § 1º Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.”

**QUESTÃO 89. Com relação ao regime instituído pela Lei Federal nº 8429/92, considere as afirmações seguintes:**

**I. Da nomeação de servidores públicos para cargos em comissão sob condição de entrega da remuneração por parte daqueles que não exercem nenhuma função (Método “servidor fantasma”), ou as que exercem parcialmente (Método “Rachadinha”), ao nomeante é hipótese de múltipla subsunção perante a Lei Federal nº 8429/92, porquanto a um só tempo importa em enriquecimento ilícito e causa lesão ao erário.**

**II. É possível a propositura de ação civil pública para a responsabilização por improbidade administrativa na “hipótese em que o agente público permite que pessoa física ou jurídica privada utilize bens integrantes do acervo patrimonial do Município sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie que não implique perda patrimonial efetiva.**

**III. O recebimento integral ou parcial pelo nomeante da remuneração de servidores públicos nomeados para cargo em comissão que não exercem nenhuma função ou as exercem parcialmente, não encontra adequação típica na Lei Federal nº 8429/92 porque os valores entregues ao nomeante perdem o caráter e passa a ter caráter privado.**

**IV. Na ação civil pública para a responsabilização por improbidade administrativa, poderá ser deferido pedido de indisponibilidade de bens dos demandados com a finalidade de garantir a integral recomposição**



do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito, somente mediante prévia oitiva do réu em cinco dias e mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável.

V. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme o caráter exemplificativo do caput e das hipóteses do art. 9º da Lei Federal nº 8.429/92.

Estão corretas apenas as alternativas:

a) I, IV e V.

b) II, III e IV.

c) III, IV e V.

d) I, II e IV.

e) I, II e V.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Estão corretos os itens I, IV e V.

O item I está correto, nos termos da jurisprudência a seguir transcrita: “ELEIÇÕES DE 2020. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. PRÁTICA ILÍCITA DE “RACHADINHA”. CARACTERIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO E DANO AO ERÁRIO PÚBLICO. INELEGIBILIDADE DO ART. 1º, I, L, DA LC Nº 64/1990 CONFIGURADA. RECURSO PROVIDO. 3. A exigência legal imposta de que a conduta ímproba traga, simultaneamente, prejuízo ao erário e enriquecimento ilícito do próprio agente ou de terceiros, como exigido por esta Corte Eleitoral, está presente, pois é regular e lícito ao TSE verificar na fundamentação da decisão condenatória a existência de ambos os requisitos” (AgR-AI nº 411-02/MG, Rel. Min. EDSON FACCHIN, DJe de 7.2.2020; Rel. Min. OG FERNANDES, PSESS de 27.11.2018).

O item IV está correto. É o teor do art. 16 da lei 8429/92: “Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. § 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias.”

O item V está correto. É o teor do art. 16 da lei 8429/92: “§ 14. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei”.

O erro do item II pode ser verificado a partir da leitura do art. 10. Vejamos: “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: [...] II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; § 1º Nos casos em que a inobservância de formalidades legais ou regulamentares não



implicar perda patrimonial efetiva, não ocorrerá imposição de ressarcimento, vedado o enriquecimento sem causa das entidades referidas no art. 1º desta Lei.”

O erro do item III se refere à parte que afirma que os valores entregues ao nomeante perdem o caráter e passam a ter caráter privado. Pelo contrário, será mantida a natureza pública dos valores.

Desse modo, as assertivas “b”, “c”, “d”, “e” não atendem ao comando da questão, pois não elencam os itens corretos.

**QUESTÃO 90. Assinale a alternativa correta.**

a) A Lei Federal nº 14.133/2021 autoriza a dispensa de licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou à segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares e somente para aquisição dos bens necessários ao “atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de ocorrência de emergência ou da calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos da celebração do contrato administrativo.

b) Segundo o regime instituído pela Lei Federal 14.133/2021, a pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio e, nesta hipótese, o edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação, inclusive aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

c) Com relação ao regime instituído pela Lei Federal 14.133/2021, considera-se emergencial a contratação por dispensa de licitação com o objetivo manter a continuidade do serviço público, cujo valor deve ser previamente estimado, e guardar compatibilidade com os valores praticados pelo mercado considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala, as peculiaridades do local de execução do objeto, adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.

d) Ao final da fase preparatória, o processo licitatório será encaminhado ao órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação, conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação, e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica. Essa providência não é exigível para os processos de contratação direta, que compreendem os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação.

e) Encerradas as fases de julgamento e habilitação, esgotados os recursos administrativos, ou na hipótese de contratação direta, o processo licitatório se encaminhado à autoridade superior que, no exercício de ampla liberdade decorrente de competência discricionária, poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, não sendo necessário assegurar a prévia manifestação dos interessados.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.



A alternativa A está incorreta, com base no inciso VIII do art. 75: “[...] VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;”

A alternativa B está incorreta, nos termos do §§ 1º e 2º do art. 15: “§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção. § 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.”

A alternativa C está correta. É o que dispõe o § 6º do art. 75 da lei 14.133/21: “[...] § 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial.”

A alternativa D está incorreta. Há contrariedade ao disposto no artigo a seguir: “Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação. § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá: I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica; [...] § 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.”

A alternativa E está incorreta, pois contraria o art. 71 da Nova lei de licitações: Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: [...] § 3º Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados. § 4º O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

**QUESTÃO 91. Com relação ao direito de acesso a Informações assegurado no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição da República, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) Qualquer interessado poderá requerer o acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 12º da Lei Federal nº 12.527/2011, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.**

**b) A Lei Federal nº 12.527/2011 assegura o direito de obter informação relativa ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.**



**c) As entidades privadas sem fins lucrativos que recebem recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais têm o dever de garantir o acesso a informações relacionadas à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação.**

**d) A Lei Federal nº 12.527/2011 assegura o direito de obter informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.**

**e) Ao agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação, o agente público sujeitar-se-á a medidas disciplinares, e poderá responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nº 1.079/50 e nº 8.429/92.**

### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra A**.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o art. 10 da lei nº 12.527/2011. Vejamos: “Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. § 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação. [...] § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.”

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 7º, VII, da lei nº 12.527/2011, a seguir transcrito: “Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: VII - informação relativa: [...] b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.”

A alternativa C está correta. É o teor do art. 2º, da lei nº 12.527/2011: “Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.”

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do art. 7º, II, da lei nº 12.527/2011, a seguir transcrito: “Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: [...] II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

A alternativa E está correta. É o teor do art. 32, da lei nº 12.527/2011: “Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar: III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação; [...] § 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o militar ou agente público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto nas Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992.”

### **QUESTÃO 92. Assinale a alternativa correta com relação a Agentes públicos.**

**a) As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.**

**b) São nulos e não produzem quaisquer efeitos válidos com relação a terceiros os atos praticados por pessoa que exerce função pública sem provimento válido em cargo, emprego ou função.**



c) As matérias relativas a regime jurídico-administrativo de servidor público são de competência da União, motivo pelo qual é necessária a edição de lei nacional para estabelecer os casos, as condições e os percentuais mínimos para o preenchimento dos cargos em comissão destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) As funções de confiança destinadas às atribuições de direção, chefia e assessoramento devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.

e) Os Prefeitos Municipais são agentes políticos e não se submetem à Lei Federal nº 8.429/92, mas segundo normas especiais de responsabilidade

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Tais contratações encontram previsão na lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 e submete-se ao regime jurídico-administrativo, e não à Consolidação das Leis do Trabalho

A alternativa B está incorreta. Os atos praticados por Agente Público Putativo ou Agente Público de Fato são válidos e produzem efeitos, cabendo à responsabilidade ao Estado por tais atos.

A alternativa C está incorreta. O STF afastou a necessidade de lei nacional para fixar percentual de servidores em cargos em comissão. O colegiado concluiu que não há omissão legislativa em relação à regulamentação de dispositivo constitucional sobre a matéria. (ADO) 44.

A alternativa D está correta. É a literalidade do art. 37,V, da CF/88: “Art. 37. V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo [...]”

A alternativa E está incorreta. Os Prefeitos Municipais, ainda que sejam agentes políticos, estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa, conforme o disposto no art. 2º dessa norma, e nos artigos 15, V, e 37, § 4º, da Constituição Federal

**QUESTÃO 93. Em relação ao regime jurídico dos bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA.**

a) O Município doou imóvel público a terceiro com encargo, substanciado no exercício de atividade que se ajustaria ao interesse público porque fomentaria o comércio local e levaria à geração de empregos. O desvirtuamento das finalidades originalmente propostas, estabelecidas na escritura de doação do imóvel, conduz obrigatoriamente sua desconstituição e a reversão do bem ao patrimônio público, excluída qualquer indenização, ressalvada a hipótese de a Administração Pública não adotar as medidas para a restituição do bem dentro de um ano, a contar da data em que tomou conhecimento do ilícito.

b) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

c) O Município, atendidos os requisitos legais, poderá doar bem público dominial. Caso a doação seja com encargo, deverá ser precedida de licitação, e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, sendo dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado.

d) Na hipótese de construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo, a Administração Pública, à luz do princípio da autoexecutoriedade dos atos administrativos, que dispensa ordem judicial para sua plena eficácia, pode ordenar a demolição da construção, desde que precedida de regular processo.



**e) A ocupação indevida de bem público revela dano in re ipsa, dispensada prova de prejuízo in concreto, impondo-se imediata restituição da área ao estado anterior e à demolição e restauração, às expensas do transgressor.**

#### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra A**.

A alternativa A está incorreta, pois não há no ordenamento jurídico esse prazo de 01 ano para adoção das medidas relacionadas à restituição do bem.

A alternativa B está correta. “Súmula 619 do STJ: A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.”

A alternativa C está correta. Sendo dominicais, podem ser alienados os bens públicos, respeitando-se todos os parâmetros que a lei traça para os administradores públicos. Veja-se o que determina o art. 17, § 4º, da Lei nº 8.666/1993: “Art. 17 [...] § 4º - A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente os encargos, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, sendo dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado.”

Lei 14133, art. 76 § 6º: “A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, dispensada a licitação em caso de interesse público devidamente justificado.”

A alternativa D está correta. Trata-se de jurisprudência do STJ: “[...] à luz do princípio da autoexecutoriedade dos atos administrativos, que dispensa ordem judicial para sua plena eficácia, a demolição de construção pode ser ordenada diretamente pela Administração, desde que precedida de regular processo.” (STJ. 2ª Turma. REsp 1.457.851/RS)

A alternativa D está correta. Trata-se de jurisprudência do STJ: “[...] Construção ou atividade irregular em bem de uso comum do povo revela dano in re ipsa, dispensada prova de prejuízo in concreto, impondo-se imediata restituição da área ao estado anterior. Demolição e restauração às expensas do transgressor, ressalvada hipótese de o comportamento impugnado contar com inequívoca e proba autorização do órgão legalmente competente.” (STJ. 2ª Turma. REsp 1.457.851/RS).

#### **QUESTÃO 94. Assinale a opção correta a respeito do instituto do tombamento.**

**a) A submissão de um bem ao regime jurídico do tombamento encontra-se na esfera de competência discricionária atribuída pela lei ao Poder Público, que poderá decidir segundo critérios de conveniência e oportunidade formulados por ele mesmo.**

**b) O bem objeto do tombamento só se encontra legalmente protegido contra destruições ou descaracterizações após a tomada de decisão final com a transcrição para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.**

**c) A notificação do proprietário para anuir ao tombamento ou para impugná-lo produz o efeito de legalmente proteger o bem contra destruições ou descaracterizações até que seja tomada a decisão final.**

**d) O tombamento submete-se ao princípio da hierarquia verticalizada estabelecido no artigo 2º, § 2º, do Decreto-lei nº 3.365/41.**

**e) Compete privativamente aos Municípios legislar sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local.**



## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não há que se falar em discricionariedade nesse caso, já que se trata do regime jurídico do tombamento, ou seja, todo o seu regramento, que deve ser observado sob pena de ilegalidade.

A alternativa B está incorreta. No processo de tombamento caso seja aprovada a intenção de proteger um bem será expedida uma notificação ao seu proprietário. A partir desta notificação o bem já se encontrará protegido legalmente contra destruições ou descaracterizações, até que seja tomada a decisão final.

A alternativa C está correta. No processo de tombamento caso seja aprovada a intenção de proteger um bem será expedida uma notificação ao seu proprietário. A partir desta notificação o bem já se encontrará protegido legalmente contra destruições ou descaracterizações, até que seja tomada a decisão final. O processo termina com a inscrição em um dos Livros do Tombo e comunicação formal aos proprietários. Decreto-Lei nº 25 e à Portaria nº 11 (anexa).

A alternativa D está incorreta. O STF entendeu pela inaplicabilidade da Hierarquia Verticalizada ao tombamento. (STF. Plenário. ACO 1208 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 24/11/2017).

A alternativa E está incorreta. A CF/88 em seu art. 24 dispõe: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;”

## QUESTÃO 95. Assinale a alternativa INCORRETA.

**a) Nas concessões comuns, é admitida a subconcessão, no caso e nos termos de previsão contratual, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente e precedida de licitação, procedimento que não será exigível na hipótese de transferência de concessão.**

**b) A extinção do contrato de concessão comum de serviços públicos durante sua vigência, fundamentada em falta grave praticada pela concessionária, atribui a esta direito subjetivo à indenização às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados.**

**c) O débito do usuário derivado de recuperação de consumo efetivo por fraude no aparelho medidor apurado por meio do devido processo administrativo autoriza a interrupção do fornecimento do serviço de energia elétrica, sem limite temporal de apuração retroativa à constatação da fraude.**

**d) Desde que exista previsão no edital da licitação, é possível a concessionária obter outras fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados com a finalidade de favorecer a modicidade das tarifas e à manutenção do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.**

**e) a interrupção no fornecimento de água a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de interação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda, beneficiário de tarifa social, deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.**

## Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**.

A alternativa A está correta. É a literalidade do art. 26 da lei 8987/95: “Art. 26. É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.” Sobre a transferência da concessão, o Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no



sentido de que a cessão ou transferência das concessões podem ocorrer sem obrigatoriedade de abertura de novo processo licitatório (ADI 2.946).

A alternativa B está correta, já que mesmo com a decretação da caducidade, o concessionário tem o direito de ser indenizado pelas parcelas não amortizadas ou depreciadas dos bens reversíveis.

A alternativa C está incorreta. O erro da questão se refere à expressão “sem limite temporal”.

O STJ no tema repetitivo 669 posicionou-se sobre o assunto: “Na hipótese de débito estrito de recuperação de consumo efetivo por fraude no aparelho medidor atribuída ao consumidor, desde que apurado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, é possível o corte administrativo do fornecimento do serviço de energia elétrica, mediante prévio aviso ao consumidor, pelo inadimplemento do consumo recuperado correspondente ao período de 90 (noventa) dias anterior à constatação da fraude, contanto que executado o corte em até 90 (noventa) dias após o vencimento do débito, sem prejuízo do direito de a concessionária utilizar os meios judiciais ordinários de cobrança da dívida, inclusive antecedente aos mencionados 90 (noventa) dias de retroação.”

A alternativa D está correta. É a literalidade do art. 11 da lei 8987/95: “Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 17 desta Lei.”

A alternativa E está correta. Esse é o teor do § 3º do art. 40 da lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007: “A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.”

#### **QUESTÃO 96. Leia as assertivas a seguir relacionadas à Administração pública.**

**I. Visando superar uma rígida noção do princípio da legalidade, considerando a insuficiência da lei para antecipadamente solucionar todas as hipóteses e indicar ao administrador público a conduta a ser seguida, a lei federal nº 9784/99 positivou o princípio da juridicidade ao determinar que a administração pública deverá pautar a sua atuação conforme a lei e o direito.**

**II. Como derivação do princípio da eficiência, surge o subprincípio da economicidade, segundo o qual o administrador público tem o compromisso inafastável de encontrar a solução mais adequada economicamente na gestão da coisa pública. Considerando que, geralmente, o administrador terá uma margem de liberdade prevista em lei para a escolha da opção a ser adotada, o controle desses atos encontrará obstáculo na invasão da discricionariedade administrativa.**

**III. O princípio da legitimidade das despesas públicas direcionado a uma análise além da regularidade formal, está expresso no caput do art. 70 da Constituição Federal, cuja observância pela administração pública direta e indireta deve ser realizada pelo Tribunal de Contas, e pode orientar a atuação do Poder Judiciário quando este desempenhar sua missão judicial de controle externo da administração.**

**IV. Corolário do Estado Democrático de Direito, a exigência de motivação repele a incidência da teoria do silêncio eloquente no Direito Administrativo. Deve ser adequada e expressar a exposição das razões de fato e direito, a justificativa do juízo valorativo, exposição das finalidades perseguidos para a solução tomada, mediante uma ponderação reflexiva correlacional, imparcial, objetiva e racional das situações**



constatadas, dos preceitos normativos aplicáveis, dos resultados e dos interesses em jogo captados na fase do respectivo processo administrativo.

**V. O princípio da eficiência, inserido no caput do art. da Constituição Federal pela EC 19/98, em decorrência da denominada Reforma do Aparelho do Estado cuja finalidade era a implementação de uma administração Pública gerencial, superando a concepção uma administração pública puramente burocrática tem inegável preponderância aos demais princípios impostos à administração pública, podendo a eles sobrepor na busca de resultados preestabelecidos.**

Estão corretas apenas as assertivas:

a) III, IV e V.

b) II, III e V.

c) II e V.

d) I, III e IV.

e) I, II e III.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

O item I. está correto. A juridicidade encontra previsão no inciso I do Parágrafo Único do art. 2º da Lei 9784. Vejamos: “Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: I - atuação conforme a lei e o Direito;”.

O item II está incorreto. O final do item encontra-se incorreto, já que não há que se falar em inviabilidade de controle em virtude da discricionariedade administrativa.

O item III está correto. A doutrina associa o princípio da legitimidade ao art. 70 da CF, que assim dispõe: “Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.”

Conforme as classificações doutrinárias aplicáveis ao controle da administração, o controle pode ser externo ou interno, de acordo com a posição do órgão controlador. Assim, o controle interno decorre da atuação de um órgão integrante do mesmo Poder do órgão controlado. Por exemplo, o controle realizado pela Controladoria Geral da União (CGU) sobre a atuação do Ministério da Saúde. Esse é um controle interno, pois ambos os órgãos integram o Poder Executivo Federal. Por outro lado, o conceito de controle externo abrange um sentido amplo e um sentido estrito. Assim, controle externo em sentido amplo consiste na atuação controladora de um Poder sobre outro. Por exemplo, quando o Poder Judiciário realiza o controle de legalidade de um ato administrativo. (Fonte: Blog do Estratégia)

O item IV está correto. A teoria do silêncio eloquente é incompatível com o imperativo de motivação dos atos administrativos. A jurisprudência do STJ assim orienta: “ADMINISTRATIVO - SILENCIO DA ADMINISTRAÇÃO - PRAZO PRESCRICIONAL. A TEORIA DO SILENCIO ELOQUENTE E INCOMPATIVEL COM O IMPERATIVO DE MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. SOMENTE A MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DA ADMINISTRAÇÃO PODE MARCAR O INICIO DO PRAZO PRESCRICIONAL.” (REsp n. 16.284/PR, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Primeira Turma, julgado em 16/12/1991, DJ de 23/3/1992, p. 3447.)



O item V está incorreto. O item apresenta inconsistência ao afirmar que o princípio da eficiência tem inegável preponderância aos demais princípios, podendo a eles sobrepor. Assim como todo princípio, o da eficiência não possui caráter absoluto.

Ante o exposto, conclui-se que:

A alternativa A está incorreta, já que apenas os itens I, III e IV estão corretos.

A alternativa B está incorreta, já que apenas os itens I, III e IV estão corretos.

A alternativa C está incorreta, uma vez que apenas os itens I, III e IV estão corretos.

A alternativa D está correta, pois conforme pontuado os itens I, III e IV estão corretos.

A alternativa E está incorreta, já que apenas os itens I, III e IV estão corretos.

**QUESTÃO 97. Com relação ao regime instituído pela Lei Federal nº 12.846/2013, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida de sua culpabilidade.**

**b) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por dois ou mais servidores, preferencialmente investidos em cargo de provimento efetivo.**

**c) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nessa Lei, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.**

**d) A pessoa jurídica será responsabilizada, independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.**

**e) No curso do processo administrativo de responsabilização, observados o contraditório e a ampla defesa, a autoridade competente do Poder Executivo poderá desconsiderar a personalidade jurídica sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nessa Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do §2º do Art. 3º da Lei Federal nº 12.846/2013: “§ 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.”

A alternativa B está incorreta, pois em desacordo com o que prevê o art. 10 da Lei Federal nº 12.846/2013, no que tange à composição da comissão: “Art. 10. O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.”

A alternativa C está correta, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 12.846/2013: “Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.”



A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do art. 2º, § 1º, da Lei Federal nº 12.846/2013: “A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.”

A alternativa E está correta, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 12.846/2013: “Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.”

**QUESTÃO 98. Como já se disse alhures, o Estado Democrático de Direito só existe com eleições livres; quando haja salvaguarda à liberdade de voto e quando o procedimento não está contaminado, porque o mandato parlamentar foi alcançado graças à corrupção eleitoral (RJESMP-SP, V5, 2014, p.61).**

**Com base nessa asserção, é lícito afirmar.**

**a) A corrupção eleitoral, mesmo em face da pena mínima inferior a 04 anos, não admite a proposta de acordo de não persecução penal, por importar necessariamente habitualidade delitiva.**

**b) É possível acordo de não persecução penal em crime de corrupção eleitoral, pois a hipótese específica não está contemplada nas exceções previstas no art. 28-A, § 2º, incisos I, II, III e IV, do Código de Processo Penal.**

**c) A Justiça Eleitoral, dado o seu caráter especial, não pode contemplar acordos de não persecução penal.**

**d) Todas as alternativas estão INCORRETAS.**

**e) Não é admissível a proposta de acordo de não persecução penal em crime de corrupção eleitoral, por importar proteção insuficiente e, ainda, porque o bem e o interesse tutelados, de índole constitucional, estão ligados a mandado de criminalização.**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**. O delito de corrupção eleitoral foi tipificado no art. 299 do Código Eleitoral nos seguintes termos: “Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita: Pena - reclusão até quatro anos e pagamento de cinco a quinze dias-multa”.

Como o tipo penal não prevê a pena mínima, deve ser aplicada a disposição do art. 284 do CE, que consagra que, sempre que o Código Eleitoral não indicar a pena mínima, será ela de 15 dias para a pena de detenção e de 1 ano para a de reclusão.

Fixamos, assim, uma premissa: a prática do crime de corrupção eleitoral é apenada com pena de 1 a 4 anos de reclusão (art. 284 c/c o art. 299).

Trata-se, aliás, de acordo com o TSE (Ac. de 7.11.2019 no REspe nº 36426, rel. Min. Og Fernandes.), de delito de natureza formal, cuja consumação independe da existência do resultado naturalístico (incorreta, portanto, a parte final da assertiva A, que diz que o delito importa, necessariamente, em habitualidade delitiva).

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é cabível para crimes cometidos sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 anos, sendo este exatamente o caso do delito de corrupção eleitoral.



Preconiza o art. 28-A do CPP que “não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime”.

Não há, pois, qualquer óbice à aplicação do referido instituto aos crimes eleitorais, sendo de rigor lembrar, ainda, que o art. 364 do CE consagra a aplicação subsidiária do CPP ao processo e julgamento dos crimes eleitorais.

Assim dispõe: "Art. 364. No processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, assim como nos recursos e na execução, que lhes digam respeito, aplicar-se-á, como lei subsidiária ou supletiva, o Código de Processo Penal".

Pelo exposto, é possível ANPP em crime de corrupção eleitoral, pois a hipótese específica não está contemplada nas exceções previstas no art. 28-A, § 2º, incisos I, II, III e IV, do Código de Processo Penal (alternativa B).

"Art. 28-A, § 2º. O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: I - se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei; II - se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas; III - ter sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo; e IV - nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor".

#### **QUESTÃO 99. Assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) Nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer pessoa, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.**

**b) Se o órgão do Ministério Público deixar de promover a execução da sentença relacionada a crime eleitoral, contra ele representará a autoridade judiciária, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.**

**c) Os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo em caso de flagrante delito.**

**d) O encerramento do prazo de inelegibilidade antes do dia da eleição constitui fato superveniente que afasta a inelegibilidade.**

**e) Não são inelegíveis os membros do Ministério Público que tenham pedido exoneração na pendência de representação contra eles oferecida, cujo objeto seja a apuração de eventual falta disciplinar.**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois menciona, de forma genérica, a impossibilidade de prisão de “qualquer pessoa”. O Código Eleitoral, todavia, veda apenas a prisão do **eleitor**. Vejamos: “Nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto” (art. 236).



Nada impede, portanto, a prisão de um indivíduo que não seja eleitor (pessoa com os direitos políticos suspensos, analfabeto, maior de 70 anos...).

Como o comando da questão solicita que seja assinalada a alternativa incorreta, esta é a resposta da questão.

A alternativa B está incorreta. É o que se extrai do art. 363, parágrafo único, c/c o com o art. 357, § 3º, ambos do Código Eleitoral.

Art. 363, parágrafo único. Se o órgão do Ministério Público deixar de promover a execução da sentença serão aplicadas as normas constantes dos parágrafos 3º, 4º e 5º do Art. 357.

Art. 357, § 3º. Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal representará contra ele a autoridade judiciária, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.

A alternativa C está incorreta, conforme previsão constante do art. 236, § 1º, do Código Eleitoral: “Os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, durante o exercício de suas funções, não poderão ser detidos ou presos, salvo o caso de flagrante delito; da mesma garantia gozarão os candidatos desde 15 (quinze) dias antes da eleição”.

A alternativa D está incorreta, pois reproduz o teor da Súmula 70 do TSE: “O encerramento do prazo de inelegibilidade antes do dia da eleição constitui fato superveniente que afasta a inelegibilidade, nos termos do art. 11, § 10, da Lei nº 9.504/1997”.

A alternativa E está incorreta. De acordo com a o art. 1º, I, “q”, da LC 64/90, o pedido de exoneração na **pendência de processo administrativo disciplinar** para apuração de eventual falta disciplinar implica na inelegibilidade do membro do Ministério Público.

“Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo: (...)

q) os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)”.

A mera apuração de falta disciplinar, todavia, não se confunde com a existência de processo administrativo disciplinar (PAD)! O PAD é um procedimento formal, instaurado por decisão do Conselho Superior (art. 252 da LC 75/93).

A apuração, a seu turno, pode se dar por meio de inquérito, sindicância ou qualquer outro procedimento investigativo preliminar. A inelegibilidade, deste modo, sob um viés estritamente legal, incide apenas se o pedido de exoneração se der na pendência do procedimento formal. Não sendo este o caso, é correto afirmar, como o fez a questão, que “não são inelegíveis” os membros do MP que adotarem tal postura.

#### **QUESTÃO 100. Assinale a alternativa correta.**

**a) As decisões proferidas por Tribunais Regionais Eleitorais que denegarem ordem de habeas corpus ou mandado de segurança não admitirão recurso ordinário-constitucional.**

**b) É admissível o recurso especial eleitoral ainda que a questão suscitada não tenha sido debatida na decisão recorrida.**



**c) O recurso ordinário interposto contra decisão proferida por juiz eleitoral ou por Tribunal Regional Eleitoral que resulte cassação de registro, afastamento do titular ou perda do mandato eletivo será recebido pelo Tribunal competente com efeito suspensivo.**

**d) No âmbito eleitoral, das sentenças de condenação ou absolvição, cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, a ser interposto no prazo de 05 dias contados da intimação.**

**e) Todas as alternativas estão INCORRETAS.**

### **Comentários**

A resposta correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A impugnação da decisão do TER encontra respaldo no art. 121, § 4º, V, da CF. Dentre outras hipóteses, o dispositivo em comento lista como suscetível de recurso a decisão dos Tribunais Eleitorais que “denegarem habeas corpus, mandado de segurança, habeas data ou mandado de injunção”.

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Súmula 72 do TSE, “É inadmissível o recurso especial eleitoral quando a questão suscitada não foi debatida na decisão recorrida e não foi objeto de embargos de declaração”.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do art. 257, § 2º, do Código Eleitoral: “O recurso ordinário interposto contra decisão proferida por juiz eleitoral ou por Tribunal Regional Eleitoral que resulte em cassação de registro, afastamento do titular ou perda de mandato eletivo será recebido pelo Tribunal competente com efeito suspensivo”.

A alternativa D está incorreta, pois o prazo para interposição do recurso é de 10 dias. É o que preconiza o art. 362 do Código Eleitoral: “Das decisões finais de condenação ou absolvição cabe recurso para o Tribunal Regional, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias”.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários às alternativas anteriores, a alternativa C está integralmente correta, respondendo adequadamente à questão.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

